

ATA DA 281ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos quinze dias de fevereiro de 2023, às nove horas, realizou-se a ducentésima octogésima primeira plenária ordinária do CEAS, coordenada pela atual presidente Arlete Alves de Almeida que assumiu a condução da mesma onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Altair Roberto de Carvalho-SEAPA; Arlete Alves de Almeida-O Movimento do Graal no Brasil; Cleuza Maria de Oliveira-SEE; Elder Carlos Gabrich Júnior- SEDESE; Érica Pereira Alves Beltrame-CMAS/Coronel Fabriciano; Gabriela de Almeida Loiola-Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas; Grazielle Vieira Cachapuz Machado- CRP; Isac dos Santos Lopes-ASQUIS; João Victor de Almeida Chaves-SEPLAG; Lígia Camargos da Silva -SES; Kariny de Amorim Silva-Bem Estar do Menor; Lucas Estevão Ribeiro da Silva-Conselho Central de Curvelo-São Vicente de Paula; Ludson Rocha Martins-CRESS; Maria Juanita Godinho Pimenta-Federação das APAES do Estado de Minas Gerais; Mariana de Resende Franco-SEDESE; Marilene Faustino Pereira-FETAEMG; Marinete da Silva Morais-COGEMAS; Silvestre Dias-SEF; Simone Maria da Penha de Oliveira-CMAS/Belo Horizonte; Solimar Assis – SEPLAG. Ainda, os seguintes conselheiros suplentes: Carla Valéria Soares Vita-Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais – FASEMIG; Claudia Cristina Da Silva-CMAS/Uberaba; Crislaine Cristina Nascimento Flauzino-CMAS/Conselheiro Lafaiete; Daniel Martins de Mello Neto- CMAS/Barbacena; Eliana das Graças Fonseca Mascarenhas – SES; Gabriele Sabrina-SEDESE; Iara da Costa Nogueira Reis - Congregação São João Batista – CSJB; Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi-CMAS/Cordisburgo; Maria Aparecida Bayão-Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH; Philipe Nunes Vieira e Silva- Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS – FETSUAS; Sandra Regina Ferreira Barbosa-SINTIBREF; Soraia Vanessa Silva Cruz-SEDESE; Vinícius de Queiroz Castanheira – SEF. Estiveram também os seguintes convidados: Rose - SEDESE; Roberta Kelly – SEDESE; Marcela Rodrigues – SEDESE. **ANGELO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Bom dia, gente. Vamos iniciar aqui a chamadinha. Arlete? **ARLETE, GRAAL:** Presente. **ANGELO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Gabriela de Almeida? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** **ANGELO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Pessoal, vou pedir a vocês que falem no microfone para ficar registrado. Grazielle? **GRAZIELE, CRP:** Bom dia. **ANGELO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Isac? Kariny? Lucas? Ludson? Juanita? Marilene? Simone? Carla Valéria? Crislaine? Philipe? Leandro? Rodrigo? Cinara? Sandra? **SANDRA:** Presente. **ANGELO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Iara? Maria Aparecida Baião? Jacqueline? Mariana? **MARIANA, SEDESE:** Presente. **ANGELO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Elder? Érica? Marinete? **MARINETE, COGEMAS:** Presente. **ANGELO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Solimar? Silvestre?

SILVESTRE, SEF/MG: Presente. **ANGELO, SECRETARIA EXECUTIVA:** Cleusa? Altair? Gabriele? Sabrina? Soraia? Daniel? Magna? Mariana Souza? Claudia? Vinícius? Michelle também não, não é? Por enquanto é isso. **PRESIDENTE:** Bom dia, gente. Nós já temos quórum, então vamos começar os nossos trabalhos do dia de hoje. Teremos agora, após a chamada e a verificação da participação de conselheiros e conselheiras, nós teremos a posse de, não sei se nova ou novas conselheiras. Por favor. Sim. A posse de Eliana das Graças Fonseca Mascarenhas e Solimar Assis. Então a gente procede na posse de Solimar, apresenta os documentos que ela assina, essa parte faz parte do ritual, por favor. Seja bem-vinda Solimar. **PRESIDENTE:** Você está aqui na representação da SEPLAG, não é? Isso vai nos ajudar muito a compreender esse universo da SEPLAG. Muito obrigada e seja bem-vinda. Justificativas de ausências. João Vítor, de Caeté, a trabalho. Ele vai chegar nos próximos momentos, mas justificamos a ausência de Anna Karla, SEAPA, também a trabalho. Claudia Cristina, CMAS Uberaba, questão de saúde. E nós colocamos também em discussão e apreciação a ata da 280ª Reunião do CEAS. Alguma observação na ata? Aprovada. Dando continuidade, a gente vai agora fazer uma leitura da pauta para ver algumas recomendações. Se a gente vai alterar os horários. Ontem a gente falava disso devido a algumas pessoas precisarem se ausentar em determinado horário, então, a fim de que a gente possa conduzir os trabalhos com a participação do máximo de pessoas, a gente coloca em apreciação a nossa pauta. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Bom dia a todos e a todas. Eu vou pedir para ler porque não veio impresso aqui para mim. A pauta é essa que está no planejamento que vocês encaminharam? **SIRLENE - CEAS:** No grupo do Whatsapp. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Só um minuto, por favor. **SIRLENE - CEAS:** Impressa não. Não. Na convocação a gente não manda a pauta. A convocação a gente manda 10 dias antes. **MARIANA, SEDESE:** Bom dia. Bom dia, conselheiros. Deixa eu também dar uns informes. Na reunião da Mesa Diretora. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Nós não aprovamos a pauta ainda. **MARIANA, SEDESE:** Sim. Eu vou falar sobre a pauta. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Ah, tá. **MARIANA, SEDESE:** Na reunião da Mesa Diretora que foi realizada na sexta-feira da semana passada nós fechamos a pauta. Essa pauta que está sendo colocada aqui. Ela foi mandada no grupo de Whatsapp. A Secretaria Executiva encaminhou. Eu acho que essa que é, talvez os conselheiros não tenham visto, mas eu conferi. Acabei de olhar porque eu estava pedindo à Sirlene. Eu achei no grupo de Whatsapp dos conselheiros. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** A Gabriela mandou agora também. **MARIANA, SEDESE:** E na nossa reunião da Mesa Diretora nós combinamos de trazer os informes e dentro desses informes têm muitos assuntos, mas a gente entendeu que eles têm que ser colocados de forma breve. E depois dos informes a proposta foi priorizar, a gente tem que passar pelo retorno de vistas da plenária de dezembro, que nós temos pontos de

dezembro ainda não deliberados. Então a gente tem pedido de retorno de vistas e pauta de deliberação desses pontos que são: o calendário anual do conselho, a prestação de contas do 3º trimestre e o plano estratégico de controle social. Depois desses três pontos que ficaram da plenária passada, nós temos que discutir o planejamento anual que também começou a ser discutido em dezembro. Foi passado em todas as comissões fizeram os seus planejamentos, mas têm que vir para deliberação da plenária. Na parte da tarde, a proposta foi discutir reprogramação de saldos e plano de aplicação dos recursos previstos para execução do FEAS em 2023. Isso precisa ser deliberado nesta plenária porque nós já iniciamos o exercício orçamentário e financeiro do FEAS, então esse ponto é de urgência. Temos ainda o outro ponto de urgência que é a criação do GT de organização da conferência que precisa iniciar já os seus trabalhos. E temos pontos de barragem, dois pontos de barragem, e relatos de comissões e conselheiros. Essa foi a proposta de pauta trazida da reunião da Mesa Diretora que aconteceu na sexta-feira da semana passada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. Então, gente, está colocado o que foi discutido na Mesa Diretora. Eu justifiquei posteriormente a minha ausência, mas ela está em discussão. Ontem, na reunião da sociedade civil foi pedido uma alteração e a Juanita ficou responsável de estar apresentando aqui. À vontade, Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Na verdade, não é nenhuma sugestão. Na verdade, essa programação a gente não vai conseguir vencê-la porque nós temos os relatos de comissão durante 30 minutos. Como é que as comissões que trabalham, a nossa trabalhou duas vezes a distância, vai conseguir fazer o relato junto com a política, o monitoramento. A gente tem meia hora para apresentação do PAS Barragem de Formiga, meia hora para o PAS de Jequitai e depois meia hora para os relatos das comissões na parte da tarde. Essa programação ela precisa ser melhor desenhada porque nós não vamos conseguir vencê-la hoje. E o trabalho que as comissões estão fazendo? Isso é uma coisa. Eu acho que o que a gente tem que conseguir puxar tudo para a hora do almoço até uma hora e depois, a gente, o PAS Barragem fica na Comissão de Normas, não é? A Comissão de Normas tem só esses dois assuntos para serem tratados? **MARIANA, SEDESE:** Deixa eu falar? Só um ponto que eu acho que está relacionado e daí você complementa? Os coordenadores de comissão o que eles trouxeram também nas reuniões de janeiro e fevereiro foram para fechar o planejamento do ano, então esse assunto planejamento ele está separado. E esse ponto que foi tratado em outras comissões vai trazido no momento da discussão dessa pauta. Eu estou imaginando também que as pautas da Comissão de Orçamento, no caso de prestação de contas não vai ser tratada hoje, do 4º trimestre. Eu não sei se vocês discutiram, mas a do plano de aplicação e a de reprogramação também é ponto específico da pauta. Os outros relatos de comissão, se a plenária entender, a gente pode subir eles para antes dos relatos das barragens e contar os relatos das

barragens dentro da comissão. Mas a gente colocou separadamente porque são pontos que a gente precisaria passar hoje. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Pela sua fala, somente a Comissão de Orçamento tem pauta? As demais comissões, a pauta é no planejamento e ela está conjunta com todo mundo? Porque a pauta de planejamento da Comissão de Orçamento foi tratada também, mas teve outras pautas. É isso, as outras comissões não vão ter pauta? **MARIANA, SEDESE:** Os coordenadores de comissões que poderiam se manifestar especificamente sobre os pontos urgentes? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É porque na verdade eles estão na mesa ampliada, então eles confirmaram esse planejamento. Significa então que as outras comissões não têm pauta para ser apresentada aqui. É isso? Porque a Comissão de Orçamento tem. **MARIANA, SEDESE:** Gente, só lembrando. Pauta de deliberação não. Porque, por exemplo, na Comissão de Normas tem várias discussões, mas não tem um ponto específico para ser deliberado hoje, a não ser o planejamento e os relatos das questões das barragens. **MARILENE, FETAEMG:** Bom dia a todas e todos. A Comissão de Política tem uma pauta para deliberação. Viu, Mariana? Viu, d. Arlete? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** E qual é o assunto, Marilene? **MARILENE, FETAEMG:** O assunto é a mesa de gestão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Mesa de gestão? **MARILENE, FETAEMG:** Capacitação. **MARIANA, SEDESE:** Mas isso não está dentro do planejamento? Mas vejam bem, o planejamento é um ponto da reunião hoje. Na hora em que a gente estiver discutindo o planejamento, a gente vai aprovar o planejamento anual. É isso? Então está dentro do planejamento. É isso que eu estou falando. **PHILIPPE, FETSUAS:** Nós, da Comissão de Apoio, temos dois pontos que foram deliberados na reunião relativos às respostas de solicitação de apoio de dois municípios, bem pequenos, bem breves. Só foi deliberada a data e como vai ser realizado. **ELDER, SEDESE:** Comissão de Monitoramento não tem pontos para deliberação. **GABRIELE, SEDESE:** Só reforçando, com relação à Comissão de Orçamento, a gente tem 3 pontos para deliberação. Dois deles já estão previstos na pauta, que é a reprogramação e o plano de aplicação, e o terceiro é uma denúncia. A gente precisa desse ponto de pauta deliberação em plenária. **PRESIDENTE:** É interessante que apareça lá na pauta quais as comissões, como foi dito aqui agora, porque senão a gente vai passando e se perde. E aí a gente nem vê a extensão da pauta porque pelo tamanho dela, nós vamos ter que fazer prioridade aqui hoje. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu quero pedir a retirada de pauta de Jequitaiá. **SIRLENE - CEAS:** Pessoal, eu vou pedir que vocês falem no microfone. Quem estiver do lado de fora, por favor, que venha à mesa porque o nosso som hoje ele está um pouco diferente do de lá da Casa de Direitos Humanos. Então a gente precisa que grave bem as informações senão depois a gente não consegue fazer a degravação perfeita. Tá bom? **PRESIDENTE:** E dentro da alteração há uma solicitação

da atividade aqui na pauta que está agendada para às 13h ela ir para às 11h. Foi pedido ontem na nossa reunião a alteração. **MARIANA, SEDESE:** Então para fechar a gente troca o planejamento, a pauta do planejamento pela pauta da reprogramação de saldos e plano de aplicação, colocando na parte da manhã. O planejamento na parte da tarde. E a pauta que estava às 16h ela vai subir com o pró-relato das comissões. E aí a gente consegue. Cumprindo o horário, a gente consegue tratar de todos os assuntos. Ela já está tirando lá na tela. A plenária está esclarecida agora sobre a pauta? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Teve uma situação de alteração da Portaria nº 03/2021, da Secretaria de Segurança Pública, com relação à emissão da documentação de identidade. E eu queria trazer esse ponto aqui porque no meu município, por exemplo, já está tendo reflexos a respeito do assunto. A proposta da alteração através da Portaria nº 04/2022, agora do final do ano, de dezembro, do início do mês de dezembro, é que as famílias que tivessem renda total de 3 salários elas não fossem contempladas, apenas famílias com renda per capita de meio salário. A leitura que nós fazemos é que a portaria ela está confusa inclusive na comprovação de documentos. E eu penso que a gente precisa discutir isso, talvez seria o caso de encaminhar para alguma comissão fazer uma análise mais minuciosa. Mas é um assunto que está afetando especialmente os usuários da assistência social, considerando que o documento de identidade hoje é um preço exorbitante, e trata-se de um documento essencial para qualquer atividade que a pessoa precisa realizar na vida pessoal e qualquer ação que ela precisa resolver. **MARIANA, SEDESE:** A minha sugestão é que seja encaminhado para a Comissão de Política ou de Normas, conforme o caso, porque eu acho que a gente tem de estudar e ler para saber do que se trata. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Eu me recordo, Mariana, que quando eu estive aqui no outro mandato, antes desse que eu estou, que a Comissão de Política se debruçou bastante nessa discussão. Eu estou trazendo aqui como um histórico que talvez compense para poder manter essa discussão lá na Comissão de Política. Discutiu bastante. Fez uma proposta muito interessante. A Portaria que estava em vigência ela tinha uma discussão que atendia as perspectivas da assistência social. Então é só para trazer isso aqui porque, talvez, ou fazer de forma conjunta ou levar para a Comissão de Política. É a minha sugestão. **PRESIDENTE:** Está em votação a pauta. **MARIANA, SEDESE:** A minha proposta é que encaminhe o assunto para uma das comissões. Em qual comissão vocês acham melhor, ela está sugerindo que seja Comissão de Política. Os conselheiros concordam? A Comissão de Política aqui concorda? **PRESIDENTE:** Elder. **MARIANA, SEDESE:** Porque eu acho que a gente tem que ler o assunto. Não dá para colocar ele como ponto de pauta para discussão, a gente não vai conseguir ter tempo nem de tomar conhecimento do que se trata. **ELDER, SEDESE:** Sobre esse ponto, ontem eu estava até falando com a Gabi, a gente fez uma reunião no ano passado com a Polícia

Civil, a Prefeitura de BH participou, e a gente alinhou um texto com eles. E parece que eles não estavam publicando o texto. A gente cobrava toda semana e parece que agora eles publicaram sem avisar e não é o texto que a gente pactuou. Eu acho que é interessante envolver a Comissão de Política mesmo nisso. **PRESIDENTE:** Obrigada, Elder. Gente, está em votação a pauta e se manifestem, por favor. **GRAZIELE, CRP:** Para ir para a Comissão de Política, Presidente? **PRESIDENTE:** Não. A pauta. **MARIANA, SEDESE:** Não, mas é que está registrando como se fosse na pauta. Não é isso, não. **PRESIDENTE:** Está registrando como se fosse na pauta. Isso. **MARIANA, SEDESE:** Então o encaminhamento para a Comissão de Política está aprovado. Agora, a pauta está aprovada? É essa que é a pergunta, não é? A pauta está aprovada? Conselheiros pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada. Sirlene vai fazer a leitura para nós dos informes e a gente vai se colocando, vai perguntando, esclarecendo. Por favor, Sirlene. **SIRLENE - CEAS:** O primeiro informe é que a plenária tinha solicitado apresentação do relatório das ações de capacitação e apoio técnico da Ação 4129 pelo Núcleo de Educação Permanente ao CEAS teria que acontecer agora em fevereiro. Porém como a reunião bimestral do núcleo vai acontecer ainda no dia 27, esse relatório ele vai ser discutido nessa reunião e a apresentação vai acontecer no mês de março. Se alguém da educação permanente quiser acrescentar alguma coisa. **MARIANA, SEDESE:** Eu vou convidar a Lívia está aqui presente, a Gabriele é a diretora de educação permanente, superintendente, só para dar um relato breve desse ponto. Pode ser a Gabi mesmo. É só para informar o que... É isso. Está esclarecido? Minha pergunta... Então pronto. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu só queria mais esclarecimento com relação ao encaminhamento por se tratar do relatório de capacitação, qual a comissão que vai se manifestar com relação a ele? Porque a SEDESE nos mandou um relatório solicitado por esse conselho e esse conselho tem que se manifestar. Primeiro, em respeito ao órgão gestor que encaminhou e segundo, ao atendimento do pleito do colegiado. Então é a Comissão de Política que vai avaliar o relatório e depois a gente faz as contribuições? Como será o encaminhamento? Ou todos nós vamos contribuir de forma... Eu quero entender. Eu penso que é a Comissão de Política que deve se manifestar por se tratar de ações afetas à política estadual. **PRESIDENTE:** Alguém mais quer se manifestar? Tem a proposta da Juanita. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** A deliberação que nós temos no mês de dezembro era no sentido de solicitar o relatório. Nós precisamos dar o encaminhamento para ser encaminhada a matéria para a comissão. E aí eu acredito que é mais pertinente mesmo, por questões de competência mesmo regimental, ir para a Comissão de Política como sugerido. **SIRLENE - CEAS:** Pelo que eu entendi, o encaminhamento, o relatório vai ser encaminhado para a Comissão de Política, a Comissão de Política vai analisar e vai apresentar na reunião de março. É isso?

PRESIDENTE: Isso. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Vai apresentar o encaminhamento para a plenária. **SIRLENE - CEAS:** Isso. Apresentar o encaminhamento para a plenária, mas o Núcleo de Educação Permanente não vai apresentar então para o conselho. **GABRIELE, SEDESE:** Essa seria a dúvida. O núcleo apresenta para a Comissão de Política, a discussão sai de lá e a súmula sai da Comissão de Política. É isso? **SIRLENE - CEAS:** Fala no microfone, por favor. **SORAYA, SEDESE:** O núcleo, o NEEP, ele já vai fazer uma avaliação sobre o planejamento, sobre todas as qualificações. Ele não pode trazer a avaliação para o CEAS? Eu estou dizendo isso é porque a Comissão de Política já está com outros três relatórios para essa análise, para essa avaliação técnica. Então, realmente, eu fico com receio, e as minhas colegas da comissão podem dizer, de não conseguir trazer isso para a plenária de março porque têm os outros relatórios que vão aparecer aí. E como tem o NEEP, e vários conselheiros aqui que estão participando do NEEP, eu pensei isso, que o próprio NEEP pode trazer os conselheiros que estão no NEEP trazer os pontos que forem de destaque para a reunião. É a minha proposta. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** E aí não submeteria à Comissão de Política? **SORAYA, SEDESE:** Não submeteria à Comissão de Política. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO [0:26:50]:** ...Plenária. **SORAYA, SEDESE:** Os conselheiros do CEAS que estão no NEEP trariam a discussão porque, olha só, Lucas, Grazi, Philipe, todos estão no NEEP. Eu estou pensando na otimização do tempo mesmo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Desculpa, Juanita. Eu discordo porque cada um de nós integra uma comissão diferente, a análise desse relatório ele tem que ser sob a perspectiva da Comissão Temática, ou seja, a Comissão Temática ela está a serviço do conselho justamente para poder trazer essa perspectiva dentro daquilo que é competência dela. Não estou dizendo que a gente não possa trazer ou contribuir, mas dizer que análise específica e mais detalhada sobre o tema em si deve ser da comissão. E é ela quem deve subsidiar a discussão do colegiado por questão regimental. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Porque nós temos temáticas que são em discussão de comissão conjunta que está no regimento. Essas não são regimental. E, como o Conselheiro Lucas falou, não está no nosso regimento a discussão conjunta. Eu não vejo nenhum impedimento, ao contrário, eu vejo ganho do NEEP apresentar o relatório se caso os conselheiros entendam ser necessário. Agora, a comissão ela tem que se manifestar com relação ao relatório que foi encaminhado, se atende o CEAS, se a comissão tem alguma sugestão para o planejamento do ano que vem, desse ano agora, mas é isso, minha contribuição. **MARIANA, SEDESE:** Não, é porque eu achei que a proposta da Soraia foi interessante na medida em que o NEEP está com vários conselheiros do CEAS. Então para mim a gente está otimizando o nosso trabalho e já proporcionando a discussão ampliada. Eu não vejo problema nenhum do NEEP vir para o CEAS, então é só questão

de opinião. Talvez os conselheiros do NEEP possam se manifestar, porque como são vários conselheiros, não sei se eles têm alguma opinião. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Inclusive, Mariana, foi sugerido por nós essa capacitação. Foi sugerido por nós justamente pela integração já aqui do conselho. Eu também não acho dificuldade nenhuma de estarmos juntos, não. Não precisa. Quanto mais dividir grupo disso, grupo daquilo, mais difícil fica. Já é difícil uma plenária, então eu acho que... Não vejo problema de estarmos juntos. Não vejo. **PRESIDENTE:** Eu fico pensando o seguinte, às vezes nós precisamos avaliar qual é o papel da comissão, das comissões. Na medida em que a gente abre mão, no caso, da comissão estar analisando aquilo que vai ser apresentado para o pleno, a gente está dizendo: “Olha, não há necessidade.” Ainda que o NEEP possa vir aqui e é muito importante e deve vir sim, nós precisamos na continuidade dos nossos trabalhos de ouvir o que que aquela comissão pode subsidiar as nossas tomadas de decisões. É para isso que existem as comissões. Então eu sou a favor que de fato passe pela Comissão de Política, como está sendo recomendado aqui, e que isso nos ajude a ter uma compreensão maior de tudo que está sendo colocado. Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu também gostaria de manter a minha sugestão em desacordo com a vice-presidente e com a colega Baião porque a gente tem competência. Cada comissão tem as suas competências e a gente não pode se furtar a elas. Pode apresentar o relatório para todo mundo. Nenhum problema com relação a isso. As comissões podem fazer uma discussão conjunta se esse conselho assim determinar. Entretanto cada comissão tem que se manifestar com relação a essas questões que são demandadas para o órgão gestor, inclusive não é só esse relatório. A gente tem do CREAS regional. A gente tem do Programa Rede Cuidar. A gente tem um outro também da regionalização, já falei, mas, seu eu não me engano. Eu analise todos, mas como eu não sou da comissão, eu vou contribuir no momento em que a comissão apresentar aqui, mas faz parte da comissão mesmo. **IARA, CSJB:** Eu vou seguir junto com a questão que a Juanita está colocando porque eu entendo que é um pouco fluxo. A própria Comissão de Política pode pautar ao NEEP para o NEEP fazer esse diálogo com a comissão. E a comissão sugerir para o NEEP vir aqui fazer a apresentação. A gente não tira a autonomia da Comissão de Política. Tem o momento de eles fazerem essa discussão e o próprio NEEP vem aqui apresentar esse relatório, mas não como o fluxo da plenária de solicitação, mas o fluxo da Comissão de Política que vai fazer essa solicitação. Acho que é questão de fluxo. De uma forma ou de outra, nós teremos, sim, aquilo que é o objetivo, a apresentação do relatório. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** E a avaliação da comissão. **IARA, CSJB:** E a avaliação da comissão. Agradecida. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Obrigado. Deixa eu só confundir mais um pouquinho. Como a reunião do NEEP vai ser no dia 27 de fevereiro e a nossa plenária está prevista para 15

dias em seguida, eu sugiro que o NEEP possa apresentar o relatório para o colegiado em março, e a comissão traria um parecer no mês de abril até mesmo para ela poder ter tempo de estudo e não chegar só um relatório escrito para ela não ficar um pouco perdida só com o relatório escrito justamente por causa desse prazo da reunião do NEEP e a reunião do colegiado, porque senão a comissão teria o prazo só de 15 dias para poder avaliar isso. A gente sabe que a Comissão de Política é a que tem mais dificuldade de reunião e já foi externado em diversas plenárias aqui no conselho. **SORAYA, SEDESE:** Só um destaque. Dificuldade de reunião, não, muita temática para discutir. **PRESIDENTE:** Ok. Gabriele. **GABRIELE, SEDESE:** Eu acho que só tentando trazer um pouco do que foi discutido por todo mundo. O NEEP pode apresentar o relatório na Comissão de Política e lá eles decidem o encaminhamento. Porque eu acho que até esse que é o nosso problema quando a gente fala em comissão conjunta, comissão separada, o problema não é a reunião, o problema é quando a gente traz a pauta direto para a plenária, não tem metodologia, não tem súmula, não tem avaliação, não tem encaminhamento. Então se o NEEP discutir com a comissão e a comissão decidir os encaminhamentos e pautar a plenária, eu acho que fica mais no fluxo do conselho. O encaminhamento seria o NEEP apresenta para a Comissão de Política e a Comissão de Política define os encaminhamentos sobre o relatório. **PRESIDENTE:** Obrigada, Gabriele. **IARA, CSJB:** Exato. Eu só quero concordar com a Gabriele no sentido de que eu acho que nós estamos perdendo tempo com questões que a gente já deveria fazer o encaminhamento, sabe, gente, forma mais direta no momento da plenária. E a gente está perdendo muito tempo de plenária sendo que a gente não está tendo metodologia de fluxo. Só uma atenção para que todos nós termos atenção para melhorar isso. **PRESIDENTE:** Então nós estamos recomendando que a proposta de encaminhamento seja essa mesmo? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO [0:32:02]:** Sim. **MARIANA, SEDESE:** Vamos lá. Secretaria Executiva está pedindo para a gente confirmar. A plenária concorda que o NEEP vai apresentar para a Comissão de Política e a Comissão de Política vai trazer à plenária. Não vamos definir agora se vai ser março ou abril porque vai depender da agenda da Comissão de Política. Todo mundo concordado, alinhado na mesma página? Está registrado, Secretaria Executiva? Então pronto. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada. O nosso próximo ponto, Sirlene, por favor. **SIRLENE - CEAS:** O próximo ponto é um ofício que a SUBAS encaminhou da Diretoria de Proteção Social de Alta Complexidade informando sobre os encontros solicitados por esse conselho para serem realizados durante 2023 referente ao Programa Rede Cuidar e Casa Lar. Eles propuseram que fizesse uma experiência piloto em relação ao Programa Rede Cuidar, que fizesse uma experiência piloto para realizar esse encontro. Essas unidades, as primeiras unidades seriam 69 unidades de acolhimento, e esse encontro seria virtual no mês de julho. Em

relação à Casa Lar seria de forma virtual no mês de julho. Eles solicitam também a indicação de uma comissão ou conselheiros que possam participar da organização desse encontro em conjunto com a SEDESE, que seria o CEAS e a SEDESE, assim como a data que essas pautas entrariam na comissão indicada. **PRESIDENTE: Juanita. MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Se tratando desse ofício, é o Ofício 04, a SEDESE informa para a gente que, com relação à Ação 4535 que é do Programa Rede Cuidar, esse CEAS deliberou dois itens. Apresentar o relatório de execução do Programa Rede Cuidar com o histórico das modalidades e ano para uma análise e melhor entendimento do colegiado. A SEDESE coloca que a ação foi concluída conforme relatório técnico do programa encaminhado a esse conselho. Nós nos recordamos que esse relatório a SEDESE apresentou como parcial porque a Fundação João Pinheiro está fazendo um relatório, um monitoramento e que vai apresentar um relatório qualitativo. As informações desse relatório são somente quantitativo, então ele traz a questão do histórico das modalidades, o número de entidades beneficiadas, mas a gente não tem a informação qualificada do relatório. Então é preciso um outro relatório com essa análise referente ao monitoramento que está sendo realizado. Só para trazer e deixar registrado aqui para a SEDESE e para o colegiado. Com relação ao encontro, eu gostaria de fazer uma outra sugestão porque a SEDESE apresenta aqui as entidades beneficiadas no ano de 2022. Eu penso que 2022 é muito recente. A gente precisaria conversar com essas entidades que entraram no programa primeiro em 2021. Nós temos entidades 2022 que a gente sabe da questão burocrática que atrasa até o repasse financeiro, início de executar. Então a ideia de conversar com essas entidades é ouvir delas todas as dificuldades do programa e benesses que ele traz. Eu queria ver com a SEDESE se é possível. Eu sei que o ano de 2021 é um universo muito grande, mas considerando a capacidade instalada da SEDESE de fazer o encontro, pode diminuir o número de entidades. Mas eu acho interessante a gente pegar no início essas entidades que iniciaram no programa no ano de 2021 que já têm uma avaliação maior, eu fico imaginando, para passar para a gente. É a minha sugestão. **MARIANA, SEDESE:** O Itamar está aqui hoje. Ele é o técnico de referência do Programa Rede Cuidar. O Cristiano e a Tatiane que são os superintendentes e os diretores eles não puderam estar presentes, e o Itamar está pedindo para ter uma oportunidade de fala. Pode ficar à vontade, Itamar. **ITAMAR:** Bom dia, gente. Juanita, acho que a sua sugestão para que este primeiro evento tenha como conferência virtual de 2021 é bem-vinda, é cabível e talvez seja interessante que alguns deles já tenham concluído a execução do programa. Alguns até já concluíram. E diversos vão ter a oportunidade de apresentar de forma mais, digamos assim, fresca e recente, resultados e como foi essa execução. Eu acho que é uma sugestão válida sim e é possível de execução mesmo que seja virtual, só que a gente precisa dessa comissão para trabalhar com a

gente. **MARIANA, SEDESE:** Só para tentar fechar o encaminhamento. A gente enquanto SEDESE precisa de conselheiros junto com a equipe do Rede Cuidar para organizar esse evento. A nossa manifestação aqui SEDESE para CEAS é podemos fazer o encontro com as entidades de 2021 e de 2022, então a gente pode fechar que sejam apenas as de 2021. E agora a gente precisaria de conselheiros para participar, para discutir junto com a SEDESE a organização, a metodologia, os objetivos o que que vai ser desenvolvido nesse seminário. Ok? **PRESIDENTE:** Diante dessa proposta e do aceite de Itamar que vem como representação do programa, acho interessante que se discuta e já sugiro que que sejam pessoas que estejam nas comissões, mais afetas ao programa. **GRAZIELE, CRP:** Dona Arlete, também sugiro que contemple a sociedade civil, contemple entidade, trabalhador e usuário. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Juanita Pimenta se oferece como representante de entidade. Se tiver mais algum de entidade eu cedo sem nenhum problema. **LUDSON, CRESS:** Ludson representante dos trabalhadores. **PRESIDENTE:** Está fechado esse encaminhamento e os próximos passos ficam entre SEDESE, essa comissão, esse GT. **SIRLENE - CEAS:** Não. Graziele não. **PRESIDENTE:** Que foi definido aqui agora para combinar quando que vai ser dia, horário, como que vão ser os encaminhamentos. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** A SEDESE está sugerindo que o encontro virtual seja em julho e que a gente apresente a proposta do encontro virtual em julho. Nós vamos ter que apresentar em março porque tem que organizar todo o processo, então esse GT vai ter que se encontrar em março para pensar na dinâmica do encontro, eu fico imaginando porque... **MARIANA, SEDESE:** Eu gostaria de já deixar registrado, indicado que o Itamar, como técnico de referência, ele vai organizar e, assim, estabelece um coordenador dentre essas pessoas ou se os conselheiros ficam aguardando o contato do Itamar? Só questão de organização de fluxo também, senão a gente fica aguardando os conselheiros, os conselheiros ficam aguardando a gente, para saber se a gente já pode tomar iniciativa. Essa é que é a minha pergunta. A SEDESE pode tomar iniciativa? O Itamar pode puxar a organização? Pode ser assim? Todos concordam? **SIRLENE - CEAS:** Agendar as reuniões? **PRESIDENTE:** Isso, e ele faz uma proposta para o GT e ver o tempo, como vão se organizar. Esse é o encaminhamento. **SIRLENE - CEAS:** Só uma dúvida. Vai ser um GT? Vai ter a criação de um GT ou é só indicação mesmo? Porque quando a gente cria GT, a gente teria que criar uma resolução. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu sugiro que não haja essa necessidade até porque são só três integrantes. É como se fosse uma mini comissão, algo nesse sentido. **SIRLENE - CEAS:** Só indicação mesmo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** É, só uma indicação mesmo de acompanhamento de trabalho. **SIRLENE - CEAS:** Obrigada. Verdade. E qual comissão do CEAS que vai compor ou vão ser só os três? Vão ser só os três segmentos e não vai ser uma comissão que vai estar

junto, é isso? Ok. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É só um ofício que o CEAS faz para a SEDESE indicando os representantes. **SIRLENE - CEAS:** Ofício. **PRESIDENTE:** Do CEAS para a SEDESE. **MARIANA, SEDESE:** Lembrando gente, o objetivo é organizar o seminário que foi solicitado pelo CEAS. **SIRLENE - CEAS:** Ok. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É responder o Ofício 04 da SEDESE. **SIRLENE - CEAS:** Responder Ofício 04. Posso dar continuidade? O item 3 é a participação do FONACEAS. Na Mesa Diretora ficou... **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Sirlene, ficaram mais questões pendentes nesse ofício aí. **MARIANA, SEDESE:** Ficou o outro. Está faltando o da Casa Lar. **SIRLENE - CEAS:** Desculpa. Da Casa Lar. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Até a Secretaria Executiva achar a deliberação. O CEAS solicitou à SEDESE junto com o CEAS, que organize um encontro com as entidades que executam o Programa Casa Lar para avaliar a execução do mesmo. A SEDESE propõe a realização de um encontro de forma virtual no mês de julho. Da mesma forma, eu acho que esse grupo que vai construir o encontro da Rede Cuidar pode trabalhar nesse encontro também. Eu acho que a gente pode unir esses dois objetivos. É a minha sugestão. **MARIANA, SEDESE:** Então, mas só uma questão aqui porque dentro da SEDESE a gente tem equipes diferentes que fazem o monitoramento do programa. No caso do Casa Lar está aqui também a técnica de referência. Então eu vou pedir aos técnicos da SEDESE para comporem esse grupo e puxar isso. Pode ser? Os dois estão ali atrás, de acordo? **SIRLENE - CEAS:** Maria do Carmo, não é? **MARIANA, SEDESE:** Maria do Carmo é a técnica de referência do Programa Casa Lar. E o Itamar é o técnico de referência do Programa Rede Cuidar. **SIRLENE - CEAS:** Ok. Dando continuidade, a participação do FONACEAS, a Mesa Diretora na última reunião que foi no dia 10. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Sirlene? Só uma questão de ordem. **SIRLENE - CEAS:** Pois não. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** A SEDESE respondeu o Ofício 095 do CEAS, por meio desse Ofício 04, mas têm outras questões que estão pendentes no Ofício 095. Elas vão ser respondidas posteriormente ou como é que a gente vai conduzir isso com relação às outras demandas do CEAS? **SIRLENE - CEAS:** Vou ter que pegar ele aqui. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Estou com ele em mãos aqui se quiser. Encaminhou, não é? **SIRLENE - CEAS:** Por favor. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Nesse ofício que o CEAS mandou para a SEDESE, o 095 de setembro de 2022, se reportada às deliberações da plenária que ocorreu em 16 de setembro. Nesse ofício solicita à Subsecretaria as seguintes questões: na Ação 1049, criação de proposta pela SEDESE que já foi solicitado no PPAG, referente à Ação 1049, então isso aqui já foi atendido porque veio para a gente da SEDESE na proposta do PPAG. Na Ação 1059, que é Aproxima SUAS, realizar avaliação do projeto por amostragem para mensurar os resultados com o objetivo de avaliar os resultados alcançados. Esse ainda não foi alcançado que é a questão da Fundação João

Pinheiro. **MARIANA, SEDESE:** Não. Aproximação SUAS não. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Não. Desculpa. Aproximação SUAS é outro, João Pinheiro e Rede Cuidar. **MARIANA, SEDESE:** O Aproximação SUAS a gente respondeu recentemente. Só lembrando, o Aproximação SUAS foi apresentado na Comissão de Política e essa avaliação por amostragem ela está em andamento. Então a gente deve concluir agora em fevereiro ou março e, concluída a avaliação, a gente apresenta para a Comissão de Política. Porque isso foi o fluxo que a gente estabeleceu e que a gente está cumprindo. Se for deliberar diferente, aí a gente muda também o encaminhamento. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Não, na verdade, como não foi mencionado no Ofício 04 da SEDESE de forma responder todas as questões que o CEAS se... O CEAS demandou algumas questões. A SEDESE só respondeu duas. Como você registrou, Mariana, essa informação já foi trabalhada em dezembro, mas como ela não veio no ofício registrando essa questão por isso que eu estou trazendo ela novamente **MARIANA, SEDESE:** Secretaria Executiva, a gente fez esse ofício esse mês. Agora, se foi encaminhado para o e-mail é que eu não sei. **SIRLENE - CEAS:** Esse número 4? O único que eu recebi foi o 4. **MARIANA, SEDESE:** O que fala da avaliação do Aproximação. Foi agora em fevereiro. **SIRLENE - CEAS:** Tem um ofício nº 1 aqui, só que ele não está disponível para a gente. Qual que é então? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Não chegou para os conselheiros ainda, não, por isso que estou perguntando. **MARIANA, SEDESE:** Ok. Então nós vamos corrigir. **SIRLENE - CEAS:** Eu vou procurar e vou dar retorno desse ofício. Juanita? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Oi? **SIRLENE - CEAS:** Eu vou procurar o ofício e vou dar retorno. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Inclusive eu gostaria de sugerir à SEDESE assim, quando ela se reportar ao Ofício 095, porque são várias questões, ela só se reporta a duas. Então a gente por isso que traz essa questão aqui na plenária para a gente obter informação. É claro que o que fala fica registrado e é por isso que a gente faz as anotações, mas institucionalmente eu acho importante. Da mesma forma, vem apresentar o relatório circunstanciado de execução parcial e anual das atividades e das metas alcançadas. Está dentro dessa Ação 1059 do Aproxima SUAS. Com relação à Ação 1066 que é o Auxílio Emergencial, que hoje é Recupera Minas, apresentar o relatório de monitoramento. Já enviou. Na Ação 4129 que é de Capacitação, apresentar o relatório das avaliações. Já encaminhado. Falta a gente dar o feedback para a SEDESE. Elaborar cursos de capacitação à luz do Capacita SUAS. Essa informação ainda não chegou para a gente. Que envie esforços junto ao Ministério da Cidadania para o retorno do Capacita SUAS. Também não chegou. Na Ação 4130 sobre regionalização, apresentar o relatório de monitoramento. Já chegou. A Comissão de Política vai se debruçar sobre ele também. Imagino. Na Ação 4131 que é Alta Complexidade, realizar encontro. Veio o ofício agora que é esse que a Sirlene leu, do dia 4, datado do dia 2 de setembro. Na Ação 4534 que é

o Piso Fixo Variável, o Piso Mineiro, apresentar o relatório atualizado da situação do passivo. Encaminhou, mas o item 3, apresentar a avaliação da situação dos municípios que executavam os serviços cofinanciados da rede série histórica, não enviou e não reportou no ofício, então a gente está com essa pendência. Na ação 4535 do Programa Rede Cuidar, apresentar o relatório de execução do Programa com o histórico das modalidades e ano, para uma análise e melhor entendimento do colegiado. Esse relatório veio também e a proposta do encontro da SEDESE veio também nesse encontro. O relatório veio antes e a proposta do encontro veio no Ofício 04. Na Ação 2081 e na Ação 4222, que são as duas ações que estão fora do orçamento do FEAS, as ações de assessoria da Política Estadual de Assistência Social e apoio financeiro e material aos serviços socioassistenciais, nós solicitamos apresentar informações sobre as despesas de pessoal da SUBAS nas prestações de contas trimestrais. Essa informação não veio nem no ofício e nem na prestação de contas do 3º trimestre, e as duas ações tinham essa deliberação e não veio. Ainda nesse ofício, quanto à estrutura física da Secretaria Executiva do CEAS. O CEAS solicitou que a SEDESE providenciasse estrutura física para a Secretaria Executiva independente da SUBAS, de preferência em região central de Belo Horizonte a fim de atender as demandas do colegiado. Também não veio respondido oficialmente para este conselho. A terceira e última solicitação é quanto à LOA enviada à assembleia, que a SEDESE solicitou na época, em setembro, que a SEDESE apresentasse formalmente ao CEAS e foi encaminhado onde esse conselho fez os encaminhamentos para a SEDESE, mas a SEDESE não conseguiu junto aos órgãos lá da SEPLAG e outros fazer as inclusões solicitadas pelo CEAS. Eu fiz essa leitura aqui só para nos retornar à memória que ainda têm pendências que a SEDESE precisa responder a esse colegiado. Obrigada. **MARIANA, SEDESE:** Só complementando. Sobre as ações 2081 e 4226, as informações elas foram trazidas para o conselho. Só registrando. E as outras, tem alguma que você deu falta, Sirlene? **SIRLENE - CEAS:** Não. Que eu lembrasse assim de cabeça não. **PRESIDENTE:** Quando a gente vê o acúmulo de serviço, o acúmulo de demandas, a gente corre o risco de se perder. Então é importante que a gente de fato tenha isso tudo muito bem organizado, catalogado de tal forma que todo mundo possa compreender porque a memória não dá conta de tudo isso. E aí a Juanita traz para nós isso tudo muito bem organizado. E que a gente, a partir de agora, também passe a ter esse comportamento para que na hora desses diálogos a gente fique tentando trazer da memória o que que foi dito, como que foi combinado. O bom mesmo é termos os papéis em mãos. O encaminhamento que eu recomendo é que todas as questões que não foram respondidas, que sejam. E que a gente possa, a partir de agora, quem não tem feito esse exercício, a gente possa ter uma pastinha com tudo isso organizado para a gente não se perder no processo. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Então o

encaminhamento para a Secretaria Executiva é cobrar essas respostas do órgão gestor. Não é isso? **MARIANA, SEDESE:** E enviar as que nós já enviamos porque nós já enviamos algumas que os conselheiros não receberam, então acho que é por isso que está dando falha aí na comunicação, principalmente as informações das ações 2081 e 4226 que a gente já encaminhou. **SIRLENE - CEAS:** Posso continuar agora? O terceiro item é a participação do FONACEAS na última reunião da Mesa Diretora que foi dia 10, sexta-feira passada. Ficou indicado que continuaria a participação da Érica, da Simone, da Secretaria Executiva e com a participação do Lucas que estaria representando a presidente e a vice-presidente que não podem participar dessa agenda. Ok? O terceiro item é uma Capacitação EAD sobre controle social. Ela vai acontecer no mês de abril. Se a Gabriela quiser me ajudar. Foi disponibilizado uma matriz pedagógica para contribuição dos conselheiros através daquele link. A gente solicita, no caso, a SEDESE solicita que os conselheiros possam contribuir até o dia 16. Gabi, se você quiser reforçar. **GABRIELE, SEDESE:** Esse é um dos cursos com a instituição de ensino contratada. A pauta dele vai ser controle social. Ele vai ser iniciado no mês de abril. E a gente gostaria que até o final do mês março a instituição de ensino já produzisse todo o material. O ponto de partida é a matriz pedagógica, então a programação, o que vai ser tratado em cada módulo do curso. A instituição fez uma proposta. A gente já deu uma olhada, a SEDESE. Está contemplando bastante conteúdo relevante para o controle social, mas a gente gostaria também que os conselheiros dessem uma olhada no arquivo e contribuíssem lá no próprio link para que, caso esteja passando alguma coisa, caso seja necessário incluir ou excluir algum conteúdo, que a gente tenha tempo de fazer isso antes da produção dos materiais. A gente pediu até o dia 16, sabendo, foi dia 10 que a gente pediu, na sexta-feira até quinta-feira da semana que vem. Se possível, se vocês conseguirem olhar o mais breve possível, antes do carnaval, melhor, porque a instituição de ensino já começa a preparar os materiais e não impacta no cronograma do curso. Obrigada. **SIRLENE - CEAS:** Alguém quer falar alguma coisa? Outro informe é a Secretaria Executiva pensando nos trabalhos das comissões, nós fizemos alteração na Comissão de Monitoramento, Política e de Orçamento. Nós passamos a Diane que ela trabalha 8 horas para a Comissão de Política e tem uma demanda maior de atividades para serem analisadas. Passamos a Adelmira para a Comissão de Monitoramento e eu retornei para a Comissão de Orçamento provisoriamente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** E a Comissão de Normas está sem técnico. **SIRLENE - CEAS:** É, mas breve vai ter. **PRESIDENTE:** E isso aponta mais uma vez para a nossa fragilidade com relação à equipe da Secretaria Executiva. A gente entende que a participação de técnicas ou técnicos nas comissões, isso dá uma outra roupagem para as discussões, visto que eles vêm com empoderamento direto da SEDESE e isso vai facilitar a organicidade, as discussões e ter um fluxo maior

nas comissões. A gente deixa registrado mais uma vez a necessidade, não é mais nem de urgência, é de emergência para que as comissões sejam compostas de acordo com o regimento, de acordo com o que essa casa precisa para que possa funcionar com qualidade, afetividade e eficiência. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Quando a Arlete está falando eu também vou reforçar aqui o meu pedido para a secretária. Eu achei que ela ficou assim em uma resposta muito vaga para nós devido a urgência e a importância dessas pessoas estarem de novo aqui conosco. É muito sério. Destituir uma pessoa sem saber o que vai fazer com aquela vaga. Por quê? Por que destituir assim? Eu pego uma cadeira e jogo fora porque não quero ela mais. Isso é muito, muito triste e preocupante porque está na LOAS, no plano decenal que a composição da assistência social ela depende da secretaria. Nada se constrói sozinho, então é urgente, urgentíssimo, sem contar como ficaram prejudicadas essas pessoas que simplesmente foram tiradas do seu trabalho. É muito preocupante e triste, sabe gente? Muito, muito mesmo. A desumanidade com o cidadão. Isso é falta de respeito. Isso é falta de respeito. É muito triste. Mariana, você Arlete, você Lucas, não é para hoje, não. É para ontem. Nós precisamos dos companheiros na secretaria. Precisamos. É um trabalho muito grande. “Ah, fulano dá conta, cicrano dá conta.” Mas a responsabilidade que chega no fim do dia não teve a mesma produtividade que tivesse, se tivesse outra companheira. Isso é um pedido da entidade civil. É com urgência mesmo. **PRESIDENTE:** Obrigada, Baião. E é isso mesmo. A gente tem feito essas solicitações. Antes a gente pedia para aumentar esse grupo da Secretaria Executiva e agora a gente pede, olha só como a gente vai diminuindo os nossos desejos em função das necessidades. Hoje nós estamos pedindo pelo menos a recomposição da equipe como estava, mas nós não vamos deixar de dizer da recomposição e do aumento dessa equipe porque esse pleno, o CEAS tem ficado prejudicado com essa história. E daí também a gente vai avaliando qual é o compromisso do estado para com a política da assistência social. **SIRLENE - CEAS:** O sexto informe, o CNAS enviou uma proposta de alteração da resolução 6 e eles solicitaram para essa resolução ser discutida e encaminhar as contribuições no prazo de 15 dias que é até o dia 27 de fevereiro. Só de informe, o FONACEAS solicitou ao CNAS prorrogação desse prazo no dia 31. Só que nós recebemos isso na segunda-feira. O FONACEA também fez essa solicitação na segunda-feira, mas não tivemos ainda retorno se vai ser acatada a solicitação do FONACEAS para essa prorrogação do prazo. **GRAZIELE, CRP:** Nós tivemos uma reunião do FET e o Philipe que participou da oficina. Ele fez alguns apontamentos para a gente. Dona Maria Baião também participou da oficina e rapidamente ela disse para a gente das dificuldades e corroborou com a fala do Philipe. Eu acho que é viável, não é possível aqui no CEAS a gente discutir a resolução, apontar mudanças na resolução 06 sem que a gente possa discutir. A primeira questão é pedir

uma dilação de prazo. Eu acho que é necessário. Mas nesse documento de ofício que solicita dilação de prazo também relembre que façam um texto que relembre ao conselho nacional da importância de um diálogo claro, pontual, que tenha condições de as pessoas se manifestarem, do CEAS se manifestar, porque um prazo tão curto é inviável. Então o que me faz pensar de forma mais rasa, não só pela fala da Baião corroborada com a fala do Philipe, e também pelo curto prazo, é que o CNAS ele precisa ficar atento à responsabilidade democrática e ampliação do diálogo, que o prazo tão curto me faz pensar que ele não quer o diálogo, corroborando também com as falas dos conselheiros. Eu acho muito necessário de a gente também pautar o tom desse ofício nesse lugar de lembrar que a gente precisa ampliar o diálogo e dar condições para que o CEAS consiga fazer esse diálogo. E eu penso como encaminhamento, além desse ofício de solicitação de dilação de prazo, mas com esses apontamentos de que aconteça o diálogo de forma mais localizada e ampliada, mas que essa discussão também seja feita na Comissão de Política. Cadê a Soraia? Soraia, não é maldade, não. Mas também quem está na Comissão de Política trabalhador é Cris, não é isso? Eu acredito também que os outros trabalhadores se disponibilizam para a gente estar junto com vocês, marcar uma reunião pontual para a gente pensar do que já tem. Porque essa questão da mudança da resolução 06 ela já vem com um apontamento lá na conferência nacional de 2021. E também está muito atrelado também com a eleição do CNAS. Então é uma discussão que já tem muitos anos, mas que eu acompanho no mínimo dois anos. Se precisar de uma reunião, a gente se disponibiliza. Estou colocando o nome do Philipe e da Gabriela mesmo sabendo, mas eles estão disponíveis, mas eu principalmente me disponibilizo. **SIRLENE - CEAS:** Define o encaminhamento, por favor. **GRAZIELE, CRP:** O encaminhamento é fazer o ofício pedindo dilação de prazo, mas lembrando a importância democrática de ampliar o diálogo e também dizendo que esse prazo foi muito curto. E que a gente enquanto CEAS identifica que há falhas nesse diálogo, nessa relação democrática entre o conselho nacional e CEAS. E essa discussão também na Comissão de Política junto com os demais trabalhadores. **SANDRA:** Realmente, está muito complexa e polemica essa discussão, mas, veja bem, estão debruçando agora o grupo dos usuários e o grupo dos trabalhadores na revisão das resoluções até mesmo para atender a 237, mas, de fato desde outubro isso vem sendo pautado para entrar em pauta e a gente, faço parte da bancada de trabalhadores também lá no CNAS e realmente está muito polêmico e complexo e a gente vem trabalhando no sentido de não resolver essa resolução de provocar mudanças desde outubro. E aí no final do ano teve indicativo de chamar assessorias para nos ajudar a compreensão sobre a questão de representação e representatividade de fóruns, do lugar do CNAS. Assim foi acatado que a gente também porque a bancada de trabalhadores também está discutindo lá. Não tem uma unanimidade

em cima desse tema. E conseguimos esses assessores que já estavam assessorando o grupo de usuários que está caminhando muito bem, obrigada. Os trabalhadores, a gente está vendo que está tendo polemica. Faço parte da bancada de trabalhadores lá e conseguimos, teve o professor, a professora daqui, no primeiro momento ia ser só o professor, agora até fugiu o nome, está tão complexo, Bernardino. E aí eu consegui assim falando gente precisava de outras pessoas para estar nos ajudando, inclusive sugeri a Eleonora Schettini aqui de Minas pelo rumo que ela tem pelo controle social, como ficou aberto também o grupo de São Paulo, o grupo do Sul também trazer assessorias porque está complexo e está virando assim uma questão no Brasil todo de rivalidade sindicato versus conselhos, sindicato versus... E talvez a forma como está sendo conduzido e colocado. Então nesse último pleno que não foi colocado também para poder porque a gente percebeu também pelo entendimento que estava muito rápido essa vontade de colocar e resolver logo. Então a gente colocou, fizemos a carta falando do prazo e também já manifestando. E lá no dia dessa carta quando foi elaborado do CNAS, um CNAS que está sendo comentado aí a nível de Brasil afora e isso está, ficou até muito sério. O CNAS tinha que dar uma resposta porque são resoluções referentes quem são os trabalhadores e os usuários. Então aí foi feita essa carta do CNAS e essa sugestão depois da fala dos professores e das assessorias de escutar, que eu acho que já foi a falha bem antes de não ter feito esse movimento no início de estar escutando os representantes até os que participaram da oficina nesse último pleno. Então a gente aguarda. Falamos aí. Foi falado também quando reforça essa questão do ofício de pedir prazo porque, de fato, só ia chegar às vezes, só chegou segunda-feira para os conselhos com o carnaval como que seria isso. A gente entendeu que isso não vai acontecer, está entendendo? Já estou falando aqui, meu pessoal, não vai acontecer. Se colocar essa resolução no próximo pleno porque vamos esperar chegar as contribuições do CEAS para poder a gente ouvir e depois eu acho que vai derivar para outras capacitações, outro entendimento porque ainda está um tema que está dando muita controvérsia. Está caminhando tomando um novo direcionamento sob bancadas do sindicato, sindical. Estou lá representando a federação, mas está tomando um outro rumo, nós próprios da bancada não estamos tendo um consenso, digamos assim, total que precisa de escutar mais e buscar trabalhar o que a gente pode provocar mudanças. Sim, tantos os usuários estão fazendo mudanças na resolução deles. Nós também podemos. Eu sempre falo: Qual que é a escolha? A gente muda para restringir ou muda para ampliar? Essa questão, vocês mês desculpem o desabafo, porque a gente internamente está tendo esse debate. A gente pode pensar em uma mudança de resolução no sentido de ampliar se não fugi, se não for ilegal. Está complexo. Ainda está tendo muita controvérsia e a gente espera receber as contribuições dos conselhos tal qual está a chamada da carta e aguardar as contribuições e a partir

disso a gente discutir, que eu acho que esse é o movimento. A gente vai mudar, mas a gente quer também tem que ouvir e até ter outras pessoas, outras pessoas que vão orientar para dar essa capacitação, que eu acho que a gente ampliar esse conceito de representação e representatividade. Quando fala a Grazi traz a questão do processo eleitoral, eu, no final da capacitação que infelizmente não pude, participei dessa chamada de decisão porque eu estava na reunião da CIT. Não podia deixar de ir. Não participei da capacitação que eu queria ter contribuído, mas no finalzinho eu cheguei lá e falei: Olha, este processo está linkado, para com os dois professores, está linkado com o processo eleitoral do CNAS. É a questão de cadeira do CNAS? Uma coisa é quem são os representantes têm que estar lá na resolução. Eu acho que não deve restringir, não, inclusive eu acho que deve ampliar. Outra coisa nós vamos discutir o processo eleitoral quem pode juridicamente, politicamente, moralmente estar no CNAS, mas estar linkado está criando inclusive uma situação muito complicada para o mundo sindical e com os outros parceiros também, os conselhos de classe, as associações, igual a ABRATO, do terapeuta ocupacional, e a gente está fazendo essa discussão interna. Não está simples também o debate para dentro, mas agora eu tenho esperança que os conselhos vão se debruçar e essa questão do prazo, eu concordo plenamente, porque não tem 15 dias com carnaval para chegar e já tem, e depois que chegar as contribuições nós temos que debruçar em cima das contribuições. E nisso vai derivar talvez outras ações, mais capacitação. Eu acho que não pode ser atropelado dessa forma. Eu, como membro desse grupo da bancada, não acho que tem que ser nessa rapidez e é isso que a gente vem manifestando o grupo que é contrário a colocar com muita rapidez lá no CNAS, inclusive ela não foi colocada em pauta que nós tivemos a nossa plenária dos trabalhadores em setembro. Já era para colocar em outubro. Ficamos outubro, novembro, dezembro resistindo para poder chamar esses capacitadores aí, essas assessorias para poder nos confirmar. Mas aí a gente depois vamos debruçar que infelizmente ainda vou ouvir essa palestra do professor, da Eleonora para a gente ir escutando e ampliando o nosso entendimento, mas não está simples. Os trabalhadores estão com mais dificuldade. Os usuários já estão caminhando em pleno vapor. Está mais tranquila a discussão. Então a minha fala enquanto conselheira, enquanto representante de FET também e no Brasil todo está se manifestando enquanto fórum estaduais, enquanto conselho, isso é muito bom. Isso é muito bom porque, de repente, a vai mudar e não vai restringir mais. Nós vamos pensar na mudança para ampliar. Obrigada. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu concordo com o primeiro encaminhamento da Grazi. Sugiro até que nesse ofício, para além disso que ela trouxe, que seja constado também que este conselho ele não vai coadunar com qualquer tipo de retrocesso. O princípio de vedação retrocesso ele nos permite ter esse posicionamento. Então, aquilo que já foi construído e

já foi consolidado nós não podemos retroceder. Com relação ao encaminhamento da Comissão de Política, eu entendo que não é a Comissão de Política competente. A competente é a Comissão de Normas porque nós estamos falando de alteração de normativa. E a Comissão de Normas ela tem que avaliar as normativas sob a ótica da Política de Assistência Social e as discussões têm que ser travadas sob essa perspectiva.

PRESIDENTE: Obrigada. Pois é. Têm algumas pessoas aqui ainda inscritas e eu estava também. O que eu quero trazer aqui é até voltando, duas ou três vezes foi dito aqui ontem durante a nossa conversa com a Secretária Jucá que ela dizia para que a recomendação dela na conversa que está prevista é de não ser uma conversa política, para a gente ser técnico. E eu só quero reafirmar aqui nesse CEAS hoje que todo ato é político, todo ato, até o ato de respirarmos. Tanto é que hoje, não hoje, mas sempre, e muito mais nos últimos tempos, a questão climática. Se a gente não cuidar desse planeta, daqui uns dias nós não teremos condições mais nem de respirar. Lembrando que o papel do CEAS é político sim e que aqui a gente faz uma luta para garantir o funcionamento com qualidade e responsabilidade da assistência social. Então quando a Grazi traz assim, será que esse tempo colocado é até para que realmente não se contribua? E quando a gente tem aqui a nossa dificuldade relacionada ao tempo que nós temos porque nós não temos o mês inteiro em função do CEAS, nós precisamos nos organizar para conversar, para pensar nas nossas contribuições, para analisar e etc., etc., e etc. Então eu só quero reafirmar, sim, todo ato é político e é com essa visão política sim de atendimento com qualidade, eficiência e da assistência social sempre. Está inscrita a Grazi e depois a Marilene.

MARILENE, FETAEMG: Só um minutinho. Só para retirar. Eu ia falar dessa questão que era normativa para a Comissão de Normas, d. Arlete. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada. Grazi.

Ludson. **LUDSON, CRESS:** Eu só queria sugerir em relação a esse encaminhamento da situação do conselho nacional. Eu tive a oportunidade de ver a palestra na íntegra e acho que vários outros colegas aqui também. Uma coisa que chamou atenção, acho que de muita gente, é que a própria ideia de rever a resolução atual ela é controversa. A resolução atual ela atende aos trabalhadores e muito bem. Não apenas um posicionamento um pedido por mais tempo, mas eu diria que pelo menos do ponto de vista do segmento de trabalhadores, a gente não vê porque alterar essa resolução. E se for o caso de alterar, que aí sim, seja feito com tempo e tudo aquilo que os conselheiros já colocaram, mas que também a gente já pontuasse isso, a própria necessidade da alteração já é uma medida de contrassenso. **GRAZIELE, CRP:** Eu até ia apontar para isso, Ludson, que a ideia primeira, inclusive do FET, era que a gente fizesse indicação que não fizesse alteração da resolução. Porém eu penso que é muito importante o CEAS ficar informado e por isso o pedido de dilação de prazo porque envolve várias outras questões. Inclusive estou acompanhando essa questão, eu especificamente, há dois anos. E quem participou da

conferência nacional que foi on-line, aquele desastre, aquela coisa horrível, eu não sei se em algum momento percebeu as brigas que estavam acontecendo. Inclusive eu escutei o primeiro termo lá, só estou dizendo disso para a gente poder ficar atento também nas respostas, eu nunca tinha ouvido um termo chamado contar garrafas. Têm conselheiros no conselho nacional que são profissionalmente conselheiros. Estão lá há muitos anos e via de regra eles mudam a representatividade, mas eles se mantêm conselheiros há mais de 10 anos. A motivação dessa mudança da resolução ela está muito envolvida, como a Sandra disse, à eleição do CNAS, por isso que eu acho que a gente precisa ampliar. O meu primeiro indicativo e do FET também seria já dizer para o conselho nacional da não mudança. Mas como é uma instituição política, a gente precisa conhecer um pouquinho mais dessas questões e inclusive qualificar a nossa participação. Porque eu, enquanto trabalhadora, eu penso e acredito na importância da rotatividade, de ter outros atores, refrescar esse lugar e não assentar cadeira e não transformar profissional do conselho.

PRESIDENTE: Crislaine, Philipe e depois a gente vai para os encaminhamentos.

CRISLAINE, CMAS CONSELHEIRO LAFAIETE: Só para trazer uma reflexão aqui que nós últimos anos o quanto que o controle social foi atacado. A gente viu o quanto que desde o conselho nacional até os conselhos municipais, o quanto de fragilidade que foi criada para manter esse controle social. Isso, gente, é um reflexo do quanto também acabou acontecendo dos ataques à democracia. Então chamar atenção porque isso começa agora com uma reforma, entre aspas, da questão da representação do trabalhador. E isso para atingir os próximos conselhos, os conselhos estaduais, os conselhos municipais, vai trazer mais fragilização e isso para acontecer com um pulo com fórum de usuários é pouca coisa. É um passo muito pequeno para isso acontecer. Então que a gente fique atento a esses movimentos porque se a gente quer reforma, a reforma por si só a gente faz quando a gente deseja melhorias e não quando a gente faz retrocesso. Então para a gente ficar sempre atentos porque para o ataque ao controle social e à democracia está bem presente no nosso dia a dia. **PHILIPPE, FETSUAS:** Como já foi dito, eu estava presente. Fui indicado pelo CEAS, respondendo ao convite do CNAS da indicação de um trabalhador. E para ciência de todas aqui reforçar o que já foi falado pelas colegas, mas também de que esse convite era para o debate da resolução. E esse debate ele não aconteceu. Como o Ludson disse, o vídeo está disponível, qualquer um pode acessar e comprovar que não houve debate. O CNAS não teve, não colocou abertura para o debate. Nós, convidados não fomos ouvidas durante a oficina que participamos. Então, reforçando, o que o Ludson falou e as colegas falaram já, nós trabalhadoras do SUAS não vemos a necessidade da alteração. Mas, antes disso, democraticamente defendemos a necessidade para abertura do debate, do diálogo e das contribuições, por isso reforçar o pedido de dilação no tempo da resposta ao CNAS. **PRESIDENTE:** Colocou

os encaminhamentos? Baião, por favor, e aí, realmente, a gente vai para os encaminhamentos. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Eu não posso deixar de fazer o comentário porque eu participei do vídeo todo. Nós fizemos um debate aqui no conselho de assistência social. E nos preocupou muito, muito a questão do trabalhador, a conquista de uma democracia tão justa, tão necessária para o Brasil que foi o SUAS. Buscar o trabalhador no início foi difícil até porque tudo que é novo a pessoa custa a acreditar. Hoje o que foi passado que deixou para nós muito preocupante, primeiro é a questão do sindicato. A Sandra representa o sindicato. Têm outros que representam, mas a questão do sindicato foi assim uma bomba para nós. Porque o sindicato nacional ele jamais vai trabalhar paralelo com sindicatos outros que existem no Brasil. O sindicato no Brasil é um sindicato arrogante que ele acha que é o deus que manda, então isso vai ser muito difícil. É mais fácil ele acabar com a política do que unir a ela. Isso ficou claro para nós. E a questão dos fóruns, a questão das entidades e fóruns, que para eles não é nada. Para eles não é nada. O professor foi muito claro quando ele disse assim: “O conselho ele é assim, um braço do CEAS, da assistência social.” Por exemplo, ele ainda deu exemplos, quando tem algum evento, eu sou convidada como conselheira para ir falar em nome daquela entidade porque a entidade confia em mim, na minha palavra. E assim são os fóruns. Os fóruns são existentes para dar um apoio a um trabalho social. Se a Mariana falar assim: “Você pode hoje falar em nome do fórum lá para me representar porque eu não posso ir, Baião?” Eu posso ir porque a Mariana confia em mim e sabe que eu vou falar, vou estar representando. Isso é que é o trabalho de um fórum. Então nos deixou assim muito para baixo. Realmente, depois que terminou a fala daqueles dois cidadãos, nós tivemos do conselho assim um para baixo muito grande porque nós ficamos sem ação, acabou com a assistência, acabando com a política. É um retrocesso que o Brasil já tinha superado. A gente achava. Agora eu acho que depende de nós entidade civil, trabalhadores nos unirmos, viu Lucas, até em um documento, enviar para o conselho porque a presidente do conselho é uma simples usuária. Ela não é a deusa. Eu conheço pessoalmente. A fala dela é assim de derrubar, mas não vai nos derrubar, não, gente. Não vai. São 22 anos de luta e conquista. Ela foi tão sem educação que ela cortou o microfone, ela fechou o microfone de quem estava representando o Rio Grande do Sul porque ela não concorda com as falas que se opõem a ela. E isso nós não podemos aceitar. Não podemos admitir, Arlete. Você como presidente dessa mesa, no CEAS, representando usuário. Aqui em Belo Horizonte nós já nos posicionamos também. O José Crus hoje tem reunião com a secretária, mas ele já sabe a nossa posição civil como é que está. Nós temos que encaminhar um documento porque senão vem aí a conferência, vai ser pior ainda do que foi o ano passado, que aquilo foi uma vergonha, duas vezes vergonha vai ser desta vez então se não nos posicionarmos, viu Arlete. **PRESIDENTE:** Obrigada,

Baião. Quais são os encaminhamentos? **GRAZIELE, CRP:** Só ratificando, a Margareth é trabalhadora. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Nós temos como encaminhamento o envio do ofício solicitando prorrogação do prazo. E a gente pode pedir esse prazo nos mesmo termos do FONACEAS que é até o dia 31 de março? Seria oportuno? A minha sugestão é que seja no mesmo sentido do FONACEAS até porque para a gente ter um alinhamento e uma unidade de manifestação. E o segundo encaminhamento é o direcionamento da discussão para a Comissão de Política ou para a Comissão de Normas. O meu entendimento é pela Comissão de Normas. A Grazi entende que é pela Comissão de Política. Pode ser Normas? Então o encaminhamento é o envio do ofício e a matéria para a Comissão de Normas. **PRESIDENTE:** Está em votação. Os encaminhamentos estão em votação. Aprovado. Obrigada. **SIRLENE - CEAS:** Dando continuidade, o sétimo encaminhamento é a reunião trimestral que vai acontecer no mês de março, no dia 6 de março, e o conselho nacional mandou o convite na semana passada. E o nosso prazo para resposta era ontem, dia 14. Então na Mesa Diretora ficou indicado que seria o Conselheiro Elder devido a agenda da Mariana e da Arlete estar comprometida já. Por último, os informes da SUBAS, do COGEMAS e do CNAS, nós enviamos para todos os conselheiros pelo grupo do Whatsapp. **PRESIDENTE:** O pleno sente necessidade de fazer a apresentação dos informes do CNAS e COGEMAS? Foi encaminhado? Então sigamos com a nossa pauta. **SIRLENE - CEAS:** Dando sequência, retorno de vistas da plenária de dezembro que vai ser sobre o calendário anual 2023, com o Conselheiro Lucas. A prestação de contas do 3º trimestre, com o Conselheiro Ludson e Lucas. **SANDRA:** Eu acho importante, desculpa, foi encaminhado para o Zap, mas esse programa de avaliação do CadÚnico, todo mundo ficar atento porque a gente colocou coisas muito importantes. Isso foi trazido na CIT. A Mariana estava lá, a nossa secretária estadual, e eles trouxeram esse material de apresentação está no Blog, vocês podem entrar, mas é o seguinte, ficar atento porque a resolução aprovada na CIT, quando ela é submetida lá no CNAS, ela sofreu alterações também que nós colocamos uma situação do controle, ações de controle de prestar conta municípios e estados, mas também tem responsabilidade dos entes federados, estados e municípios. R\$ 400 milhão para ser executado em dois anos e a gente tomar cuidado, inclusive a gente fez a defesa no sentido do trabalhador para poder contratar, se precisar pagar hora extra para trabalhador efetivo, é fazer essas visitas, essas buscativa, mas como que vai ser essa capacitação, trabalhar essa habilidade daqui a pouco porque tem muita irregularidade no documento que foi apresentado aumento no cadastro do pessoal aquela situação toda, não vou falar de fraude e outras coisas, mas tem muita irregularidade e famílias, o objetivo do programa foi desvirtuado lá do Bolsa. Famílias que estão precisando não estão recebendo e muito cadastro unipessoal que vai ter que ser discutido. Agora, este trabalhadorzinho que está

lá na ponta, que vai estar falando para aquele usuário que a partir de tal mês você não vai ter os R\$ 600,00. Como a gente vai ter que ter uma habilidade e uma capacitação nesse sentido? Sergipe deu um depoimento lá que já teve ameaças ao CRAS, ameaças a trabalhadores e querendo invadir o CRAS de Sergipe. Um colega lá de Sergipe fez esse relato lá na reunião da CIT, então assim, trazendo assim, como que os municípios vão trabalhar isso, lá estão as competências, a resolução está aqui, mas vocês vão entrar lá e com ações de controle social que a gente colocou que na CIT nós ampliamos o público e também colocamos ações de controle. Então como é que vai ser? Esse recurso vai ser utilizado? Como que isso vai passar pelo controle? Então tem lá essas ações que vão ter que voltar e apresentar dados qualitativos, como está sendo executado nas 3 esferas do controle social. Mas é só dizer da importância dele que tem que ser revisto mesmo esse programa, mas eu acho que vai ter muita dificuldade e os estados e municípios que vão trabalhar na contratação e nesses técnicos que vão estar lá na ponta, ter essa habilidade bem sustentado e com argumento qualificado, embasado. Por quê? Vai ter um pouco de resistência porque não é simples agora chegar se houve equívoco lá atrás para não falar outras palavras, a gente ficar aqui no institucional, que muita gente vai passar a não receber e aí quem vai estar falando isso lá na ponta é esse trabalhador e a gente acredita, não, a gente não acha, a gente acredita que vai ter muitas situações como já está acontecendo. Então é só dando esse toque que a gente fez a defesa dos trabalhadores lá nessa capacitação e como que vai ser o vínculo que vai ser qual vínculo que vão ser contratados esses trabalhadores, quando é vai ser o acompanhamento. É uma responsabilidade também para a gestão. Só fazendo esse aporte diante dos outros informes. Obrigada. **SIRLENE - CEAS:** Obrigada. **PRESIDENTE:** Grazi. **GRAZIELE, CRP:** Não. É só porque eu vi os informes aqui do COGEMAS. E Marinete, ontem, a gente esteve com o José Ribeiro de uma maneira muito informal. Mas ele já traz para a gente algumas questões que a Deputada Andréia de Jesus ela vai trazer uma proposta de lei da mudança do Fundo de Erradicação da Pobreza. Isso já foi pautado no COGEMAS porque vai passar aqui pelo CEAS, se tem algum trâmite, se tem alguma outra informação? **MARINETE, COGEMAS:** Na verdade, a gente vai ter reunião do COGEMAS amanhã. Certamente a gente vai ter algum momento que a gente vai conversar. A gente está em um processo também de mudança da diretoria executiva, então a gente está nesse processo ainda. Mas essa discussão ela já foi pautada no COGEMAS em outros momentos sim. Mas a gente vai estar retomando até pelo fato de a gente estar também vivenciando uma nova eleição da diretoria executiva. Tá bom? **SIRLENE - CEAS:** A próxima pauta vai ser o retorno de vistas da plenária. O calendário anual, Conselheiro Lucas. A prestação de contas do 3º trimestre que é o Conselheiro Ludson e o Conselheiro Lucas. E o plano estratégico do controle social que é o Conselheiro Lucas. **LUCAS,**

CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF: Foi encaminhado para todos o calendário de 2023. Houve uma manifestação da Comissão de Orçamento também solicitando que o calendário ele fosse mais simples no formato do anterior. E constam aí as datas para as nossas reuniões. Lembrando que esse calendário ele também integra o planejamento anual. Então o planejamento anual ele tem que ser lido junto com o calendário. O calendário tem que ser lido junto com o planejamento anual. A Sirlene está projetando ele na tela para a gente, o formato dele, e vem a questão da distribuição das datas. Houve uma solicitação da Conselheira Carla de alteração das datas desse calendário para não coincidir com as reuniões do CEDCA, que é o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Contudo, eu havia até justificado para ela que a gente depende também de uma organização interna da Casa de Direitos Humanos, que é de gestão da Subsecretaria de Direitos Humanos. SUBDH que chama, não é? Porque lá também funcionam outros conselhos e, usualmente, a terceira semana do mês ela é reservada para as atividades do conselho estadual de Assistência. É reservado ao CEAS. Então isso dependeria também de uma articulação nossa com a própria gestão lá da Casa de Direitos Humanos. Mas, de toda sorte, a gente trouxe esse calendário já partindo das datas que já estavam consolidadas no calendário anterior, e eu submeto a apreciação dos pares.

PRESIDENTE: Grazi. **GRAZIELE, CRP:** Na reunião da sociedade civil, eu estou vendo aí que a gente colocou mais um dia, um terceiro dia que seria para o GT de organização das conferências. A sociedade civil a gente entende que está tendo... Os colegas também, a gente não combinou quem que iria tratar, mas a gente entende que está tendo um prejuízo mesmo de organização. A Gabi já colocou que precisa ter uma metodologia diferente na organização das reuniões, mas a gente solicita que pelo menos a cada, quando tiver, por exemplo, pautas conjuntas, então a princípio uma pauta conjunta que a gente já sabe que é o orçamento, que a gente tenha um dia a mais desse calendário que de modo geral já está previsto um dia a mais para o GT. Então, esse dia a mais, seria para os conselheiros a cada 3 meses, a princípio é a sugestão. E nesse dia a mais a gente pode concentrar outras atividades como a reunião conjunta das comissões para não ter prejuízo na discussão e ampliação de diálogo. A gente pensou também de ter uma capacitação. E aqui eu já sugiro que uma das primeiras capacitações, até mesmo para organização da nossa atividade aqui, ano passado nós fizemos uma, não vou lembrar, mas é uma organização de como que são encaminhados... Como chama aquele documento que a gente fez que teve um... Juanita também participou, que a gente foi construindo as atividades. Fluxo. Manual de funcionamento do CEAS. Então nessa primeira reunião a gente se debruça, lê o Manual de Funcionamento do CEAS para a gente poder ficar bem alinhado e lembrar disso. E um outro momento também que a gente pensou é que a gente deixe disponível, já que não só na palestra da Maria Alves ontem, mas também que a

gente deixe disponível um horário para atendimento ao CMAS, que a gente faça o convite daquele CMAS que tenha pendências, que tem as pendências de denúncia no CEAS, que a gente dispare mala direta que naquele xis, que naquele horário a gente vai estar disponível fisicamente ou on-line, caso necessário. Então a sugestão, pelo menos se eu estou a sugestão da sociedade civil é isso, que a cada mais ou menos, quando tiver necessidade de uma reunião conjunta das comissões conjuntas, que amplie e ainda inclua essas atividades nesse dia de agenda. **PRESIDENTE:** Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Nós estamos aprovando o calendário do CEAS com relação às datas fixas que nós temos que garantir que são os dois dias mensais. Não é isso? E a gente tem um planejamento aqui que ele é bastante extenso, mensal, todos mês ações. Essas ações do planejamento já estão incluídas nesse cronograma? Porque eu não consigo enxergar daqui. Eu estou com esse modelo antigo que a gente recebeu. Esse modelo aí... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** É a última página do planejamento. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu fui no planejamento, mas não fui na última página. Que coisa horrível. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Deixa eu só trazer um esclarecimento, Juanita, em cima da sua pergunta. Ontem, na reunião da sociedade civil, eu havia dito que eu havia preservado os dois dias que já era usual de a gente ter. E na quinta-feira que antecede a plenária ordinária que a gente costuma fazer, a organização seria diferente, mas já houve uma manifestação da sociedade civil pela manutenção daquilo que a gente já havia feito. Então é preciso ser feito uma alteração nesse sentido para poder trazer uma reorganização. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Porque, na verdade, considerando aqui a partir do mês de março, têm três agendas mensais porque essa nova agenda é do GT da conferência. Não é isso? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Isso. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Nós tínhamos discutido, isso aí a gente vai ter que ver a viabilidade até por causa da questão de participantes desse GT, de nós trabalhadores da sociedade civil ter que dedicar mais um dia ao CEAS considerando a nossa agenda que já é comprometida com o trabalho pessoal de cada um e já acordada com o nosso trabalhador. É aquilo que a gente conversou. Outra coisa que nós conversamos é com relação à reunião ampliada e à reunião simplificada da diretoria. Isso acabou. Nós vamos ter só a reunião ampliada. Não é isso? Acaba a reunião simplificada. Por exemplo, dezembro aqui, tem mais agendas porque a conferência é nacional. Desculpa, eu não me ative à última folha do planejamento. Eu fui nesse aqui. É papel demais. **MARINETE, COGEMAS:** Eu estou inscrita? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Vai Marinete. **MARINETE, COGEMAS:** Eu não vou começar lendo, Juanita. Eu, assim, acompanhei tanto o calendário quanto o planejamento, legítimo. Também acompanhei nas discussões nossas ampliadas, mas a assim, todo mundo aqui, para além de estar aqui no CEAS, têm

muitas outras atribuições. Eu estou muito preocupada com esses três dias. Eu acho, eu não sei se a gente precisa otimizar mais os nossos dois dias aqui mais objetivos. Às vezes a gente fica uma hora só nos informes. Sabe? A gente fica repetindo muito. A gente discute, aí ao invés do outro encaminhar, discute de novo. Eu sinto muito, é muito difícil a gente enquanto gestor ficar uma semana, três dias, então eu acho muito complexo isso. E eu acho que a gente precisa reconsiderar isso. Eu acho que nós precisamos aqui no CEAS é otimizar o nosso tempo. É ficar ponderando mesmo. Vamos lá. É um minuto para fala. Às vezes fica cinco minutos falando, três minutos falando, vai e volta, vai e volta, e aí a gente gasta mais três dias para... Daqui a pouco se a gente não conseguir vai dar mais quatro, daqui uma semana. Eu acho que não é aumentar os dias, é melhorar a nossa metodologia e melhorar a otimização do tempo que temos. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Marinete, por trazer essa fala, que ela foi unânime na nossa reunião de conselheiros governamentais. Eu gostaria de trazer aqui também que ontem nós discutimos muito isso. E a gente já queria se manifestar contrários ao estabelecimento de três dias sequenciais de reunião da forma como está. E qual foi a proposta que nós queremos trazer? Quando a gente está falando de reunião de grupo de organização da conferência, nós entendemos que cada grupo de trabalho e cada comissão organiza a sua agenda. Nós já temos aqui exemplo da Comissão de Política, de Orçamento, de Normas, da própria Mesa Diretora que está se reunindo conforme a disponibilidade dos conselheiros, de forma virtual, na hora do almoço, antes do horário. A gente teve no ano passado, combinamos, vamos chegar 8h, a gente faz uma hora só para fechar alguns encaminhamentos. Então, da mesma forma, o GT de organização da conferência ele vai ter que se reunir diversas vezes e vai ter que ser de acordo com a disponibilidade da agenda das pessoas que vão compor este grupo. Proposta então, que a gente mantenha os dois dias fixos somente e as outras atividades elas vão ter que ser organizadas dentro dos grupos de trabalho das comissões conforme agenda de quem estiver participando. Resumidamente essa que vai ser a proposta, de não criar dias fixos para além daqueles dois dias. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Eu só preciso trazer uma justificativa do terceiro dia porque ele seria único e exclusivamente para aqueles conselheiros que possam integrar o grupo de trabalho da organização da conferência. Ele seria trazido aqui, ele está sendo trazido para o calendário para conhecimento. E aí eu faço a defesa desse terceiro dia presencial pelo seguinte, nós aprovamos uma alteração no decreto que nossas reuniões seriam preferencialmente presenciais. E o GT de organização da conferência, se nós colocarmos em regra que as organizações desse trabalho serão preferencialmente virtuais, que é isso que estou entendendo que vai ser preestabelecido, pode ser que a gente limite a participação de alguns conselheiros que têm dificuldade de participar on-line, como têm diversos conselheiros como o Isac, d.

Arlete, nessa participação mais efetiva. A ideia de ter a reunião presencial do GT no dia que antecede a organização ordinária que nós já tínhamos é para poder facilitar o deslocamento do conselheiro, otimizar um pouco a agenda, minimamente a agenda e oportunizar a participação física, presencial daqueles que por ventura poderiam ter uma dificuldade de participação on-line, ou seja, não limitar a participação no GT. **GRAZIELE, CRP:** A ideia de um dia a mais não é todo mês. Não é contínuo, não. A ideia seria quatro dias a mais ao ano. Quando tiver necessidade da reunião conjunta, aí pensando nas pautas de orçamento, porque a gente precisa, não são quatro? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Isso aí é outra coisa que você está falando. É diferente... **GRAZIELE, CRP:** Ah não, eu não estou falando de GT, não. Eu estou falando do calendário. **MARIANA, SEDESE:** Mas no calendário, volta lá, gente. No primeiro semestre todos os meses têm três dias. **GRAZIELE, CRP:** Não, mas o que eu estou entendendo que o Lucas colocou é que colocou aí para poder, só para poder apontar que o GT, inclusive está lá, GT de organização. A proposta discutida na sociedade civil é que quando tivesse necessidade de uma reunião conjunta que se criasse um dia a mais. E para otimizar, pela lógica seriam quatro reuniões no ano a mais. E para otimizar o nosso tempo, a gente usaria esse dia para fazer capacitação que a gente diz que é muito importante, mas que a gente acaba colocando, atropelando nos dois dias de plenária, e também para atender os conselhos municipais. A organização, desses quatro dias a mais, seria para concentrar essas três atividades. As três, as comissões conjuntas elas estão sendo com dificuldade. A gente não tem atendido os conselhos municipais e as capacitações estão sendo atropeladas. O benefício eventual, por exemplo, a gente falou que deveria ser o dia inteiro, não uma manhã. Essa sugestão de quando tiver necessidade de reunião conjunta, um dia a mais, e tentar condensar essas três atividades. E também outras pautas que precisam de demanda para a reunião conjunta, nos organizar para que seja nessas quatro vezes ao ano. **PRESIDENTE:** Ficou entendido isso? **MARIANA, SEDESE:** Só quero reforçar o encaminhamento pedido pelo segmento do governo, se algum conselheiro governamental aqui discordar, que seja mantido os dois dias fixos e as outras agendas, as outras atividades sejam estabelecidas dentro de cada grupo ou comissão ou Mesa Diretora. Isso foi alinhado pelos conselheiros governamentais e, obviamente, vai depender da pauta, vai depender de conciliar agenda, inclusive para ser definido aí futuramente. É porque eu só quero deixar claro a proposta de encaminhamento nossa. Ela é bem objetiva. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só para poder facilitar o nosso entendimento. A proposta que eu estou trazendo do calendário, única e simplesmente, é a reunião fixa do GT de organização da conferência. Eu acho que seria oportuno, seria um terceiro dia usualmente para aqueles conselheiros que possam integrar o GT, que seguiria esse calendário para poder facilitar. E até mesmo para todos nós termos o

conhecimento de que esse GT está se reunindo presencialmente. A segunda parte é uma sugestão que está sendo trazida pela sociedade civil de que no período de três em três meses, a cada três meses, a cada trimestre, no momento em que nós temos que discutir pautas que são comuns a todas as comissões, todos os conselheiros possam vir em um terceiro dia para que a gente possa, na parte da manhã ou na parte da tarde, fazer uma capacitação. Na parte da manhã ou na parte da tarde fazer a reunião conjunta das comissões para poder discutir a temática do trimestre. É isso e o atendimento dos conselhos municipais. Pelo menos eu estou tentando fatiar para poder facilitar o nosso entendimento. **SIRLENE - CEAS:** No caso dessa segunda solicitação seria só de três em três meses, trimestral, caso necessário for. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Isso. Só pelo período de três meses. Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Tudo que está colocado aqui é de extrema importância. Quanto mais ampliar a participação social no conselho, a gente sabe que é para um bem comum e é necessário. Entretanto a fala da Marinete traz a gente para reflexão, não só do gestor, mas de todos nós. Eu gostaria muito de participar mais. Eu sinto que eu devo mais ao CEAS, mas não tenho disponibilidade. É uma questão de trabalho, acordos que a gente faz com o empregador, então, assim, eu quero, mas não consigo. Faço em casa à noite, quando eu estou viajando, porque eu viajo muito e contribuo de uma certa forma. Mas presencialmente eu acho muito difícil. Eu acho que a gente tem que refletir na fala da Marinete no sentido de pensar a metodologia. Nós fazíamos a nossa reunião de comissão conjunta na mesma dinâmica de dois dias. Eu acho que a gente precisa é nos organizar, principalmente na nossa fala. Por exemplo, o Silvestre falou. Se eu não consigo contribuir além da fala dele, talvez eu não precise falar logo em seguida porque eu não tenho nada novo para trazer considerando a fala dele, no sentido de otimizar e buscar um equilíbrio. Por exemplo, assim, a reunião conjunta, conforme o nosso regimento interno, tem que haver, mas a gente não pode também prejudicar o trabalho dos conselheiros que não podem estar. Isso é uma coisa. A Secretaria Executiva tem que pensar em uma metodologia para fazer o CEAS funcionar, na minha reflexão, considerando a possibilidade de todo mundo. É claro, eu queria estar aqui mais um dia, é importantíssimo, mas, e lá onde eu trabalho? Assim, refletindo mais sobre isso. Como o Lucas falou, é preferencialmente, se é presencial tem que reorganizar as agendas. O que que pode ser diminuído, o que que pode ser ampliado? Agora, quando a gente fica a manhã inteira, de 9h às 11h, nos informes, a gente precisa refletir sobre isso. Entendeu? E ir no foco da questão. Pegar o ofício e ir lá, pegar a questão do CNAS e ver o que a gente pode contribuir. E assim, eu acho que essa fala da Marinete, para mim, me trouxe uma reflexão. A gente precisa pensar na nossa metodologia de trabalho. A não ser que mais pessoas aqui tenham disponibilidade de vir, senão no terceiro dia corre risco de o CEAS ficar vazio

e poucas pessoas continuarem contribuindo. Essa é a minha reflexão que gostaria de fazer. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Na última reunião da Mesa Diretora ampliada que a gente teve, Juanita, principalmente sobre a questão dos informes. Eu até apresentei uma metodologia diferenciada para que os informes sejam encaminhados para a Secretaria Executiva. Seja feito um único documento com todos os informes de um parágrafo e que esses informes sejam claros e objetivos e esses informes sejam dados pela secretaria. Não precisa de vir vários atores e explicar, e explicar. É claro que é importante a participação, mas o informe? Ele é para informar. Ele tem que ser objetivo. Ele tem que ser claro e não cabe discussão. Aquele informe que precisa ser um pouco mais explicado, ele tem que virar ponto de pauta. Informe, o nome já diz, ele é informe. Ele é uma apresentação breve, sucinta e objetiva. Não cabe discussão no informe. Não cabe encaminhamento no informe. O informe por si só ele tem que ser aquilo. Ponto. É o que ele é, mas se for algum informe, por exemplo, e é algo que eu já pedi para a gente poder ficar atento na Secretaria Executiva e nós aqui da Mesa Diretora ampliada. Os materiais que são encaminhados para os conselheiros têm que ser encaminhados com antecedência mínima de 7 dias, no mínimo. Sete dias para que a gente tenha conhecimento prévio do que vai ser discutido. Os informes também tentar encaminhar com antecedência de dois dias, por exemplo, porque a gente sabe que tem alguma coisa que chega de última hora. Mas os informes em específico, por que a gente fica discutindo nos informes? Porque a gente não tem conhecimento com tanta antecedência, então a gente precisa maturar um pouco melhor essas informações. Mas levando em consideração isso, eu acho que a gente precisa, enquanto Mesa Diretora ampliada precisa junto com a Secretaria Executiva, tentar traçar uma organização melhor e mais que isso, e aí eu vou chamar atenção de todos nós. Nós vamos precisar nos ater aquilo que pede o regimento interno. Nós temos um prazo de dois minutos para cada intervenção. Aquele que for preciso expor um pouco mais, faça a solicitação da prorrogação do prazo para a presidência autorizar ou não essa prorrogação. Mas a gente vai ter que fazer isso até mesmo para poder otimizar esse tempo. Para que a gente consiga também garantir maior participação e cumprir essas agendas dentro desses dois dias. Simone. **SIMONE:** Também aproveitando o gancho aí, hoje até cheguei atrasada, mas eu acho também que a gente vai ter que ter um comprometimento de horário. Não dá para ter conselheiro chegando 9h30, 9h40, e aí a gente tem que ficar aqui contando quórum, contando quórum, isso atrapalha. Então a organização já que quem vem de fora vem um dia anterior, se organizar para estar chegando aqui no horário. Se começar no horário vai conseguir pautar tudo direitinho, agora, se a gente começar a chegar aqui 9h40, 9h50, ainda vou tomar um café, ainda vou ficar disperso, isso atrapalha sim a movimentação. **ISAC, ASQUIS:** Eu ia contribuir no assunto também. Acho importantes as falas que foram ditas.

Acho que compreendi o ponto que o Lucas trouxe sobre o GT de organização da conferência. Acho que foi bacana a proposta. E falar um pouco também da proposta que a sociedade civil trouxe sobre as reuniões que tiverem capacitações e reunião das comissões conjuntas. Tive a impressão também que as falas aqui, anteriores que falaram sobre o tempo, acho que estão tratando mais da plenária. Acho que uma coisa é o informe na plenária, outra coisa é a discussão, por exemplo, de prestação de contas ou de outro assunto em comissão conjunta. Acho que é muito complicado discutir esses assuntos correndo sem as pessoas poder falar, sem poder tirar as dúvidas porque durante o ano passado eu vi vários momentos da votação em que a plenária não estava esclarecida para votar porque não tinha conseguido discutir o assunto na reunião anterior. E vi vários momentos em que o trabalho na comissão separada não era possível por causa da reunião da comissão conjunta que era anterior, uma atrasava ou passava do horário. Acho que é um pouco sobre isso, para evitar isso, além da reunião do segmento da sociedade civil e do governo que ficava prejudicada. Não sei se é do governo, mas pelo menos da sociedade civil ficava prejudicada por fazer as atividades correndo no dia da reunião de Mesa Diretora, comissão conjunta e comissões temáticas. Então foi um pouco pensando nisso que a sociedade civil fez a proposta. Eu acredito que é nesse sentido. Por exemplo, a reunião de ontem, eu achei ela meio corrida para a gente. A capacitação foi muito boa pela manhã. A gente querendo conversar mais e tinha as outras pautas para continuar. Foi pensando nisso a gente entendeu, pelo menos na sociedade civil, que as capacitações são superimportantes. Eu entendo que as discussões dos temas em comissão conjunta, eu acho que são importantes também. É importantíssimo que todos os conselheiros tirem as suas dúvidas, que coloquem lá os seus entendimentos para caminhar para o encaminhamento para que chegue aqui no dia da plenária e a gente consiga fazer as votações de todos os assuntos da pauta, para vencer a pauta e fazer o nosso trabalho. Então eu defendo tanto a proposta do Lucas quanto a proposta da sociedade civil que trouxe das reuniões quando forem necessárias com a capacitação e com as reuniões conjuntas. A gente acrescenta esse terceiro dia para trabalhar com mais tranquilidade e mais possibilidade de trabalho mesmo. Eu lembro em outros períodos do conselho que quando era necessário a gente fazia uma plenária extraordinária. Eu acho que é mais difícil em termos de viagem, pelo menos para mim, vir para cá duas semanas do que ficar um dia a mais e trabalhar. Não sei se para vocês é a mesma coisa, então eu defendo as propostas que foram colocadas, mas concordo com a questão da objetividade nas falas da plenária. **PRESIDENTE:** Elder. Desculpa, é a Jeane primeiro. **JEANE, SEDESE:** Eu concordo que o informe, como o Lucas sugeriu, ele seja enviado pela Secretaria Executiva com antecedência. Mas eu também chamo atenção para que os conselheiros tenham acesso e leiam com antecedência também. Porque às vezes a impressão que eu tenho é

que chega aqui e não só os informes, mas os pontos de pauta é uma novidade, como se estivesse lendo ali naquele momento, não tivesse se debruçado com antecedência, que é a função dos conselheiros se debruçar em cima da pauta, sobre os assuntos e chegar aqui já com indicativos, com alterações. Então, assim, enviar os informes com antecedência com certeza, mas que os conselheiros leiam com antecedência também. Porque aí chega aqui não fica de novo entrando em uma discussão se já é lido antes e já vem com aquilo com clareza, com os assuntos com clareza também faz com que a plenária seja mais objetiva. Obrigada. **PRESIDENTE:** Elder. **ELDER, SEDESE:** Juntando tudo que a gente comentou, eu queria só propor alguns encaminhamentos pela lógica de ser mais objetivo. Com relação à questão do GT, eu acho que o que o Lucas fez teve lógica no sentido de facilitar a vida. Mas eu acho que essa discussão vai acabar dependendo de quem compor o GT. Às vezes vai ter uma pessoa que não vai poder vir na data. Sobre ser presencial, isso pode ser definido no GT. É presencial, mas essa questão da data, eu acho que a gente vai ter que verificar com o próprio GT. Eu proponho que a data da reunião seja definida pelas pessoas que compuserem esse GT com relação a isso. Com relação ao nosso calendário, eu sugiro e até ouvindo as falas da Juanita, da Marinete, que hoje a gente pactue os dois dias, que são os dois dias de reunião. Acho que é muito importante para as outras pessoas até para se organizarem. Eu já vi que até tem alguns conselheiros que estão pedindo as datas para passar para o trabalho deles. E essa questão, pelo que eu entendi, da fala da Grazi, de um dia a mais, tem que ser avaliada de tempos em tempos se vai ser necessário ou não. E tendo essa necessidade, a gente já informa que no mês específico vão ser três dias, porque aí a gente fecha, faz a aprovação das duas datas que é o mais importante. E coloca isso como uma demanda da sociedade civil. O aumento de data quando houver necessidade e, pelo que a Juanita falou e a Marinete, a gente avalia no mês para fazer reunião conjunta dentro daquele mês. A pauta permite isso? Ok. Não dá um dia a mais. Aí eu acho que a gente caminha. Pode ser até menos, mais. **PRESIDENTE:** Então gente, aí estão os encaminhamentos, mas eu só quero voltar aqui na proposta de Carla Valéria. Ela pediu para ver a questão da agenda do CEAS devido ela também estar no CEDCA, e a gente chegou a falar sobre isso na nossa reunião na sociedade civil. E algumas pessoas também já colocaram que nos seus trabalhos já têm garantida essa liberação de acordo com o nosso calendário, ainda que ele não tivesse sido aprovado. Mas a gente já tinha uma noção que seria sempre na terceira semana, então eu percebi uma inviabilidade da possibilidade de mudança na agenda do CEAS. É isso? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Nós temos como encaminhamento, Grazi, o seu encaminhamento pode ser juntado com o do Elder? **GRAZIELE, CRP:** O encaminhamento é da sociedade civil, então eu acredito, por mim, pessoalmente, sim. E aí eu acho que os demais da sociedade civil poderiam

manifestar que é junta o encaminhamento do Elder. Então não seria e também não é uma sugestão que seja a cada três meses, mas sempre que tiver necessidade de uma reunião conjunta. Mas que a gente possa planejar de forma organizada para outras matérias entrarem no dia, capacitações entrarem no dia, apoio ao CMAS entrar no dia. É a mesma proposta. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Marilene. **MARILENE, FETAEMG:** Só para reforçar que essa questão das capacitações. Sempre que tiver capacitação é fazer essa reflexão. Concordo também que talvez não deixa estabelecido, mas fazer essa reflexão porque ontem, por exemplo, foi muito atropelado as nossas reuniões, principalmente da sociedade civil. A gente não deu conta de encaminhar tudo, então é seguir nessa linha, mas sempre com esse olhar importante porque as capacitações, falo por mim, elas são fundamentais e com tempo para a gente poder fazer com mais clareza. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Nós temos encaminhamento do Conselheiro Elder, da manutenção dos dois dias de reunião que já são usuais no nosso calendário. A definição da data do GT de organização da conferência a ser definido pelo próprio GT. E as reuniões e capacitações, reuniões conjuntas e capacitações e atendimento dos municípios, aos CMAS, serem definidos posteriormente à medida das demandas que forem sendo apresentadas. Esse é o encaminhamento. **PRESIDENTE:** Em votação. Graças a Deus. **SIRLENE - CEAS:** Vou confirmar os encaminhamentos. Ficou a sugestão do Elder que consolidou as outras, não é? As datas das reuniões do GT sejam definidas pelo grupo que vai ser criado. A solicitação da sociedade civil, que é da reunião conjunta e as capacitações serem trimestrais presencial, elas sejam avaliadas pelo colegiado anteriormente. E a manutenção dos dois dias de reuniões mensais. Manutenção e aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só uma pergunta, essa data a ser definida pelo GT, depois de definida ela vai fazer parte do calendário, não é? Todo mundo de acordo nesse sentido para poder integrar e até mesmo para que todos nós tenhamos conhecimento dessas datas. Beleza. **SILVESTRE, SEF/MG:** Dona Arlete, eu queria lembrar um encaminhamento que o Lucas falou em relação aos encaminhamentos. Os informes, aliás. **PRESIDENTE:** Ah, tá. **SILVESTRE, SEF/MG:** Isso aí eu acho importante demais para que tenha agilidade nas reuniões. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Sim. Então o encaminhamento é de que os informes sejam feitos pela Secretaria, mediante encaminhamento prévio desses informes por escrito a todos os conselheiros e leitura única e exclusiva da Secretaria. Lembrando que os informes não são ponto para discussão ou deliberação, mas sim de informe. E aqueles informes que não forem sucintos ou claros, eles podem ser convertidos em ponto de pauta. Todo mundo esclarecido sobre isso? **PRESIDENTE:** Em votação. Aprovado. **SIRLENE - CEAS:** Calendário aprovado. O outro ponto de vista, o 3º trimestre, Ludson e Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**

CURVELO - SSVV: Com relação ao calendário alterado, até o final da semana a gente encaminha com as alterações propostas. Ok? **SIRLENE - CEAS:** O próximo ponto é o pedido de vistas da prestação de contas do 3º trimestre, Ludson e Lucas. **LUYSON,** **CRESS:** Bom dia. Na verdade vão ser duas falas, uma minha e uma do Lucas, porque são duas manifestações diferentes, mas eu acho que a gente deve convergir naquilo que é mais essencial. Lembrando que a gente solicitou o pedido de vistas a partir do conjunto de debate da prestação de contas do 3º trimestre e, principalmente, também em relação à manifestação do Conselheiro Elder. Foi uma manifestação bastante qualificada que trouxe para a sociedade civil e para o conjunto do conselho várias questões, mas ainda restaram algumas dúvidas no âmbito da sociedade civil. Então foi um debate interno dos nossos segmentos fazer também uma avaliação a partir das colocações envidadas pelo conselheiro. Aqui só vou tentar resumir as minhas colocações até porque a gente já está próximo do horário do almoço. O objeto é análise da proposta de deliberação referente ao relatório trimestral de execução físico e financeira do FEAS, 3º trimestre. A indicação original da sociedade civil era para reprovação da prestação de contas. A gente não sabe como vai ser a partir de agora, mas só trazendo os fatos relacionados ao caso para a gente ter uma síntese daquilo que a gente está tratando. O conselho de assistência social, aliás, o conselho estadual na plenária 279ª, que foi realizada em 18 de novembro de 2022, e no dia anterior, dia 17 de dezembro que ocorreu a reunião conjunta das comissões, apreciou o relatório trimestral. E durante a avaliação da matéria considerou também, dentre os elementos tratados, as ações 2081 para assessoramento da política estadual de assistência social e 4226 de apoio financeiro e material aos serviços socioassistenciais que são alocados na unidade orçamentária SEDESE, ou seja, não estão no CEAS. Ao cabo das discussões, as representações da sociedade civil propuseram a reprovação do relatório e aí só trazendo de novo a memória os elementos que a gente mesmo pontuou a partir de pelo menos três argumentos. Em primeiro lugar, anulação de recursos financeiros do orçamento referente à Ação 1066 para pagamento da dívida do estado com os municípios. Esse seria um dos motivos para a reprovação. A não prestação de contas das ações orçamentárias 2081 e 4226 do Programa 065 que não compõe a unidade orçamentária fundo diretamente. E também o não atendimento de 6 das 9 recomendações referentes a aprovação da prestação de contas do 2º trimestre. Após esse encaminhamento o Conselheiro Elder, da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social, apresentou pedido de vistas com o intuito de apresentar argumentos contrários ao posicionamento da sociedade civil e esclarecer a situação. De forma sintética e aqui recuperando alguns elementos do parecer do conselheiro em relação ao primeiro pedido de vistas que é datado do dia 14 de dezembro de 2022, o relatório apresentado, e que foi colocado na plenária 280ª do colegiado, enfim, ele envida os seguintes argumentos para

indicar aprovação da prestação de contas em uma posição contrária àquela originalmente estabelecida pela sociedade civil. Em primeiro lugar, a não ocorrência de alterações orçamentárias no 3º trimestre em questão, então as alterações orçamentárias elas foram decorrências, segundo o conselheiro, em decorrência de atividades anteriores, enfim, e foram de ofícios executados ao longo do trimestre. A inexistência de motivação e fundamentação legal referente às justificativas da sociedade civil sobretudo no que toca a ausência de explícito dano ao erário estadual é o fato de que as alterações orçamentárias constituem prática legal e comum às rotinas da administração pública conforme Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, a lei que trata dos princípios da gestão orçamentária do estado brasileiro e que no caso em tela não apresentou repercussão financeira direta ou prejuízo às metas físicas da Ação 1066. Se eu estiver falando alguma coisa errada do seu relatório, você tem a liberdade de me corrigir, mas só trazendo então esse argumento especificamente a ideia de que como você tem a possibilidade de fazer alterações orçamentárias no campo da suplementação, da anulação, isso é competência dos administradores públicos, especialmente do próprio governador. E nesse caso específico você não está tratando de execução financeira, ou seja, o dinheiro não teria sido alocado no fundo, então essa não seria uma prática ilegal. Dando sequência, o fato de que as ações 2081 e 4226 não estão alocadas no FEAS o que invalidaria a alegação de irregularidade quanto a sua não inclusão no relatório de execução financeira, uma vez que a competência de deliberação do colegiado se restringe ao Fundo Estadual conforme artigo 13, inciso VIII e inciso XX, da Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996 e também outras questões que o conselheiro cita referentes ao regimento do CEAS. Por fato, o fim de que as recomendações feitas pelo colegiado na sua maioria foram cumpridas. Eles falam da prestação de contas ou estavam em processo de cumprimento quanto da elaboração do relatório. Perante aos argumentos do conselheiro, este representante solicitou novo pedido de vistas com o intuito de promover avaliação do conjunto do caso e apresentar posicionamento, tendo isso em vista partiremos da avaliação consolidada pelo Conselheiro Elder para desenvolver as nossas formulações. Aqui, passando para a minha análise. De maneira geral, é possível encontrar convergências com os apontamentos consubstanciados no relatório apresentado pelo Conselheiro Elder, embora existam algumas diferenças substanciais em alguns pontos que eu gostaria de demarcar. Eu entendo que a partir dos argumentos trazidos pelo conselheiro também avaliando as normas do direito financeiro, enfim, o próprio decreto regulamentador no Fundo Estadual e também outras questões e avaliações que já foram feitas sobre prestação de contas aqui no CEAS, esse caso aí não aconteceu apenas agora, existem precedentes. Enfim, a gente pode concluir também pela possibilidade da aprovação da prestação de contas, mas eu queria especificar algumas condicionantes

para isso. No que tange à avaliação das alterações orçamentárias relativas à Ação 1066, cumpre dizer que embora exista a competência da administração pública para o manuseio do orçamento público dada pela discricionariedade para realização de anulações, suplementações e etc., respeitada a lei de diretrizes orçamentárias e outras regras pertinentes responsáveis pela garantia do cumprimento das metas físicas, há que se atentar para a natureza específica dos recursos alocados no FEAS. A unidade orçamentária fundo é revertida de caráter especial, conforme título 7, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, submetidas às normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas a ser dada pela lei que cria referida estrutura. (trecho incompreensível) [2:21:10] aqui que a lógica primária relativa aos fundos especiais é de que os recursos neles alocados permanecem inclusive quando do término do exercício, devendo ser utilizado em atividade de mesma finalidade ou tipo. A lei ela é clara e ela foca principalmente do ponto de vista da execução financeira do recurso, entretanto você pode extrapolar o universo da execução a depender da normatização específica que versa sobre a estrutura criada, ou seja, se existir no âmbito do decreto regulamentador do FEAS ou do ponto de vista das resoluções do conselho que também vão versar sobre a regulamentação dessa instância norma que fale para além da execução financeira do controle de suplementações, do controle de alterações orçamentárias, então a gente pode ter aqui uma restrição da regra geral que fala sobre esses tipos de movimentações, então, ou seja, não ficaria livre para o gestor ao seu bel prazer fazer alterações orçamentárias. Poderia acontecer não quer dizer que é necessariamente o caso que a gente está tratando, mas pegando a norma orçamentária específica relativa aos fundos especiais, essa é uma possibilidade. No caso concreto, as anulações realizadas extrapolam um mero manejo administrativo dos elementos orçamentários internos da estrutura. Trata-se da retirada de orçamento designado ao FEAS para o orçamento geral sem corroboração do órgão de controle do fundo, ou seja, ainda que se possa aprovar a referida prestação de contas, vistas as possibilidades legais relativas à anulação, suplementação e congêneres, sobretudo em situações que não se processa prejuízo às metas previstas no plano de aplicação, cabe de forma premente o acerto das práticas administrativas da subsecretaria de maneira que não se proceda movimentações orçamentárias que transacionem o orçamento da assistência social para fora do CEAS, sem autorização explícita de seu órgão de controle. A gente não tem no atual momento, isso é importante frisar, mas pelo menos até onde eu pude identificar, ela é uma estrutura normativa específica que vai clarificar o processo de movimentação orçamentária dentro do CEAS. Entretanto, não é razoável supor que o gestor e aí pegando os princípios do direito público de maneira mais ampla, moralidade, enfim, que você possa tirar de dentro da assistência os recursos que lá que nele estão alocados de maneira discricionária. O fundo ele tem no início um

orçamento xis, ele pode terminar o ano com orçamento ípsilon com base na discricionariedade do gestor, dependendo do caso ele pode ser inclusive zerado. Você está inclusive subvertendo o próprio motivo de existência desse fundo. Então eu acho que é importante, não para esse caso específico, mas para o futuro, de ser estabelecido na resolução de aprovação que o CEAS seja comunicado e delibere sobre processos dessa natureza. Isso é o que garante o controle social, a prerrogativa de controle social do colegiado sobre o orçamento. E acho que esse é um ajuste mais para o futuro do que para o presente, tomando como ponto de partida práticas que são adotadas no Tribunal de Contas, no TCE, no próprio Ministério Público, e podem ser utilizadas como exemplo análogo a esse caso. É uma situação nova, pelo menos para esse mandato, e que cabe ajuste administrativo do ponto de vista da gestão dos processos e procedimentos orçamentários. Essa ressalva é importante para resguardar o orçamento da assistência social que está, como eu já disse, com ações análogas de outras instâncias de controle. E aí, para mim, é que entra acho que a situação mais séria, embora não a pareça, mas para mim ela é. Enfim, já no que é referente as duas ações que estão fora do fundo, já no que toca às ações 2081 e 4226, também existem observações a serem realizadas. O fato de essas não estarem diretamente alocadas no FEAS não afasta a responsabilidade de fiscalização e controle do CEAS. É competência do colegiado, para além do especificamente estipulado para o FEAS, acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira, e aprovar a prestação de contas final de cada exercício. O Conselheiro Elder até cita esse trecho no seu relatório, mas eu quero especificar que aqui ele não menciona especificamente o fundo, embora toda a estrutura do artigo remeta ao fundo. Existem trechos da lei da assistência que versa sobre o CEAS que podem ser utilizados interpretação mais ampla. E para além disso, pensando nas metas físicas, acompanhar, avaliar, fiscalizar os serviços e as ações de assistência social prestadas por órgãos governamentais e não governamentais do estado, especialmente as condições de acesso à população e serviços e indicar as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas. Nesta visão destaca-se que cumpre ao CEAS o controle e a fiscalização das ações da Política de Assistência Social estadual em todos os seus âmbitos, inclusive como forma de materialização do princípio da participação social previsto no inciso II, do art. 204, da Constituição Federal, ou seja, essas ações podem até estar fora do FEAS, mas elas são ações de assistência social. Inequivocamente aqui, no parágrafo à frente, eu chamo atenção para o próprio nome delas, Ação 2081 – Assessoramento à Política Estadual de Assistência Social, e, 4226 – Apoio Financeiro e Material aos serviços socioassistenciais, ou seja, são atividades que se reportam inequivocamente ao campo socioassistencial. Estão, dessa forma, submetidas as diretrizes e princípios de participação social que foram diretrizes constitucionais, são normas superiores. Não se

podendo configurar como estruturas paralelas fechadas e avessas ao controle social. Não é porque a gestão criou uma estrutura paralela, concorrente que é de assistência social que não está no FEAS, que o CEAS, que é o órgão de controle da política para além do controle do fundo, não vai se a ver com essa instância. Se assim fosse, bastaria a gestão instituir, via processo orçamentário, o deslocamento das atividades que lhe interessam para que essas, por não estarem diretamente vinculadas ao FEAS, não se submetam ao controle social, esvaziando, invalidando as funções de fiscalização deste colegiado. E aqui lembrando, ano passado essa ação estava com um pouco mais de R\$ 1 milhão, esse ano estava até pegando como base um comentário da Conselheira Juanita. Você pode me corrigir, Juanita, se eu estiver errado. Essa ação tem hoje um orçamento, essas duas ações, por volta de R\$ 70 milhões. Então você tem hoje uma estrutura paralela ao FEAS que foge do controle social, mas que não está completamente fora do âmbito do controle social, não, porque nós temos, ainda do ponto de vista da execução física, que nos a ver com ela. O controle do CEAS, o controle público do CEAS abarca toda a Política de Assistência Social. A não alocação de tais ações no âmbito do FEAS é a ação que subverte os fundamentos conceituais da classificação orçamentária e dos fundos especiais, assim trata-se de situação a ser regularizada por meio de ação conjunta entre gestão e conselho. Nesses termos, a aprovação da prestação de contas em tela deve envolver pactuações para que as próximas avaliações e também o planejamento orçamentário futuro envolva as ações supramencionadas. Ou seja, minha sugestão é que para os dois casos nós tenhamos o compromisso da gestão e o compromisso do próprio CEAS de fazer a avaliação dentro da prestação de contas dessas duas ações. E também em relação ao caso passado, que é da Ação 1066, que foi o caso das alterações, que se forem acontecer novas alterações, que esses casos sejam também tratados no âmbito do CEAS. Por que eu acredito que esses dois problemas não sejam capazes de invalidar a prestação de contas agora? Primeiro porque a gente está tratando no caso das duas ações de um problema que exige alteração legislativa, então ele é do CEAS, ele é da gestão, mas ele também passa pelo poder legislativo. Ele nasce na LOA. O momento de resolver isso vai ser na votação da LOA de 2024, enquanto isso, acho que sim, nós devemos programar, aliás, participar e deliberar sobre o planejamento desses recursos. Participar e deliberar sobre a prestação de contas desses recursos, mas tendo em vista que esse problema só vai ser totalmente sanado no exercício seguinte, no ano de 2024. E também, pensando na Ação 1066, porque a gente tem, primeiro, uma questão que não está clara do ponto de vista normativo. Você não tem restrições explícitas no âmbito do decreto colocado no âmbito do decreto do CEAS. Você não tem restrições explícitas a movimentações já estabelecidas pelo CEAS em norma. E o CEAS é competente para estabelecer essas restrições, então, na minha opinião, o momento de estabelecer a

restrição da alteração orçamentária para fora do fundo, ou seja, se a gestão quiser alocar, aliás, retirar recursos, anular recursos do FEAS transmitindo esses recursos para estrutura que está fora do fundo estadual, que a gente estabeleça agora que isso precisa ser feito com a autorização do conselho. E tendo em vista que o FEAS é fundo especial, é estrutura específica, que a norma específica é competente para estabelecer essas ações, o CEAS é competente para estabelecer essa prerrogativa e puxar para si o controle dessas atividades. A conclusão é que, sim, é possível fazer aprovação na prestação de contas, mas obedecendo pelo menos essas duas condicionantes. Para mim, a aprovação pode ser feita se na resolução de aprovação a gente fizer, a gente estabelecer a restrição a alterações orçamentárias, enfim, e que a gente estabeleça e se a gente estabelecer que no caso dessas duas ações, a 2081 e a 4226, elas vão passar obrigatoriamente a compor a prestação de contas do FEAS e também compor os nossos atos de planejamento, lembrando que para a votação da LOA de 2024, a gente vai ter junto com a gestão a oportunidade de corrigir essa falha de uma vez por todas porque não cabe essa coisa de ficar particionando orçamento da assistência social e colocar fora do fundo. Isso não existe. Eu não acredito que alguém aqui na SEDESE consiga sugerir para o município seguir esse tipo de prática nas capacitações que vocês fazem. Se vocês não conseguem sugerir para os outros, vocês também não podem fazer. É isso e passo a palavra para o Conselheiro Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV**: Trata-se de um pedido de vistas em cima do relatório de pedido de vistas apresentado pelo Conselheiro Elder. Resumidamente, após a sua análise, as três justificativas apresentadas pela sociedade civil não seriam capazes de atrair a reprovação do relatório trimestral de execução físico e financeiro do FEAS, referente ao 3º trimestre, pois não comprovam a existência de irregularidades na prestação de contas para tal. Assim, por inexistir irregularidades, a referida prestação deveria ser aprovada. Esse é o relatório do suficiente. Agora vou passar para uma apreciação mais técnico e política com relação a esse relatório. Preciso partir de algumas premissas, que o controle da gestão pública, bem como a aplicação dos recursos financeiros auferidos pelo estado, tem por finalidade assegurar que o dinheiro público seja convertido em benefício para a população. E esse acompanhamento fundamental para a coerção de práticas que resultem em desperdício ou desvios, se divide em três modalidades: o controle externo, o interno e o controle social. Executadas respectivamente por órgãos de controle externo, pelos próprios setores da administração estadual e dos municípios e pela sociedade, esses procedimentos asseguram que gestores atuem em consonância com os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e entre outros. O controle social pressupõe, e vou falar específico do controle social, ele pressupõe efetiva participação da sociedade não só na fiscalização da aplicação dos recursos como também na formulação e

acompanhamento da implementação das políticas. Um controle social ativo e pulsante permite uma maior participação cidadã que contribui para a consolidação da própria democracia. A obrigatoriedade legal a ser cumprida pelo gestor público de prestar contas ao conselho de assistência social, destaca a relevância da participação da sociedade no acompanhamento das ações dos gestores no combate do mau uso dos recursos públicos. Ela é utilizada como importante instrumento para promover maior participação e qualidade do controle social da assistência social. E é importante destacar que sendo ato administrativo que consolida, a partir da competência legal atribuída ao conselho, as deliberações das prestações de contas devem estar alicerçadas nos princípios da administração pública e no interesse social, devendo avaliar em que medida a implementação da política pública foi, é e será capaz de atender os objetivos com os quais fora criado. A apreciação deve perpassar planejamento orçamentário, perpassar a execução físico e financeira, até os resultados de impacto social, melhora na qualidade de vida, superação de alguma violação de direito, reestabelecimento de dignidade, enfim, proteção social. Superadas essas premissas, é preciso à luz das normativas e do interesse público, verificar se as justificativas sugeridas para a reprovação do relatório são ou não capazes de motivar a reprovação das contas submetidas à apreciação do CEAS. E se o relatório de pedido de vistas apresentado pelo Conselheiro Elder consegue ou não superar o entendimento pela reprovação. Antes de passar a análise pontual dos argumentos apresentados, me somo ao entendimento apresentado pelo Conselheiro Elder e de maioria doutrinária de que a administração pública tem o direito de suas contas serem julgadas e analisadas adequadamente, apreciadas com o devido respaldo normativo e político por se tratar de um espaço político, colegiado, precedida da devida justificação. Não é mais do que um dever nosso. Primeiro ponto que foi trazido pelo Conselheiro Elder. Da anulação da previsão orçamentária da Ação 1066. Como bem explicado pelo Conselheiro Elder (págs. 6 e 7) trata-se da anulação de sobra orçamentária da Ação 1066, no valor de R\$ 5.441 milhões, cujos trâmites se deram em estrito cumprimento da Lei Federal nº 4.320/1964. Registre-se que ainda da regularidade da anulação da sobra orçamentária, verifica-se fragilização do orçamento da Política de Assistência Social quando um valor tão significativo passa a não mais integrar a peça orçamentária. Contudo, ainda que seja repreensível essa constatação, ela não se reveste de robustez suficiente para que se possa ter comprometimento ou mácula da prestação de contas do período total ou parcialmente não alcançando os requisitos mínimos do princípio da motivação para a sugerida reprovação das contas. Segundo ponto, da não prestação de contas das ações 2081 e 4226. E aí vou me somar ao entendimento do Conselheiro Ludson. E há uma significativa divergência, não de interpretação, mas de aplicação normativa sobre o presente ponto que passo ao esclarecimento. E essa significativa divergência é do pedido

de vistas do Conselheiro Elder. Sustentou o relatório de pedido de vistas que “considerando não se tratar de ações orçamentárias alocadas no FEAS, não cabe ao Conselho Estadual de Assistência Social a deliberação sobre a sua prestação de contas”, com base no inciso II, art. 85, da NOBSUAS. Destaca-se que, com o devido respeito ao Conselheiro Elder, há uma contradição no relatório no qual afirma-se que ambas as ações estão “vinculadas ao Programa 065 – aprimoramento da política estadual de assistência social, cuja unidade orçamentária responsável é o FEAS”, tendo essas “a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, como unidade orçamentária responsável”. Diferente do apresentado, ao CEAS não cabe apenas a apreciação de ações orçamentárias que estejam alocadas no FEAS como apresenta o dispositivo normativo. No outro sentido, a Lei nº 12.262/1996 e a própria NOBSUAS RH, NOBSUAS, estabelece que ao CEAS compete o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária e financeira e aprovar a prestação de contas ao final de cada exercício, bem como, a apreciação dos instrumentos, documentos e sistemas de informações para a prestação de contas relativas aos recursos destinados à assistência social. Isso faço remissão ao art. 13, inciso X, da Lei nº 12.262 e o art. 86, inciso IX, da NOBSUAS, estando ou não, as ações que cuidam da PEAS alocadas na unidade orçamentária, ou seja, no FEAS. Então estando ou não essas ações que cuidam da Política Estadual de Assistência Social alocadas ou não na unidade orçamentária FEAS, elas devem passar pelo crivo do controle social do CEAS. Ademais, tal perspectiva ela é oportuna e os dispositivos oportunizam a fiscalização efetiva do órgão gestor para que a alocação das ações em outras unidades orçamentárias responsáveis, não seja artifício ou subterfúgio para burlar ou transviar a fiscalização do controle social. Nesse sentido, superadas essas constatações, cabe ao órgão gestor a apresentação das contas de ambas as ações por se tratar de dever legal. Superado esse esclarecimento inicial da divergência é preciso verificar em um segundo passo se as informações, apresentadas pelo órgão gestor na 278ª Sessão Plenária, são suficientes ou não para conseguir prestar devidamente as contas das ações. E nesse ponto em específico, entende essa representação que tais dados e informações foram capazes de transparecer a regularidade das contas. E por fim, como o último ponto apresentado pelo Conselheiro Elder, do cumprimento das recomendações das resoluções 780/2022, que foram consolidadas por este conselho. Sem mais delongas, é preciso compreender, como o próprio nome diz, trata-se de recomendações que caberá ao órgão gestor sob o princípio da discricionariedade sua efetivação ou não. Mas é preciso destacar que, ainda que a decisão pelo cumprimento seja discricionária, é importante destacar que as recomendações emanadas pelo CEAS no uso da sua competência de aconselhamento devem ser respeitadas, compreendidas como diagnósticos de aprimoramento da política pública sob avaliação. E a conclusão pela breve exposição, manifesta essa representação

pela aprovação das contas do 3º trimestre de 2022, afastando-se a reprovação pela evidente falta de requisitos que sustentem o princípio da motivação, devendo o colegiado estabelecer normativa para que as anulações orçamentárias para fora e que esses recursos, essa previsão saia fora do FEAS, sejam precedidas de consulta ao conselho, bem como, normativa para estabelecer o dever do órgão gestor da apresentação do planejamento e das contas das ações 2081 e 4222. **PRESIDENTE:** Muito bem. Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Eu vou tentar ser bem breve já pensando no encaminhamento. Acho que os dois relatórios foram muito importantes e abordaram muito bem as nossas dificuldades e aí que foram levantadas no mês passado quando da aprovação. O primeiro ponto, eu gostaria de frisar, é que ambos os relatórios também tratam do encaminhamento pela aprovação. Isso já me deixou até mais tranquila porque eu acho que a reunião, quando na reunião passada, quando foi sugerida a reprovação, isso causou um espanto na gente enquanto conselheiros e gestores, e aí não vou falar só da SEDESE, mas dos conselheiros governamentais como um todo. E principalmente na posição de gestão quando foi trazida a sugestão de reprovação. Isso eu já estou tranquila porque eu acho que a gente está tratando aqui de um caso de aprovação. Quando a gente está tratando dos problemas que a gente tem na execução orçamentária e financeira, e aí a gente trata já no sentido de tentar, e eu vou falar tentar porque não está tudo sob a minha gestão de solução e fazer exatamente da forma que o CEAS está sugerindo aqui. E vou para os dois pontos específicos. A questão que eu acho é não é de uma aprovação com condicionantes. É de uma aprovação com recomendações. Por quê? Porque as condicionantes quando vocês estão trazendo os dois pontos específicos que é o primeiro de suplementações e remanejamento orçamentário, e o segundo das ações que estão fora do FEAS, então eu acho que a gente tem que abordar eles de forma separada para tentar dar o tratamento para cada um. Uma coisa é como que a gente trabalha suplementação orçamentária? Primeiro, orçamento, previsão de orçamento é diferente de previsão de receita. Todo mundo aqui já sabe disso. A questão é que a nossa receita ela fica sujeita à disponibilização de cota financeira pela Secretaria de Fazenda. Quando nós não temos aquele financeiro, a gente não executa aquele orçamento. Quando vocês trazem que todas as suplementações têm que ser precedidas de autorização do FEAS. **LUDSON, CRESS:** Só um esclarecimento. De maneira nenhuma todas, apenas aquelas que provocarem anulações do fundo em relação a outras estruturas orçamentárias. Por exemplo, você quer reduzir o orçamento do FEAS para aumentar orçamento de outras ações da SEDESE, então apenas esse caso. **MARIANA, SEDESE:** Quando for fora do FEAS. É isso? Eu entendi. A proposta no caso aí, o pedido ou recomendação, é preciso amadurecer a ideia. E eu estou pedindo à equipe do FEAS se também está entendendo o que está sendo colocado aqui porque a gente vai ter que conversar com o órgão central

que é a SEPLAG, porque não está na minha gestão exclusiva fazer suplementação. Ok? Só para deixar claro, se a gente está na mesma página aqui de entendimento, se está todo mundo falando a mesma coisa. Essa questão das suplementações e remanejamentos, eu nem tenho como dar uma resposta. Meu pedido aqui agora seria, vamos amadurecer isso internamente. A equipe do FEAS com a SPGF da SEDESE, com a SEPLAG e pensar em uma metodologia para que isso atenda o que o conselho está pedindo. É a proposta que me vem aqui nesse momento. Sobre o outro ponto que é as ações 2081 e 4226, eu quero frisar o que eu já disse aqui antes. A gente não está, a gente Subsecretaria de Assistência Social, nós não estamos negando informações para o CEAS. A gente traz as informações. O que a gente não tem feito, a gente não fazia antes era prestar contas de ações orçamentárias e recursos executados fora do FEAS. E eu acho que o que vocês trouxeram é super relevante. Já tinha sido discutido aqui no ano passado. A SEDESE já tinha concordado de colocar essas ações dentro do fundo. Ocorre que a assembleia legislativa não aprovou essa alteração. Então quando o Ludson fala assim: “Temos que pensar nisso para a LOA de 2024.” Eu acho válido e eu acho que tem que continuar tratando dessa forma, porém na medida em que elas não estão dentro do fundo, a gente precisa criar, vamos dizer assim, uma metodologia ou uma forma de que o conselho ficar satisfeito com as informações que a gente está trazendo. As informações foram enviadas para esse conselho. Foram apresentadas na reunião de prestação de contas. A gente continua trazendo esse ano, do ano passado para esse. Isso pode virar um procedimento padrão da SUBAS trazer. No entanto, eu acho que tem que ficar claro e separado que elas não estão dentro do FEAS. Dentro da previsão normativa e podemos fazer interpretações de forma ampliada e de forma restrita, mas que o conselho se posicione claramente sobre o FEAS e possa se posicionar de ações fora do FEAS. E agora falando dessas duas ações e dos valores colocados lá. Valor de emenda parlamentar ele é de gestão do parlamentar. Esse valor de R\$ 63 milhões ele foi colocado, não significa que ele vai se concretizar. As anulações, o remanejamento desse valor inclusive ele não depende em nada do governo. O parlamentar quando ele colocou o valor de um milhão lá dentro da Ação 4226, ou eu vou mais adiante, nós temos lá na LOA o valor de um milhão na Ação 4133, que é uma emenda parlamentar do Deputado Cleitinho e que eu já fiz o contato com a assessoria dele perguntando do que se trata aquele valor. E a assessora respondeu para mim: “Essa emenda é para o Hospital do Câncer de Divinópolis.” Aí eu virei para ela e falei: “Você sabia que a ação orçamentária 4133 é uma ação orçamentária para despesas do controle social dentro do Fundo de Assistência Social?” A assessora parlamentar me respondeu: “Não. Eu não sabia, mas eu não quero isso para controle social e nem para Fundo de Assistência Social. Eu quero para o Hospital do Câncer de Divinópolis.” Aí eu virei para ela e falei: “Então o parlamentar vai ter que

fazer a leitura da resolução que estabelece o rito de alocação de emendas e pedir o remanejamento dessa emenda.” Ou seja, eu estou dando esse exemplo para dizer que todos os valores de emenda parlamentar eles não estão sob a gestão do poder executivo. Ele tem um rito próprio. Tem resolução própria que define como que vai acontecer. Vai acontecer vários remanejamentos orçamentários desses valores de acordo com a resolução que trata de emendas. E quero trazer até um outro exemplo, já estou acabando. Um outro exemplo, hoje o Fundo Estadual de Saúde ele recebe também muitos milhões de emendas parlamentar. E aí eu acho que o CEAS deveria, inclusive nós podemos consultar o conselho de saúde para saber como que eles tratam dessas emendas parlamentares lá dentro, mas eu, o pouco que eu conheço é que o conselho também não faz gestão das emendas. O conselho de saúde não faz gestão das emendas que são colocadas no fundo de saúde exatamente porque a emenda ela é do parlamentar. Ela não é do poder executivo, portanto a gente não tem essa discricionariedade para tratar dela com o órgão de controle social. Então, para resumir, a minha proposta de encaminhamento e o meu pedido de avaliação dessa plenária é que a gente construa uma forma de que vocês fiquem satisfeitos com a informação que a gente tem que prestar das Ações 2081 e 4226. E pergunto: As informações do mês passado foram suficientes? Acho que essa que é a pergunta sobre esses pontos específicos. E no caso das suplementações e remanejamentos orçamentários que a gente leve isso para o nosso órgão central de planejamento para também criar um fluxo, uma forma de trazer isso para o conselho. **PRESIDENTE:** Gente, eu estou fazendo aqui algumas perguntas e é por ignorância mesmo. Eu perguntava para o **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO** - **SSVP:** Um recurso que vai para a saúde, ele vai passar pela nossa análise? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO [2:54:12]:** Não. **PRESIDENTE:** Então pronto. A outra questão é: Foram feitos dois pedidos de vista, um de Ludson e outro de Lucas e eles apresentaram aqui. Agora a Mariana está fazendo uma proposta. Eu também estou colocando aqui a minha ignorância. A gente está aqui agora para dar o encaminhamento com relação ao que nos foi apresentado depois do pleno passado onde nós colocamos a nossa posição, nós vamos avaliar aqui agora a partir das recomendações dos pedidos de vista que nós já tínhamos passado por um pedido de vista do Conselheiro Elder. Agora, em cima desse pedido de vista e trazendo mais informações dos Conselheiros Lucas e Ludson, mas aí vem uma outra proposta da Conselheira Mariana com pedido reconsideração a partir dos pontos de condicionamento que são colocados pelos Conselheiros Ludson e Lucas. Eu... **MARIANA, SEDESE:** Só para ajudar a esclarecer. Nós temos que deliberar... Gente, eu estou querendo esclarecer o que a d. Arlete trouxe. O que vai para votação, a prestação de contas do 3º trimestre. Essa discussão está acontecendo agora por causa de uma apresentação de prestação de contas do 3º

trimestre feita em novembro, que não foi deliberada em dezembro e tem que ser deliberada hoje. Após os pedidos de vistas, após as considerações dos conselheiros, a minha proposta é de encaminhamento é que se vote pela aprovação da prestação de contas e que o que foi trazido e já discutido várias vezes seja colocado como recomendação e que a SEDESE construa uma forma de apresentar para os conselheiros o que os conselheiros estão solicitando. É isso. **PRESIDENTE: Elder. ELDER, SEDESE:** Só parabenizar o Lucas e o Ludson. Eu acho que foi muito importante. A gente criou muito conhecimento sobre prestação de contas. Sobre a 2081 e a 4226, na discussão participativa do PPAG a gente até apoio a mudança delas para dentro do FEAS e infelizmente não foi aprovado, então isso é consenso para todos. E sobre os pontos que vocês trouxeram, eu acho que no meu relatório realmente eu não me fiz claro. Eu acho que o ponto que eu queria dizer é que eu não achava que a 4226 e a 2081 devem compor o documento de prestação de contas, mas concordo plenamente que o CEAS ele tem que fazer o acompanhamento e avaliar a execução dessas duas ações. O instrumento a gente decide depois. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Nós temos como encaminhamento tanto do governo, da SEDESE, quanto dos dois relatórios, pela aprovação da prestação de contas, e complementarmente os dois pedidos de vistas com duas determinações normativas para o órgão gestor. Vamos fatiar a aprovação que fica mais fácil. O primeiro ponto seria o encaminhamento pela aprovação da prestação de contas do 3º trimestre de 2022. **PRESIDENTE:** Nós estamos colocando em votação agora a aprovação e depois nós trabalhar com as condicionantes. Votação nominal também com você, por favor. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Presidente Arlete Alves de Almeida? **ARLETE, GRAAL:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Gabriela de Almeida? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Pela reprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Graziele Cachapuz, pelo CRP? **GRAZIELE, CRP:** Pela reprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Isac dos Santos, pela ASQUIS? **ISAC, ASQUIS:** Pela abstenção. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Kariny, pelo Bem Estar do Menor? **KARINY:** Pela reprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Lucas, pela Sociedade São Vicente de Paulo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Ludson, pelo CRESS? **LUYSON, CRESS:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Juanita, pela Federação das APAEs? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Pela reprovação, mas vou justificar o meu voto. Pela reprovação por esse conselho não estar cumprindo o seu papel

de fiscalizador da execução da Política de Assistência Social. Pelos recursos terem sido alocados no FEAS e terem sido retirados do FEAS para pagar dívida do estado e não para executar a Política de Assistência Social. Pelas duas ações da Política de Assistência Social não serem prestadas contas a esse colegiado. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Marilene Faustino, pela FETAEMG? **MARILENE, FETAEMG:** Pela abstenção. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Simone, pelo CMAS BH? **SIMONE:** Pela reprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Mariana, pela SEDESE? **MARIANA, SEDESE:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Elder, pela SEDESE? **ELDER, SEDESE:** Pela aprovação considerando os argumentos do relatório de vistas e as ressalvas feitas hoje junto com o Ludson e o Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Érica, pelo CMAS Coronel Fabriciano? **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** Diante dos argumentos apresentados, pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Lígia, pela SES? **LÍGIA, SES/MG:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Marinete, pelo COGEMAS? **MARINETE, COGEMAS:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Solimar, pela SEPLAG? **SOLIMAR, SEPLAG/MG:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro João Vitor, pelo CMAS Caeté? **JOÃO, CMAS CAETÉ:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Silvestre, pela Secretaria de Fazenda? **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Cleusa, pela Secretaria de Educação? **CLEUSA:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Altair, pelo SEAPA? **ALTAIR, SEAPA/MG:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** 13 votos pela aprovação, 5 votos pela reprovação, 2 abstenções. **PRESIDENTE:** E agora, na segunda parte dessa prestação de contas, nós estamos votando pelas condicionantes que devem também ser registradas no documento de aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Nós temos os encaminhamentos do relatório de vista, tanto o meu quanto o do Conselheiro Ludson, da necessidade de uma normativa em que apresente o órgão gestor que as anulações orçamentárias que retirem o planejamento orçamentário do FEAS para outras áreas, seja apresentado para o conselho. E a segunda condicionante seria justamente o dever do órgão gestor da apresentação de contas e planejamento das ações 2081 e 4226. **MARIANA, SEDESE:** Questão de ordem porque eu não entendi que é como

condicionante, não. Condicionante para mim tem um significado que é condição para. Uma vez que foi votado pela aprovação, foi o que eu disse na minha fala, a minha proposta foi aprovação com recomendação. **LUDSON, CRESS:** Mas nós temos duas propostas sendo votadas, Mariana. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Deixa eu só fazer uma correção. O termo que eu utilizei foi inadequado. Não é condicionante. É porque condicionante tem isso mesmo, mas a normatização desses dois aspectos, tanto do meu entendimento quanto o do Ludson. **PRESIDENTE:** Ludson. **LUDSON, CRESS:** Eu só queria pontuar que é isso. São duas propostas. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Três. **PRESIDENTE:** Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Uma para cada um. **LUDSON, CRESS:** Enfim, três propostas, mas eu entendo, aliás, e foi isso que coloquei no meu... [Parte da tarde] **MARINETE, COGEMAS:** Posso falar? Na verdade, diante do relatório da comissão que acompanhou esses conselhos o ano passado, a gente percebeu uma fragilidade desses conselhos em relação até mesmo a esse posicionamento: por que do conselho, por que tem que organizar em conselho, qual é a importância do conselho. Foi até colocado, registrado no relatório que tem município que nem tem conselho. Não tem nem ata, sabe? Nós estamos entendendo que o nosso trabalho lá vai ser um trabalho de base mesmo. De mostrar para esse povo a importância de se organizar enquanto conselho. Qual que é a importância do conselho. O objetivo do conselho. Porque lá é assim, alguém manda e eles obedecem. Infelizmente em alguns municípios, a Jacqueline que foi, a Magna que também acompanhou, o Philipe, nós que acompanhamos o relatório é muito delicado. Então nós vamos ter que começar do básico. A metodologia vai ser uma metodologia bem pé no chão mesmo, de mostrar para eles, é uma caixa de linha de como que funciona o conselho. Seria essa a proposta. **PHILIFE, FETSUAS:** Mas são CMAS mesmo. A característica comum é que alguns desses 25 estão na abrangência de CREAS regionais, mas a demanda é pelo apoio às orientações sobre o funcionamento dos conselhos municipais. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu me inscrevi. Posso? Na verdade, o básico já foi feito pelo CEAS naqueles encontros que aconteceram e que eles entraram junto. Eles foram convidados para participar dessa capacitação. Eu estou entendendo que o básico é isso, senão a gente corre o risco de a ação não ter efetividade porque o controle social com relação a funcionamento de serviço é, assim, eu fico imaginando. Se o CREAS apresenta no conselho municipal o planejamento das ações. Se ele presta conta das ações que são realizadas, faz relatório para os conselhos municipais. Se os conselhos municipais vão lá no CREAS regional verificar o atendimento de seus munícipes o que está sendo informado no relatório. Quando o CREAS regional coloca uma dificuldade que eles estão indo de bicicleta, qual que é o papel que o conselho está fazendo para resolver essa dificuldade? Aqui eu fazendo reflexão, senão a comissão vai fazer o mesmo trabalho que o CEAS já fez que é naquela capacitação dos conselheiros

que fez uma capacitação padrão e que nós apoiamos. E não vai atender o cerne do atendimento, a situação de violação de direitos. É essa reflexão que eu gostaria de fazer com a comissão. Essa questão do controle social é específica sobre o CREAS porque o básico já foi feito pelo CEAS. **ISAC, ASQUIS:** Eu compreendo o que está colocando, Juanita, mas a gente percebeu que nas capacitações que tiveram antes, esses municípios eles não participaram porque foram pouquíssimos deles que participaram. Então essa ação que a comissão está propondo ela é necessária para fazer essa base também. Acho que podemos pensar em adicionar esses pontos que você está colocando, se for possível, se couber dentro da programação, mas é necessário que sim. Mas é necessário até esse momento que a gente faça essa primeira capacitação do conselho normal porque eles não participaram em massa, digamos assim, dos outros. **JACQUELINE, CMAS/CORDISBURGO:** Eu queria também acrescentar que nos EMEIs eles pedem esse aconselhamento, essa orientação até porque a maioria dos municípios que foram visitados é de gestores novos que chegaram agora, então a maioria não está sabendo nem como organizar um conselho. A maioria também no conselho só tem trabalhadores, segmento de trabalhadores. Não tem usuários porque eles vêm uma grande dificuldade de estar trazendo o usuário para o conselho, entidade, organização. Têm uns que nem sabem fazer essa separação, o que é entidade, o que é organização por não ter conhecimento, por isso que ele pediu a nossa ajuda, ajuda da Comissão de Apoio para estar orientando nisso aí. Viu? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Com a explicação do Conselheiro Isac ficou claro, pela baixa participação dos conselhos que abrangem a regionalização, mas eu queria colocar uma sugestão no encaminhamento da capacitação. Que fosse inserida, nós já temos uma capacitação feita pelo CEAS com relação à estruturação e funcionamento do conselho, então já existe. Agora que faça a adequação dessa capacitação considerando a realidade da regionalização como operacionalizar o controle social no CREAS porque essa parte precisa ser incluída. **PRESIDENTE:** Estava até aqui conversando baixinho com o Lucas. Olha só, depois de um tempo, a gente consegue detectar o que já foi dito antes, mas a gente partiu para a criação dos CREAS, o conselho votou. E agora se a gente volta lá na história da criação dos CREAS e agora a gente chega no ponto onde as pessoas de fato, inclusive gestores, segundo o que a Jacqueline disse, não tinha nenhuma noção do que se trata o controle social e a gente já foi colocando CREAS. Então que isso sirva de lição para nós para que a gente possa a cada dia aprofundar mais sobre a pauta do controle social. Podemos colocar em votação a... **PHILIFE, FETSUAS:** Eu só queria para o entendimento. Eu acho que é muito válida. Agradeço a contribuição da Juanita porque realmente existe, como eu disse, essa característica comum entre alguns desses 25 municípios. Mas como não são todos que integram áreas dos CREAS regionais, essa temática que eu acho que deve ser incluída

teria que ser trabalhada em separado com os municípios que compõem as áreas dos CREAS regionais. Então eu acho que a comissão, eu sugiro, que nós da comissão repensemos essa capacitação, talvez fazendo separado entre os municípios que compõem os CREAS regionais incluindo essa temática do controle regional e em separado com os municípios que não compõem atendendo somente a demanda pertinente aos CMAS. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Nós temos para votação a capacitação presencial que o Conselheiro Philipe vai fazer. E a segunda capacitação com os 25 municípios com a sugestão da Conselheira Juanita. **PHILIFE, FETSUAS:** Só para reforçar o entendimento também, Lucas, a gente decidiu por apresentar também porque essa primeira ação envolve recursos para o deslocamento e a ação que é presencial. **PRESIDENTE:** Em votação as duas propostas. Aprovadas. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Então a capacitação foi desmembrada em duas? **PRESIDENTE:** Em duas. Os municípios que têm ligação com os CREAS é um grupo e os outros é um outro grupo. **MARIANA, SEDESE:** Eu queria pedir para voltar só nos nomes que já foram indicados para o GT da conferência. Está faltando só um nome da sociedade civil. A minha pergunta é se a gente consegue resolver agora porque só falta isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Está faltando representante. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Está faltando representante de entidade. **MARIANA, SEDESE:** Até que horas vocês respondem? Cadê os representantes das entidades que estão aqui? Juanita, Lucas, quem mais? Ivone? Vocês conseguem responder até que horas? Hoje? Amanhã? Não gente. Eu estou falando sério. Está faltando três pessoas aqui. Qual que é a dificuldade? **PRESIDENTE:** Eu estou aí? Encerrando e a gente vai ter que realmente cumprir o que nós propusemos aqui com relação aos informes porque, olha só, nesse horário já está totalmente esvaziada a sala. A metodologia para que a gente possa avançar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Deixa só dar uma palavrinha com relação a nossa organização. O cumprimento do horário ele é muito importante, tanto no início quanto na finalização do colegiado. Quem representa a sociedade civil, os que são de municípios do interior recebem a diária para poder vir e cuidar da plenária. A gente sabe que tem algumas raras exceções em que há ônibus que são perto do fim do nosso horário, mas vejam que têm muitas cadeiras vazias e isso é prejudicial para o nosso trabalho. Alguns conselheiros têm algumas agendas, igual a Juanita que teve que sair de última hora, isso é justificável, mas agora, em todas as reuniões a gente tem percebido, todas as reuniões, logo no início e logo no final, ela está esvaziada. A gente precisa cumprir tanto os horários de início quanto os horários de finalização porque senão as pautas não são discutidas com a qualidade que deveriam ser discutidas. [Tarde parte 2] **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Muito mal organizada. E eu acho assim, com recurso ao longo, por exemplo, a assistência social tem os recursos. O

governo já tem que ter. Eu vou te dar um exemplo. É igual transporte. Transporte tem uma concessão de 20 anos. Ao longo de 20 anos ele é obrigado a manter no cofre todo mês um recurso xis para quando chegar ao final de 20 anos ou 10 anos que seja a concessão, ele renovar sua frota e, dentro da frota tem os penduricalhos que ele tem que usar para o transporte também. Assim é o governo, ao longo da última conferência para esse, nós chegarmos já tão próximo à conferência e não ter o dinheiro suficiente para a conferência, isso aqui eu não sei se nós estamos falando aqui do CEAS ou do estado onde os municípios vão participar porque nós vamos ter as conferências regionais também. Então é muito difícil e cada vez que a gente ouve essas notícias, a gente percebe o descaso com o SUAS que não é uma política que não é só do toma lá dá cá. É uma política de estado na qual toda política pública está inserida nela, é um contexto. Porque nós vamos fazer conferência de assistência social, mas nós vamos estar trabalhando a saúde, a educação, a moradia, isso tudo cai na conferência, então eu fico muito preocupada. Como que nós vamos fazer com esse recurso? Para nós, aqui em Belo Horizonte, está tranquilo? Não. E para as regionais? Aqueles que estão lá distantes que depois precisam de vir para aqui, para lá? Isso tudo eu acho que nós temos que discutir aqui hoje, até para quem está de fora levar com uma certa tranquilidade. “Oh, seus CRAS, nós vamos fazer a conferência. O governo já tem um aportezinho xis de dinheiro. Nós vamos fazer.” Incentivar. Porque se eles vão daqui hoje “Ah, não tem dinheiro.” Como que eles vão programar as reuniões, os encontros, chamar o usuário, chamar o povo. É muito complicado, Mariana. Nós precisamos de uma resposta. O financiamento é para isso sim. O financiamento da assistência ele tem que estar presente. Quando eu brigo, igual ontem eu falei com a secretaria, o governo tem que saber que ele tem que ter a programação, o dinheiro da assistência social não pode faltar porque não é só a assistência social, é toda uma política de estado. Isso tem que entrar na cabeça do governo. Isso tem que entrar na cabeça do governo. Eu me preocupo. Eu não sei se o restante, os demais conselheiros que estão aqui têm essa mesma preocupação como que eles vão chegar na base e passar “Oh, nós vamos ter conferência, mas não tem dinheiro.” **PRESIDENTE: Lucas. LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu acho que é importante a gente entender o que a gente está avaliando. A gente está avaliando uma reprogramação, querendo ou não, ela é um planejamento. E planejamento ele transparece credibilidade, estabilidade e previsibilidade. É para isso que serve um planejamento. É para isso que serve quando a gente traz uma reprogramação de saldo. E quando a gente fala que vai haver um processo conferencial e não se tem recurso para tal e a gente vai contar com o ovo até mesmo sem ter a galinha, fica muito difícil de se ter credibilidade, estabilidade e previsibilidade para a gestão e até mesmo para o próprio controle social. Então quando a gente traz essa necessidade de fazer essa reprogramação para poder fortalecer as ações

da 4133, que nós cansamos de discutir isso por diversas vezes, desde a prestação de contas do 2º trimestre de 2021, que desde lá eu venho falando da necessidade e o fortalecimento dessa ação. E que de lá partiu o GT de fortalecimento do controle social, quando a Comissão de Orçamento traz esse encaminhamento dessa reprogramação para a Ação 4133 é justamente um compromisso com aquilo que já foi deliberado por este colegiado. Nesse sentido, eu reforço aquilo que foi apresentado. É importante que a gente tenha no mínimo previsibilidade daquilo que a gente vai fazer. Isso faz parte do controle social, a conferência como ápice do controle social ela não pode ficar descoberta no que diz respeito a orçamento para a sua realização. **PRESIDENTE:** Isac. **ISAC, ASQUIS:** Eu, também na tentativa de entender melhor, concordo. Acho também que é consenso do conselho que o governo estadual precisa ajudar no financiamento do controle social e da conferência. E vou muito ali na linha do que o Lucas disse. Entendo que o posicionamento da comissão é no sentido de garantia. E para tentar entender um pouco melhor, entendo que esse recurso já está meio que garantido para o estado. Para tentar entender um pouco melhor eu queria, Mariana, que você falasse enquanto governo, qual que é a garantia que o governo pode nos dar que vai conseguir aportar o recurso para a conferência se a gente não reprogramar esse saldo para a conferência. Só para esclarecer mais o conselho. **PRESIDENTE:** A gente vai ouvir agora a Gabriele, depois Sandra e aí você. **GABRIELE, SEDESE:** Acho que a minha fala é muito no sentido do que o Isac falou porque até agora, comparando o que a comissão analisou com as fichas que vieram, os valores que vieram, com o que está na apresentação impressa para os conselheiros hoje, até a Juanita também trouxe isso. Fico difícil de a gente entender na ficha o que que estava realmente destinado para cada ação. Porque na ficha optou-se por colocar ali os 3%, o valor mínimo, então tinha R\$ 57 mil do IGDPAB e R\$ 18 mil do IGDSUAS. Na apresentação já tem um valor um pouco maior que é R\$ 211.351,30 do IGD PAB e R\$ 80 mil do IGDSUAS. Fazendo a conta aqui isso dá em torno de R\$ 291 mil. Eu acho que é entender se isso é uma contraproposta da SEDESE. Se isso aqui é o valor de custo mesmo já com planejamento de custos o que que já está destinado para a ação. Porque na nossa análise foi só dos valores mínimos e eu estou vendo aqui que já tem um valor um pouco maior. **SANDRA:** Conferência, no plano, só para dar assim um informe e ponderar um pouco. Na nacional também a gente não tem previsão de recurso para a conferência. Isso a gente falou para o ministro e falamos também com o secretário nacional André Quintão. E ele falou que, com certeza, vai ter que ter a conversa, vai ter que articular porque também não estava previsto. Mas o que eu quero dizer é o seguinte, que o fato de não estar previsto e ainda a gente não teve força de fazer o movimento lá para estar previsto? Nós como um todo. Aí cai, vem para este conselho, vem para o controle para a gente decidir o que vai fazer e ficamos nessa berlinda aqui. Não, se não for não vai ter conferência. Mas olha o

que o conselho fez. Tinha possibilidade e não fez, então assim, aí transfere a responsabilidade. Nós estamos nos colocando e, na hora que a gente igual eu falei no ano passado que nós estamos doentes, fala, fala nas comissões, isso no plano nacional também. E a gente levanta crachá e aprovam o que a gente tinha que ter tido uma atitude mais radical inclusive lá no nacional que eu fiquei quando a gente vota para a CIT, vota para o conselho agora diferente com o novo secretário, a gente falou: Não, nós falamos, não, nós vamos começar a trabalhar. Em fevereiro, no dia 6, já teve a pactuação. Que maravilha porque eu fiquei 6 meses sendo representante na CIT e nada aconteceu, nada pactuou, porque eu acredito, visão pessoal, era uma aposta que estaríamos no mesmo governo. Então se a gente está em um governo que prima pelo estado da garantia de direito, que prima pela participação social que tem que fazer política escutando o povo quem está no território, isso não teria acontecido. Na conferência está a bel prazer de governo, não é uma política de estado. Se ela não vem colocada está a bel prazer. No próximo governo vem? Eu não acredito em participação eu vou votar não põe dinheiro nisso. Fica frágil depois para a gente conseguir, mas já no nacional nós já chamamos, porque também não tem recurso, dois, três milhões, não tem nada. Aí vocês vão ter que fazer articulação. O ministro na fala aí de introdução, a Mariana estava lá, ele falou o orçamento foi ajustado, na fala do André, ele falou até esse termo porque não era um orçamento deste governo. Nós vamos fazer orçamento do governo nacional no âmbito federal que vai estar fazendo uma proposta de agora para frente. Então simplesmente a gente aprovou, ficamos lá três meses falando nada do nada, gastando dinheiro público, conselheiro indo, entendeu, sempre fiz a denúncia, a gente estava indo lá, passagem R\$ 11 mil depois vocês olham aí a questão está tudo gravado que nós fizemos a denúncia passagem um dia antes, dois dias antes, R\$ 11 mil eu paguei por três meses para poder ir em Brasília. Todos os conselheiros estavam nessa faixa, quer dizer, dizer que temos dinheiro público. Nós denunciemos em pleno estava gravado para depois não ter responsabilidade sobre os conselheiros da sociedade civil que ali estavam e do governo também. Mas o que que acontece? Eu acho que é uma escolha, gente. Ontem, com muito respeito, nada pessoal aqui em respeito aos técnicos que estão aqui. Ontem, quando a secretária falou, que nós fomos lá para a reunião, só no aspecto jurídico, vai um advogado, vai..., mas que não é para falar de aspecto político. Eu comentei com os colegas. Eu falei: “Olha, a dimensão política já foi dada a partir que está com decreto dia 20 de dezembro. A opção política do governo, com todo respeito, eu sei que todos aqui são muito responsáveis, não tem nem que discutir mais porque se não tivesse essa opção política tinha chamado o conselho, chamado a sociedade civil, baixar um decreto na calada do natal, calada da noite lá quase chegando no natal. E a gente foi pego de surpresa. É para pensar que na hora às vezes a gente vai ter que ter uma força para poder agir também e

aí a gente deixa passar. Eu acredito que o mesmo plano nacional que agora as coisas vão ficar mais tranquilas. Não estou dizendo que tudo vai se resolver, que vai ser uma maravilha, mas pelo menos abertura para o diálogo, para a gente estar colocando as questões porque se não fosse diferente janeiro nós nem estaríamos aqui que nem SUAS ia ter, no serviço, no projeto porque não tinha recurso colocado. No âmbito nacional também estamos aguardando não tem, mas eu acredito que em março agora com o governo todo lá já colocado porque ainda está o governo anterior várias vezes lá, inclusive no conselho, o que a gente quer é o dinheiro da conferência e pronto. Isso tem que ser buscado na forma de garantir que isso é um dever, uma política de estado e não faz e não faz e fica por isso mesmo como a gente fez aquela democrática na sociedade civil que bancou. Obrigada. **PRESIDENTE:** Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Primeiro, só pontuando porque a d. Maria Baião falou. A questão, d. Maria Baião, para mim o que tentei dizer antes é exatamente essa. A gente tem que garantir recurso para a assistência social. O controle social é uma parte da assistência social. O que eu estou querendo destacar aqui é que se a gente concentra todos os recursos na realização da conferência, e estou falando somente da conferência, nem estou falando de outras despesas com controle social. A gente está tirando recurso de ações da assistência, que no caso da SEDESE são de apoio técnico, capacitação, principalmente neste bloco, nesta conta financeira que nós estamos falando, que é esse ano importante para atualizações do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Por que estou ainda insistindo nesse ponto? Porque tirar dinheiro de um lugar significa, como diz aquele ditado “Descobre um pedaço do santo, vai descobrir a cabeça, mas vai cobrir o pé.” Exemplo, descobre um santo, mas veste outro. É isso porque o dinheiro é o mesmo. Se tirar de um lugar vai faltar. E da mesma forma como a gente está dizendo aqui que vai faltar para a conferência. Primeiro ponto é isso, o dinheiro é o mesmo para tudo e a gente está escolhendo as prioridades. Outra coisa é que no ano passado a gente gastou na Ação 4133, que é do controle social sem conferência, mais ou menos R\$ 500 mil. Ficou entre R\$ 500 mil e R\$ 600 mil. A gente vai fechar a prestação de contas no mês que vem. E para esse ano, como a gente não tem ainda a estimativa do valor da conferência, eu queria ver se a gente consegue vir com uma contraproposta. Considerando que a gente já gastou e já tem mais ou menos planejado para esse ano na ação do controle social em torno de R\$ 600 mil, que não é conferência, a gente pensar mais ou menos um valor para a conferência da reprogramação uma parte desse valor. Por exemplo, não sabemos quanto vai custar a conferência. Precisamos de aporte do tesouro estadual. Considerando essas três questões, quanto mais ou menos de saldo que a gente pode destinar porque eu estou entendendo que a comissão veio com um valor de R\$ 1,5 milhão para toda a 4133. É isso? **GABRIELE, SEDESE:** Na LOA 2023, a gente tem um valor de R\$ 497.413,00 na 4133,

no exercício de 2023. Esse R\$ 1,5 milhão foi uma estimativa, como a Juanita falou, por alto. A gente não fez memória de cálculo, mas seria R\$ 1,5 milhão para aportar na 4133 para executar em 2023 com conferência e planejamento estratégico do CEAS. **MARIANA, SEDESE:** Mas a minha proposta aqui seria a gente chegar a um valor de até R\$ 500 mil do saldo de reprogramação para a conferência porque o outro valor já está previsto para manutenção das contas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Nós não temos mais inscrições. **MARIANA, SEDESE:** Só porque eu estou falando do saldo, mais um tanto que a gente vai ter que pleitear para o tesouro. É isso que eu estou colocando. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Deixa eu só entender. Nós temos a proposta da comissão que é o remanejamento desse R\$ 1,5 milhão que vai se somar ao plano que tem mais R\$ 4 mil previstos já pela LOA. E a proposta que tem do governo já apresentada é essa que já foi consolidada e foi apresentada pela análise pela Comissão de Orçamento. E agora a Mariana está trazendo uma terceira proposta de que desse valor seja remanejado apenas R\$ 500 mil para a 4133 nessa reprogramação. É isso? Então seria R\$ 500 mil para a conferência. Então são três encaminhamentos. O encaminhamento inicial que foi apresentado pelo governo naquilo que foi apresentado nos documentos. A análise que é trazida pela própria comissão no remanejamento. E agora, essa terceira proposta que é apresentada pela Mariana, que é a própria do governo. Posso considerar que a primeira do governo é extirpada e é considerada só a sua, Mariana? **MARIANA, SEDESE:** Pode porque lá não tem indicativo de valor. Lá foi colocado só o mínimo e o máximo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Ok. Então nós temos duas propostas, a de R\$ 500 mil única e exclusivamente para a conferência, mais os R\$ 400 mil que estão previstos na LOA e a proposta da comissão de R\$ 1,5 milhão de remanejamento para a 4133, somados mais aqueles R\$ 400 mil que já estão previstos pela LOA, totalizando R\$ 1,9 milhão. Nós temos essas duas propostas. Nós vamos votar cada uma em separado porque tem que ser votação nominal, por se tratar de matéria orçamentária, e depois a gente continua a discussão. Não. Nós vamos votar uma ou outra. Proposta nº 1 que é aquela apresentada pela comissão. Vamos lá todo mundo. Proposta nº 1 é a proposta apresentada pela comissão, ou seja, aquela que faz o remanejamento de R\$ 1,5 milhão somados aos R\$ 400 mil. Proposta nº 2 é a proposta apresentada agora pela Mariana. Estou seguindo a ordem cronológica, Mariana. A sua proposta foi apresentada depois. Proposta nº 2 - Remanejamento de R\$ 500 mil mais os R\$ 400 mil que estão previstos pela LOA. A coleta de voto vai ser: Proposta nº 1 ou Proposta nº 2. Ok? Todos os conselheiros estão esclarecidos? Podemos ir para a votação? **PRESIDENTE:** A Mariana está pedindo que a comissão repita a proposta para que fique claro para ela. **GABRIELE, SEDESE:** A proposta é o número 2 ali. E estou entendendo que o número 1 a gente consensuou. Do

saldo do IGDSUAS, IGDPAB, reprogramar o valor de R\$ 1,5 milhão destinados à Conferência de Assistência Social e execução do planejamento do CEAS 2023.

PRESIDENTE: Está em votação. Você vai contabilizar? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não. Não. Os R\$ 400 mil foi só um adendo para a compreensão de todo mundo. Mas agora estamos falando única e exclusivamente da reprogramação. Como vota Conselheira Arlete, Movimento GRAAL do Brasil? **ARLETE, GRAAL:** Pela proposta da comissão, Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não vai dar problema. Aqui onde está reprova, nós vamos colocar Proposta nº 1 e onde está reprova vai colocar Proposta nº 2. Dona Arlete já votou na proposta nº 1. Como vota a Conselheira Gabriela, CMAS Salinas? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Grazielle, pelo CRP? **GRAZIELE, CRP:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro Isac, pela ASQUIS? **ISAC, ASQUIS:** Voto na Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Kariny, BEM? Conselheiro Rodrigo não está presente. Como vota o Conselheiro Lucas, pela Sociedade São Vicente de Paulo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Pela Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Ludson, pelo CRESS? **LUDSON, CRESS:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Juanita, pela Federação das APAES? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Marilene, pela FETAEMG? **MARILENE, FETAEMG:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Simone, pelo CMAS BH? Não está presente. Como vota Conselheira Jacqueline, CMAS Cordisburgo? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO [0:21:59]:** (trecho incompreensível) [0:21:59]. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Ok. Como vota a Conselheira Mariana, pela SEDESE? **MARIANA, SEDESE:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Elder, pela SEDESE? **ELDER, SEDESE:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Érica, pelo CMAS Coronel Fabriciano? **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** Antes de votar preciso de um esclarecimento, só para eu entender. Porque eu estava conversando com as meninas e só não parei antes para não todo mundo já estava votando. A proposta nº 1 ela prevê R\$ 1,5 milhão mais R\$ 400 mil que já está previsto na LOA e aí financiar a conferência e o planejamento estratégico. Certo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Isso. **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** Na proposta da Mariana é de aportar R\$ 1 milhão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não. **ÉRICA, CMAS CORONEL**

FABRICIANO: R\$ 500 mil mais os R\$ 400 mil que já tem lá. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Para as duas ações. **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** Mas para as duas ações para planejamento estratégico e conferência? **MARIANA, SEDESE:** Não. O R\$ 500 mil eu estou colocando só conferência. Os outros recursos de manutenção do controle social eles já estão separados na LOA. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Que é os R\$ 400 mil. **MARIANA, SEDESE:** E que ano passado a gente gastou mais, é isso que eu estou falando. Ano passado a gente gastou muito mais. Eu não lembro. Quanto que foi o crédito inicial no ano passado, Roberta? Mas a gente gastou quase R\$ 600 mil. **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** É só para eu entender o montante do valor. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só um minuto. **MARIANA, SEDESE:** O montante é o valor do controle social mais a conferência. Isso é que eu estou falando. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Questão de ordem. Quando a gente está no regime de votação não abre espaço para discussão. É claro **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** Então... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não, mas o que que eu vou fazer? Como houve o espaço de discussão, nós vamos ter que anular esses votos que já tivemos e reabrir a votação. Porque em regime de votação não há falar em discussão, gente. **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** Vocês me desculpem, mas eu acredito que a votação foi muito rápida para qualquer votação, porque começaram as pessoas se olharem aqui está assim meio perdido no que significa a proposta 1 e 2. Então, assim, até para a gente votar tem que ser alguma coisa que está bem esclarecida para todo mundo senão a gente vota no escuro. Eu entendo que a gente precisa agilizar algumas coisas, mas assim você já colocou lá pauta 1, pauta 2, mas todo mundo ficou assim, todo mundo não, não posso dizer por todo mundo, por algumas pessoas estavam meia perdidas do que que é o quantitativo porque, às vezes, a diferença é pequena, ou, às vezes, a gente pensa que está uma está sendo mais beneficiada, mas no final como ela prevê o plano estratégico inteiro que também é um recurso alto para custear, então a gente tem que ponderar todas essas questões também. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Está bom. **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** Vocês me desculpem, mas é porque não... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só para poder esclarecer. Hoje, só para esse ponto de pauta nós tivemos 13 inscrições. Treze conselheiros falaram sobre ele. Teve oportunidade para todo mundo falar. E antes de abrir a votação fiz o esclarecimento sobre cada uma das propostas que foram colocadas. A Proposta nº 1, eu fiz até a soma de um próximo ponto de pauta que seria discutido. Porque o adequado de apresentar na proposta agora seria o remanejamento proposto pela Comissão de Orçamento de R\$ 1,5 milhão para as ações da conferência e das ações pontuais do controle social, da 4133. E a

proposta apresentada pela Mariana no valor de meio milhão exclusivamente para a conferência. São essas as duas propostas. A Proposta nº 1 é da comissão de R\$ 1,5 milhão, sendo remanejado para a 4133, tanto para a conferência quanto também para poder complementar as ações pontuais da ação. E a proposta da Mariana que é de R\$ 500 mil, única e exclusivamente para as ações da conferência. **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** Eu só queria entender um outro ponto. Já que a gente está pensando na proposta 1 de R\$ 1,5 milhão e ele vincula também o planejamento estratégico, qual que é a previsão de gasto com o plano estratégico? Por que precisa a gente fazer essa conta? Para ver no valor total o que que é que a gente está prevendo para a conferência porque, senão, às vezes a gente 'Ah, R\$ 1,5 milhão para a conferência', mas não vai ficar tudo para a conferência. Entende? É isso que eu estou querendo ponderar. Se o planejamento estratégico prevê um custo, vou dar outro exemplo de mais ou menos R\$ 600 mil, então é R\$ 1,5 milhão menos R\$ 600 mil. Entendem? É essa conta que eu quero fazer para a gente poder entender que valor que eu estou destinando para a conferência porque senão fica elas por elas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Mas nós não temos esses dados. A própria comissão apresentou de que não fez um histórico para poder fazer esse cálculo de quanto que vai ser gasto na comissão e quanto que vai ter que ser complementado naquele valor que já está previsto pela LOA. O que a gente está fazendo? É tentar fazer um planejamento orçamentário que hoje, em tese, está descoberto até porque o valor total que está sendo reprogramado para a 4133, é no valor de R\$ 59.693,31. Esse é o valor total que está sendo reprogramado para a 4133. Eu acho que é um dado importante que não foi mencionado, mas é importante. É você somar os R\$ 57.851,98 com os R\$ 18.841,33. **MARIANA, SEDESE:** Lucas, não é essa informação que está correta, não. **PRESIDENTE:** Elder está inscrito e logo em seguida é a Grazi. **ELDER, SEDESE:** Eu retiro a inscrição. **PRESIDENTE:** Grazi. **GRAZIELE, CRP:** Érica, pelo que eu entendi, o que que acontece? A Mariana colocou para a gente que o controle social no último ano, não fechou ainda o orçamento, mas foi em torno de R\$ 400 mil quase R\$ 600 mil, ainda em aberto. O que a gente tem na LOA para o controle social é um pouco menos de R\$ 500 mil. A última conferência que foi a conferência aportada pelo estado foi em torno de R\$ 1 milhão. Baseado nisso, pela falta de informação completa, a gente pede da comissão R\$ 1,5 milhão dessa reprogramação, pensando que daria em torno de duzentos e poucos mil para poder aumentar o suporte do controle social e os demais valores para a conferência, esperando também que se haja, como já foi um compromisso do governo, que se haja necessidade que eles apórtem mais recurso para a conferência. O que eu entendi e, se eu estiver enganada, que a comissão me corrija. Não é isso? **PRESIDENTE:** Podemos votar? Por favor, Juanita. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Na verdade, Érica, nem o órgão gestor tem o planejamento do custo e nem o CEAS tem o

planejamento do custo. Na comissão o CEAS não apresentou para a gente uma estimativa do custo. A responsabilidade da comissão é garantir recurso para a conferência que o governo não garantiu e a gente nunca conseguiu garantir na assembleia. Está sendo no escuro? Tá. Por uma irresponsabilidade de ambos os setores, então, ou a gente não garante na irresponsabilidade ou espera o compromisso da secretária que esteve aqui em garantir o recurso. O recurso que o orçamento já está aprovado, a Grazielle falou ali, mas nós já temos orçamento de R\$ 400 mil. No último ano o orçamento que a SEDESE propôs para esse CEAS foi insuficiente, teve que suplementar o orçamento com fonte 56. Eu sei porque eu estava na comissão, então eu sei como é que foi. É isso, o planejamento é feito de uma forma um pouco, assim, sem ter na base os custos. Então, da mesma forma a comissão também, não tinha planejamento porque o CEAS não tinha. Nós tivemos uma informação de conselheiro que a última conferência gastou R\$ 1,5 milhão e a conferência foi a distância, e o dinheiro, enfim, mas foi a informação que o Conselheiro Lucas trouxe, mas não tem um planejamento. **MARIANA, SEDESE:** Eu preciso esclarecer. Eu preciso esclarecer esse ponto. **PRESIDENTE:** Você está aqui na lista de **MARIANA, SEDESE:** Dois pontos. **PRESIDENTE:** Sim, após a fala de Juanita, nós temos a inscrição de Gabi e de Isac. Isac e depois Mariana. **ISAC, ASQUIS:** Já que abriu para discutir de novo, vamos discutir. Parece até a preocupação da Érica com a insuficiência do recurso, se a gente fecha no R\$ 1,5 milhão, a insuficiência dele para fazer a conferência e as outras ações. Eu entendo que a gente reprogramando esses R\$ 1,5 milhão para essas ações não impede que a Mariana, o governo estadual ainda lute por mais recurso para suplementar a conferência, caso seja necessário, uma vez que não sabemos ainda exatamente o custo que vai ter. Eu queria só que me esclarecesse se esse entendimento meu está correto ou está viajando. **MARIANA, SEDESE:** Primeiro ponto, eu já falei e vou falar de novo. A gente não tem estimativa de custo. Não é porque o governo é irresponsável, não. A gente sabe que é ano de conferência, só que não tem estimativa. Só vai ter essa estimativa quando desenhar o processo conferencial. Esse processo ele precisa ser detalhado. A gente não sabe quantas pessoas, quantos municípios, quantos locais, quantos dias de conferência regional. De conferência estadual a gente já tem definido os três dias. Só que esse detalhamento vai impactar em todas as despesas, então esse é o ponto. Não temos essa estimativa. Assim como também não temos estimativas de outros valores que estão lá no planejamento estratégico do controle social. Por quê? Porque eles não foram nem concluídos e nem aprovados nesse conselho. O que a gente tem é com base no que foi executado no ano passado, número de reuniões, diárias de viagens, participações em FONACEAS, aquisição de bens porque têm processos licitatórios em andamento, lista de compras que a própria Secretaria Executiva fez e que aí vai para o órgão central para fazer os processos de compra. Então a gente não tem o valor estimado de quanto vai

custar essa conferência. É isso que estou pontuando também desde o início. A outra coisa é que a conferência de 2021 ela foi virtual e o custo dela foi aproximadamente R\$ 200 mil. E o valor que a gente tem também da conferência de 2019, que a equipe me passou, que ficou em torno de R\$ 500 mil a R\$ 600 mil. Os valores que a gente tem dos anos anteriores são esses. **PRESIDENTE:** Considerando que nós não temos o recurso para a conferência e que é o ápice da participação dos municípios, nós precisamos garantir a partir do que temos, pelo menos 80% de chance que essa conferência aconteça de tal forma que a gente consiga sair daqui com mais tranquilidade. Ao mesmo tempo que é dito que pode trabalhar para conseguir o recurso para a conferência vamos garantir a existência da conferência e esse trabalho que vai ser feito, que seria para que a conferência acontecesse, que seja feito esse trabalho para que os outros serviços não parem. Isso é só uma questão de prioridade e por isso que eu disse, tudo é uma opção política. Podemos votar? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não. Nós vamos começar do zero. Todos os conselheiros estão esclarecidos? Sim ou não? Proposta nº 1 - R\$ 1,5 milhão proposta pela comissão para remanejamento e Proposta nº 2 apresentada pelo governo é no valor de R\$ 500 mil. Como vota Conselheira Arlete, pelo Movimento GRAAL do Brasil? **ARLETE, GRAAL:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Gabriela de Almeida, pelo CMAS Salinas? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Graziele, pelo CRP? **GRAZIELE, CRP:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Isac, pela ASQUIS? **ISAC, ASQUIS:** Voto na Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Kariny? Não está presente. Como vota o Conselheiro Lucas, pela Sociedade São Vicente de Paulo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Pela Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Ludson, pelo CRESS? **LUDSON, CRESS:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Juanita, pela Federação das APAES? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Com a comissão, Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Marilene, pela FETAEMG? **MARILENE, FETAEMG:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Jacqueline, pelo CMAS Cordisburgo? **JACQUELINE, CMAS/CORDISBURGO:** Pela Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Ok. Como vota a Conselheira Mariana, pela SEDESE? **MARIANA, SEDESE:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Elder, pela SEDESE? **ELDER, SEDESE:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Érica, pelo

CMAS Coronel Fabriciano? **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** Considerando o trabalho da comissão, Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Lígia, pela Secretaria Estadual de Saúde? **LÍGIA, SES/MG:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Marinete, pelo COGEMAS? **MARINETE, COGEMAS:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Solimar, pela SEPLAG? **SOLIMAR, SEPLAG/MG:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro João Vítor, pelo CMAS Caeté? **JOÃO VÍTOR:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Silvestre, pela Secretaria de Fazenda? **SILVESTRE, SEF/MG:** Apesar de ser da Comissão de Orçamento eu voto contrário a ela. Eu voto na Proposta nº 2 em função dos municípios. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira, Cleusa, pela Secretaria de Educação? **CLEUSA:** Proposta nº 1 da comissão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota o Conselheiro Altair, pela SEAPA? **ALTAIR, SEAPA/MG:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** 12 votos para a Proposta nº 1, 07 votos para a Proposta nº 2. Aprovada a Proposta nº 1. “Minuta de resolução CEAS nº (que será colocado) de 15 de fevereiro. Dispõe sobre a provação da reprogramação de saldo do exercício de 2022 para a execução financeira e orçamentária no ano de 2023, dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS de Minas Gerais. O conselho CEAS, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 13 da Lei nº 12.262 de 1996; e considerando a reprogramação do saldo apurado após encerramento do exercício viabilizará a continuidade das atividades da gestão e operacionalização dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no exercício de 2023; considerando que o CEAS acompanha a execução dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social por meio do relatório trimestral da prestação de contas do FEAS; e considerando a deliberação da 281ª Plenária Ordinária realizada no dia 15 de fevereiro de 2023, resolve: fica aprovada a reprogramação do saldo apurado no exercício de 2022 de recursos de cofinanciamento federal alocados no FEAS de Minas Gerais, cuja execução financeira e orçamentária se dará no ano de 2023, conforme detalhamento a seguir.” E cadê o a seguir? **GABRIELE, SEDESE:** Conforme quadro anexo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Mas tem que colocar no texto é anexo. Aqui no quadro **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu posso contribuir? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Claro. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Primeiro, eu acho que no quadro não tem que ter todas essas ações aí, não. É só quanto que sobrou e quanto vai ser gasto na ação. Na ação do controle social é que tem que vir o valor de R\$ 1,5 milhão. Nas outras é

de acordo com o planejamento que a SEDESE apresenta no plano de aplicação financeira aqui porque é vinculado, no meu entendimento, diretamente nos blocos e nos (trecho PIS, então essas ações aí até para publicar acho que fica muito esquisito. É só valor mesmo. E outra coisa, lá em cima tem que vir um artigo que o plano deverá ser devolvido, que o plano de reprogramação de saldo deve ser devolvido ao CEAS dentro de 30 dias conforme recomendação da comissão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Só uma sugestão, onde está escrito valor planejado é reprogramado, valor reprogramado. O valor aqui é R\$ 1,5 milhão. Quem tem acesso ao arquivo é só a Secretaria Executiva? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu gostaria de contribuir novamente. Aí é o órgão gestor que tem que ver de qual das duas ações tira. De acordo com a Mariana, ela precisa mais do recurso do IGDPAB considerando as capacitações do CadÚnico, então que tire o maior valor, o valor total do IGDSUAS que é, se não me engano, seiscentos e alguma coisa. E o restante tira da outra ação. Mas aí é o gestor que tem que falar. **ROBERTA, SEDESE:** Gente, licença, desculpa, mas nós já temos contrato já comprometidos com os saldos de recursos do IGDPAB, do IGDSUAS e que a gente vai ter que fazer uma análise para ver onde que vai impactar menos. Porque a gente está falando aí de contratos que já estão em andamento e que foram discutidos já previamente com esse conselho que a gente está falando aqui de compromete-los. Então é preciso olhar com cuidado de onde a gente vai poder retirar esse recurso, quais contratos que a gente vai ter que reanalisar, que refazer porque a gente tem, por exemplo, capacitações com a Pólis Civitas. A gente tem que ver de onde que está sendo, onde que já está comprometido desses saldos no nosso planejamento para a gente poder indicar de onde que a gente vai cortar. **GRAZIELE, CRP:** Então ficou pior ainda porque, assim, inclusive o valor que veio para a gente analisar era o valor que não estava empenhado. Se o valor, é comprometido, comprometido de boca? Porque imagino que o valor comprometido é aquele valor empenhado, aquele valor que deu o cheque. Eu estou até entendendo o que você está dizendo, mas a forma como a gestão lida com o orçamento público é muito informal. Vocês desculpem. **ROBERTA, SEDESE:** Grazi, não é informal, não. A gente segue os protocolos. Estou falando, por exemplo, temos estagiários que ainda não estão executados, mas a gente tem que ver, olha se tira estagiário aqui, tira ali. **MARIANA, SEDESE:** Roberta, espera aí. Isso que a Roberta está falando é uma coisa e o que a Grazielle está falando é outra. A questão **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu me inscrevi, Mesa Diretora. O que a Roberta falou é que o estado comprometeu o saldo reprogramado sem autorização do CEAS. É isso que ela está falando aqui. É, uai, que tem contratos que já foram assumidos. Foi isso. **ROBERTA, SEDESE:** Sim, tem que optar de onde vai tirar. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Foi isso que ela falou. **ROBERTA, SEDESE:** Onde que a gente vai tirar nessas... **MARIANA, SEDESE:** Isso é o que a Juanita

falou que é obrigação nossa. A gente que tem que saber como que a gente vai movimentar as contas financeiras. **ROBERTA, SEDESE:** Isso. É isso que eu estou falando, que desses R\$ 600 mil tirar o valor todo do IGDSUAS não é uma decisão simples. **MARIANA, SEDESE:** O que ela falou é que nós é que vamos ter que fazer esses cálculos depois. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não está resolvido porque a gente precisa colocar o valor ali, porque senão não tem aprovação da resolução. Eu sugiro que o órgão gestor sugira um valor ficto para colocar ali e depois sugerir para que a gente possa submeter a uma aprovação de alteração do anexo posteriormente. **MARIANA, SEDESE:** Eu vou pedir ao FEAS para tentar estimar o valor, daqui meia hora fecha somente esse valor. O restante não tem... **PRESIDENTE:** Marcela. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Plano de aplicação. A gente vê a questão do valor e depois volta nela, tá bom? Plano de aplicação. Gabi. **GABRIELE, SEDESE:** Alguém vai pedir inscrição? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Já superamos o ponto. **GABRIELE, SEDESE:** Já superamos o ponto. Obrigada. A comissão também analisou o plano de aplicação de recursos do FEAS de 2023. Foi uma reunião virtual realizada no dia 10 de fevereiro. O plano de aplicação começa naquela página QDD Sirlene. Sobe aí. Não é isso, não. Onde está QDD – Quadro de Detalhamento de Despesas. Já vou falando um pouco, vou apresentar o documento. A gente recebeu, mas já falando um pouco da análise da comissão. O plano de aplicação de recursos alocados no FEAS, no exercício de 2023, no documento recebido ele começa assim, Quadro de Detalhamento de Despesas. A gente analisando na comissão depois de muito tempo, a gente compreendeu a lógica do documento que é vem primeiro o valor da LOA, esse QDD é para apresentar que no exercício de 2023 tem R\$ 99.338.083 já alocados na LOA de 2023, do FEAS, mais aí tem esse valor de R\$ 3.586.991,25 que é o saldo da reprogramação dando um total de recurso de R\$ 102.975.074,25 para serem planejados, para se fazer um plano de aplicação nesse montante de valor. Ele veio também em um modelo de fichas por ação orçamentária, então na LOA de 2023, no plano de aplicação a gente tem Ação 1059 – Aproximação SUAS. A gente tem dois programas, um do FEAS que é o Programa 065 de aprimoramento da Política Estadual de Assistência Social. Nele estão alocadas 10 ações orçamentárias. E a gente tem uma ação alocada em outro programa que é o programa da saúde, que vai estar mais para frente. A 1059 – Aproximação SUAS, ele veio na LOA como uma janela orçamentária, com meta física 1, o valor de R\$ 1.000,00. Na ficha encaminhada não tem aí. Está zero. Não está planejado porque é uma janela orçamentária de R\$ 1.000,00. 1066 que é a Ação de atendimento a situação de emergência e calamidade pública. Também é uma janela orçamentária de meta financeira de R\$ 1.000,00 que não foi distribuída nos trimestres. 4129 – Ação que a gente falou muito dela agora na reprogramação, ação que custeia a manutenção do órgão

gestor e as ações de capacitação e apoio técnico. Tem no documento, eu não vou fazer a leitura. O documento foi enviado. Eu acho que até as comissões trataram desse tema também, mas a gente tem distribuído o valor por fontes 56 e 71, e do tipo de despesa que é executada nessa ação: as contratações, aquisição de equipamentos, manutenção e desenvolvimento de sistemas, todas as despesas que a gente até já discutiu um pouco na reprogramação. Aí tem esse valor distribuído nos 4 trimestres. Não vou falar o valor todo. Eu vou passar mais rápido. Todo mundo recebeu previamente o documento. Foi distribuído na 4129 o valor que está previsto na LOA R\$ 1.325.970,00. Só para entender mais ou menos a lógica do documento, então na Ação 4130, que é da regionalização da proteção social especial de média complexidade foi distribuído esse valor de R\$ 6.816.607,00 que é de fonte 56, 71, fonte e fonte 6, nos 4 trimestres. A distribuição é até igualitária ali o valor de R\$ 312 mil por trimestre. 4131 – Ação de proteção especial de alta complexidade. Valor de R\$ 8.016.832,00 também distribuído por trimestre, lembrando que essa ação é a que custeia o Programa Casa Lar que a gente chama e os termos de aceite de residência inclusiva. O valor foi distribuído nos 4 trimestres de acordo com as pactuações, os termos de parceria. 4132 – Piso Mineiro de assistência social fixo. O valor total de fonte 71, que é do FEM – Fundo de Erradicação da Miséria, R\$ 81.725.261,00 que é para o repasse, os fundos municipais de assistência social do Piso Mineiro Fixo. Valor distribuído por trimestre de acordo com os repasses que são mensais. Também não tem análise a fazer. 4133 – Ação de Apoio ao Controle Social Gestão Descentralizada, e a gente tem uma questão nessa ação que é a LOA, a gente tem R\$ 497.413,00 de fonte 56, que é o que foi falado aqui inclusive na pauta anterior. E a gente tem uma emenda de R\$ 1 milhão, do Deputado Cleitinho, que a Mariana também já esclareceu que foi uma indicação, segundo a assessora do parlamentar, uma indicação errada. Então esse valor está hoje na nossa LOA, mas ele não está garantido. Ele depende de indicação parlamentar. O valor dos R\$ 497 mil foi distribuído por trimestre e o da emenda não foi distribuído justamente por causa dessa questão de indefinição. 4535 – Ação do Piso Mineiro de Assistência Social Variável, também uma janela orçamentária de R\$ 1.000,00, sem distribuição, o R\$ 1.000,00 no 4º trimestre apenas. 4535 – Rede Cuidar, também na mesma forma, uma janela orçamentária no valor de R\$ 1.000,00. Também distribuída lá no 4º trimestre. Ação 7005 – De transferência de Renda para Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social. Essa ação foi criada por pleito do CEAS no orçamento de 2023, mas também veio como uma janela orçamentária de R\$ 1.000,00. Essa é a ação que eu falei. A única que está vinculada a outro programa. Esse programa é gerido pela Secretaria de Estado de Saúde. Ações assistências para população em situação de vulnerabilidade social no enfrentamento à pandemia de Covid-19. Ação 1049, também uma janela orçamentária de R\$ 1.000,00. Essa ação foi criada lá no contexto de pandemia em 2020.

Pode passar para a súmula da comissão, por favor, Sirlene. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Antes da Gabriele fazer a leitura da súmula, eu queria apresentar uma questão de ordem que é retirar esse ponto de pauta, considerando a deliberação desse colegiado na aprovação da prestação de contas. De acordo com a resolução desse CEAS, a SEDESE deve apresentar planejamento e prestação de contas das duas ações que estão fora do FEAS. Não foi ou estou enganada? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Planejamento não. Só apresentação. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** A gente sempre dá tiro no pé, mas enfim. **LUDSON, CRESS:** Mas é porque até da nossa indicação... **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Retiro. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** A sugestão do planejamento vai entrar na resolução agora. O indicativo é de que na prestação de contas acompanha a prestação de contas e no planejamento é entre o planejamento, por isso que não foi o termo planejamento na outra resolução, por isso. **GABRIELE, SEDESE:** Quer falar antes, Mariana? Pode seguir. **MARIANA, SEDESE:** Eu só quero não tem a ver com a deliberação, não, mas é um encaminhamento, uma sugestão considerando que tem essa emenda aqui do Deputado Cleitinho. E eu acho que foi falado aqui também que a Deputada Andréia de Jesus também está pedindo pauta, não sei se foi com esse conselho ou com alguns, o COGEMAS especialmente. Eu queria propor também como encaminhamento para que esse conselho tente de captação de emendas para a conferência. Por quê? No caso do Deputado Cleitinho, eu já tive esse contato e eles falaram que foi um erro. Nada impede de a gente tentar, só que aí tem que ser o conselho, representantes do conselho, buscando apoio do deputado. No caso da Andréia de Jesus que está já se colocando à disposição do COGEMAS, inclusive para articular maior valor de recursos, eu também vejo como uma possibilidade de captação de recursos. E aí isso deveria ser, se o conselho concordar por esse encaminhamento, o mais rápido possível porque o prazo de indicação de emendas está aberto agora no mês de fevereiro. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Mariana, você como conselheira ou está jogando com a gente ou você está jogando contra a gente. Não tem como o controle social ficar buscando recurso para o órgão gestor fazer isso, não. A base do governo no congresso, na assembleia, ela serve é para isso. Se o governo não tem base, isso é um problema do governo. **MARIANA, SEDESE:** Não tem nada... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Mariana, eu estou com o direito de fala. O governo é que tem que se articular para poder buscar essas emendas parlamentares se ele não conseguiu dentro do orçamento planejar isso. Não é o controle social buscar recurso, não. O estado ele tem que garantir. É claro que isso faz parte do nosso trabalho político enquanto conselheiro, mas pedir para que o conselho assuma essa atribuição que é estritamente política e está no cenário da articulação entre poder executivo e poder

legislativo, isso não é razoável, não. Não é razoável. É dever do estado ter o orçamento para que possa ser planejado. Ter o recurso para que possa ser custeado todas as ações. Não é o controle social que tem que correr atrás de parlamentar para poder buscar emenda. Não é. Eu estava em um jogo de futebol e senti um carrinho da Mariana com essa fala. **GABRIELE, SEDESE:** Eu posso pedir questão de ordem? **MARIANA, SEDESE:** Eu posso pedir também porque eu acho que você está fazendo piada com a minha fala. Eu queria pelo menos respeito pelo que eu falei aqui, viu Lucas, a forma como você julgou e criticou a minha fala. Este conselho, em diversos momentos aqui no ano passado, tirou encaminhamento de procurar a assembleia legislativa e pedir apoio de parlamentar para destinação de recurso para a assistência social. Isso já aconteceu aqui diversas vezes e não foi só no ano passado, no ano retrasado, inclusive no ano de conferência também, recurso para a conferência que esse é que foi o objeto da minha fala, considerando que já consta uma emenda aqui para isso. **GABRIELE, SEDESE:** É só porque eu não achei que a discussão ia tomar outro rumo porque eu gostaria de continuar a apresentação da comissão, com os encaminhamentos sugeridos. E aí a gente discute pelos encaminhamentos dessas outras questões. Tem mais alguém inscrito? Posso continuar, Mesa Diretora? Quanto ao plano de aplicação de recursos, a gente teve a mesma discussão lá da reprogramação quanto a formalidade do documento que chega para o CEAS porque ele é um documento que fica. É a memória do que realmente foi aprovado, então solicita apresentação formal do documento contendo título, origem, identificação da unidade, estimativa da receita, previsão do gasto. Solicitou também de uma questão administrativa formal do documento ali porque ele veio por fichas, o valor distribuído por trimestre e por ação orçamentária. Solicitou o total do valor total alocado quanto que está distribuído em cada trimestre. Isso também é uma coisa para operacionalizar no documento. E quanto ao encaminhamento pela aprovação, pela reprovação, quanto ao indicativo da comissão, a gente não chegou a um consenso naquele momento. Eu acredito que até a discussão que a gente fez aqui agora, quanto à prestação de contas do 3º trimestre, nos ajuda até a reformular um novo encaminhamento que é o que a Juanita trouxe. O grande problema identificado foi que o plano de aplicação de recursos ele só veio com as ações orçamentárias alocadas no FEAS. Então a comissão sentiu falta das ações 2081, 4226, alocadas na unidade orçamentária da SEDESE, mas vinculadas ao Programa 065. Para atender a deliberação do CEAS, para atender as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, a gente chegou a duas propostas na comissão. E aí não teve consenso realmente. A sociedade civil colocou pela não aprovação do plano de aplicação do FEAS nesse momento para inclusão das ações 2081, 4226. E eu propus um novo encaminhamento que seria deliberar sobre o plano de aplicação do FEAS e solicitar o envio do planejamento, do plano de aplicação contendo a

4226 e a 2081. Eu acho que é o que foi feito agora na prestação de contas do 3º trimestre. Isso foi colocado inclusive de maneira separada na resolução. O encaminhamento para aprovação estaria condicionado à apresentação dessas duas ações. **PRESIDENTE:** Gabriele, você usou conceito condicionado? Não. É porque há pouco nós tivemos aqui um problema entre conceitos. **GABRIELE, SEDESE:** Desculpa, eu me retrato então. **PRESIDENTE:** Não. É para ficar muito claro para a gente porque se for uma recomendação não nos garante nada. Agora, se for uma condicionalidade aí é diferente. É só para a gente ficar bem claro. **GABRIELE, SEDESE:** Nesse ponto a gente não teve consenso na comissão. A proposta da sociedade civil era não aprovar o plano de aplicação agora. Não aprovar esse documento. Solicitar um novo plano de aplicação contendo as ações 4226 e 2081. A outra proposta também da comissão é aprovar o plano de aplicação do FEAS, das ações que foram enviadas, e solicitar o envio de um plano de aplicação específico das ações 4226 e 2081. Na verdade, a discussão está aberta para deliberação da plenária porque não houve consenso. **MARIANA, SEDESE:** Já que não tem ninguém inscrito, eu gostaria... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Só para uma questão mais conceitual do documento, o plano de aplicação ele se refere exclusivamente ao FEAS. Aquilo que foi apresentado ele tem que ser mantido e as outras duas ações elas têm que vir em documento apartado porque não se trata de recursos que estão alocados na unidade orçamentária do FEAS. Mas, de toda sorte, elas têm que ser entendidas como um único documento para poder ser aprovado. No meu entendimento, a proposta que é trazida de aprovar o plano de aplicação agora e depois solicitar esse outro plano de aplicação das duas ações, ele não é válido. Têm que ser lidos os dois documentos como um único documento, apesar desse conceito que a própria normativa traz para a gente, que o plano de aplicação deve ser vislumbrado do FEAS, então tudo aquilo que está no FEAS é plano de aplicação. E o que está fora e que também é da nossa apreciação tem que ser um documento que tem que ser lido junto como se fosse um único documento. **GRAZIELE, CRP:** A gente ponderou sobre essa questão mesmo, tanto é que saíram duas questões, dois encaminhamentos justamente por isso. E a questão passa porque, já dito aqui várias vezes, são duas ações que são destinadas à assistência social que estão fora do fundo. Isso é um erro. Isso é um equívoco. E lembrando que, por diversas vezes ao longo de 2022, a gente tentou fazer com que essas ações fossem para o fundo já que ele precisa do controle social que são ações até no nome das ações eles falam da assistência social. E, novamente, foi pleito desse conselho na LOA para que essas duas ações fossem também colocadas no fundo e a gente não concorda. A gente, a sociedade civil porque é paritário, não concorda com o encaminhamento, vou colocar, da gestão, justamente por a gente entender dessa forma. Um documento tem que ser único, mesmo a gente compreendendo que há um erro e é erro de base, mas é um erro

de gestão. Eu acho que o nosso papel tem que ser feito que é garantir a fiscalização e o controle social do orçamento. **GABRIELE, SEDESE:** Só com relação à segunda proposta porque o que a gente tinha para deliberar, o que que o CEAS recebeu? Recebeu o plano de aplicação das ações orçamentárias do FEAS. A minha defesa naquele momento era, e também explicando, a reprogramação de saldos e o plano de aplicação de recursos juntos eles são a forma é autorização para gastar o recurso do exercício 2023, por isso eles são trazidos na primeira plenária. Um ponto de pauta importante, urgente no sentido de que a partir de que eles estão aprovados, a SEDESE dá início à execução orçamentária e financeira. Como naquele momento a gente tinha o plano de aplicação do FEAS para analisar e a gente precisa dessa aprovação para executar o orçamento, a minha sugestão foi no sentido, vamos aprovar porque a gente recebeu o plano de aplicação do FEAS que é o que está lá na 12.262 que a gente tem que aprovar, tem que passar pela deliberação do CEAS e vamos solicitar que esse plano de aplicação seja apresentado um plano de aplicação das outras duas ações porque não trava a execução do FEAS enquanto isso não chega para o conselho, então foi nesse sentido. **ELDER, SEDESE:** Eu vou falar porque a ideia não é igual da Gabi. Então, indo para essa lógica, considerando o que a Gabi já falou, eu sugiro como encaminhamento a gente fazer a votação e aprovação do plano de aplicação do FEAS. E na nossa resolução a gente pode falar que excepcionalmente para esse trimestre o plano de aplicação das ações 2081 e 4226 vai ser enviado posteriormente e votado posteriormente. E nas demais quando houver os novos planos de aplicação, tem que vir junto porque é o mesmo entendimento que a gente informou de manhã, que a partir de agora não vem no mesmo documento, mas vem junto. E acho que isso é interessante para a gente, porque o plano do FEAS já foi apresentado e também para que seja possível iniciar as execuções financeiras. Exatamente, a gente aprova o plano de aplicação do FEAS, aprova quem quiser aprovar obviamente. E coloca na resolução de aprovação isso, que excepcionalmente neste ano o plano de aplicação das ações 2081 e 4226 será enviado posteriormente para deliberação do conselho. E nos anos seguintes ele sempre vai ser enviado junto, então só esse a não para não acontecer essa situação de a gente não poder começar a execução, lembrando que é um ano desafiador por todos os motivos que a gente já falou, conferência, plano estratégico de controle social e etc., é uma situação excepcional. **MARIANA, SEDESE:** Se todo mundo estiver de acordo fica sendo uma proposta só. **GRAZIELE, CRP:** Continuam dois encaminhamentos, um para reprovação e retorno de plano único plano que é parte da Comissão de Orçamento e a outra parte da Comissão de Orçamento acrescida da sugestão do Elder. São dois encaminhamentos. **GABRIELE, SEDESE:** Na verdade, não é pela reprovação, é pela não deliberação. **GRAZIELE, CRP:** Sim. **GABRIELE, SEDESE:** Retornar o plano de aplicação com a inclusão das ações solicitadas para a próxima

plenária, então seria: proposta 1, suspender o ponto de pauta e voltar com o plano de aplicação com as duas ações. A proposta 2, seria já aglutinando com a proposta do Elder. É aprovar o plano de aplicação das ações orçamentárias do FEAS, incluindo a resolução de aprovação que excepcionalmente em 2023 o plano de aplicação das ações 2081 e 4226 será enviado posteriormente para deliberação do CEAS e, a partir dos próximos planos, que seja um plano de aplicação de recursos só contendo todas as ações. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** É só para dizer, a minha proposta é parecida com a proposta 1, só que a forma é diferente. Aqui fala que seria um único plano, um único documento. A minha perspectiva é que sejam dois documentos lidos como se um documento só fosse. Só para poder deixar isso claro. **ELDER, SEDESE:** Considerando o que o Lucas falou, acho que a proposta 1 deve ser a que o Lucas já disse porque eu entendo que tem que ser documentos separados mesmo. E acho que a finalidade da proposta 1 vai chegar no mesmo lugar. É só fazer essa delimitação porque o plano de aplicação é do FEAS e essas ações hoje não estão infelizmente no FEAS para ter essa separação que é a mesma lógica que estamos usando na prestação de contas. Sugiro que a proposta 1 seja alterada da maneira que o Lucas está propondo. **GRAZIELE, CRP:** Lucas, olha, eu acho que é a mesma proposta, mas eu fico preocupada, receosa de que, eu entendo o que você está falando. Concordo com você, já que a gente tem que fazer o plano de aplicação do FEAS, e essas duas ações não estão no FEAS, mas é de uma insistência mesmo para que elas estejam. Também se retomar o plano de aplicação com a inclusão das solicitações acima para a próxima plenária constando dois documentos. É isso. E também lembrar que tem que ter essas recomendações que o próprio Elder sugeriu, que é excepcionalmente para esse ano. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não, Grazi. Olha a confusão que você está fazendo, está somando as duas propostas. **GRAZIELE, CRP:** Não. Eu não estou somando as duas propostas. Eu estou dizendo que eu concordo com você, mas se a proposta 1 vencer, a gente tem que lembrar que é excepcionalmente esse ano. Estou fazendo só para a gente gravar, ter uma memória aqui porque se a gente pedir para retomar, ele vai voltar na próxima plenária com a informação das duas ações, ok? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Sim. **GRAZIELE, CRP:** Na resolução também constar que é excepcionalmente desse ano. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Se aprovar a proposta 1 não tem resolução, Grazi. **GRAZIELE, CRP:** Não. Não tem. Eu estou falando lá da frente. Só estou fazendo uma memória. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Isso é um problema para a próxima plenária se for aprovada a proposta 1. **GRAZIELE, CRP:** Sim. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Em um primeiro momento é de entendimento de todos que o plano de aplicação do FEAS diz exclusivamente sobre o FEAS. E essas duas ações, como não

estão no FEAS, têm que vir em um documento apartado, mas lido junto com a aplicação do FEAS? Essa é a pergunta para poder entender a proposta 1. Se o entendimento for esse, o voto é na proposta 1. Se o entendimento é de que podemos deliberar, aprovar ou não a proposta 2, que é aprovar ou não o plano de aplicação que já foi apresentado e possibilitar que a SEDESE apresente na próxima plenária ou na próxima, o plano de aplicação dessas outras duas ações e votar ele em separado, essa é a outra possibilidade colocando a condicionante que o Elder está apresentando. São essas as duas propostas que nós temos. A primeira é de retirada de deliberação agora, neste momento, para que se possa o órgão gestor apresentar os dois documentos para serem lidos como um só na próxima plenária ou a gente submete em votação o plano que já foi apresentado e aprovado, e garante a possibilidade ao órgão gestor de apresentar as duas outras ações posteriormente. Todos estão esclarecidos sobre esse entendimento de cada uma das propostas? Nós vamos submeter então em votação. **PRESIDENTE:** Podemos começar? Prontos para votar? Sirlene, por favor. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** No mesmo sentido da outra votação, Proposta nº1 é a proposta apresentada por parte da comissão de que a matéria ela não pode ser deliberada por solicitação de informações sobre as ações 4226 e 2081, devendo ser deliberado na próxima plenária. E a Proposta nº 2 é de que deve ser deliberado o plano de aplicação já apresentado e apresentado posteriormente o plano de aplicação das outras duas ações. Como vota a Conselheira Arlete, Movimento GRAAL do Brasil? **ARLETE, GRAAL:** Proposta 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Gabriela de Almeida, CMAS Salinas? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Grazielle, CRP? **GRAZIELE, CRP:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro Isac, ASQUIS? **ISAC, ASQUIS:** Voto na Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Kariny, Bem Estar do Menor? Não? Como vota Conselheiro Lucas, Sociedade São Vicente de Paulo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro Ludson, CRESS? **LUDSON, CRESS:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Juanita, Federação das APAES? Iara está por aí? Como vota Conselheira Marilene, FETAEMG? **MARILENE, FETAEMG:** Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Jacqueline, CMAS Cordisburgo? **JACQUELINE, CMAS/CORDISBURGO:** Pela Proposta nº 1. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Ok. Como vota Conselheira Mariana, SEDESE? **MARIANA, SEDESE:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro Elder, SEDESE? **ELDER,**

SEDESE: Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Érica, CMAS Coronel Fabriciano? **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Lígia, Secretaria de Estadual de Saúde? **LÍGIA, SES/MG:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Marinete, COGEMAS? **MARINETE, COGEMAS:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Solimar, SEPLAG? **SOLIMAR, SEPLAG/MG:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro João Vitor, CMAS Caeté? **JOÃO, CMAS CAETÉ:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro Silvestre, Secretaria de Fazenda? **SILVESTRE, SEF/MG:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Cleusa, pela Secretaria de Educação? **CLEUSA:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro Altair, SEAPA? **ALTAIR, SEAPA/MG:** Proposta nº 2. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** 8 votos pela proposta nº1 e 10 votos pela Proposta nº 2, tem que submeter em apreciação o plano de aplicação já apresentado e as ações 2081 e 4226 deve ser concedido o prazo para a apresentação posterior com a condicionante até a próxima plenária. Agora a gente passa à votação do plano que as ações 4226 e a 2081 serão apresentadas na próxima plenária com as condicionantes que são apresentadas pelo Conselheiro Elder. É a proposta 2 que já aí, Sirlene. Agora nós vamos para a resolução, mas antes da resolução a gente tem que votar o próprio plano. Nós não votamos o plano. Todos estão esclarecidos para a votação do plano de aplicação? Planilha de novo, Sirlene. A resolução pode ser aprovada sim. Deixa eu dizer para vocês. A gente fez a proposta com relação da manutenção da discussão ou não. A proposta 1 falava da retirada para deliberação posterior. A segunda dizia da manutenção dela aqui com concessão de prazo daquilo que está faltando. Nós não votamos o plano. Estamos votando o plano de aplicação de 2023. Como vota Arlete, Movimento GRAAL do Brasil? **GABRIELE:** Aprova ou reprov. **ARLETE, GRAAL:** Eu estou sugerindo que haja mais uma explicação muito rapidamente sobre isso porque me parece que está tendo uma confusão. Não? Explica, por favor, Ludson. **ELDER, SEDESE:** Primeiro a gente votou se a gente iria continuar deliberando o plano ou se a gente retiraria de pauta até enviar a 2081. A gente votou em deliberar. Agora a gente vai votar se vocês aprovam o plano de aplicação do FEAS ou não. E as ações 2081 e 4226, eu sugeri que a gente coloque na resolução que elas vão ser enviadas na próxima plenária, e aí a gente vai votar só elas. Então se aprova isso ou se reprov. **MARIANA, SEDESE:** E só para completar. A comissão analisou o plano e fez um indicativo de aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não

senhora. **MARIANA, SEDESE:** Das ações do FEAS? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não. Não. Não. **GABRIELE, SEDESE:** A comissão não chegou a um consenso e aí a primeira proposta já foi vencida. A proposta 2 era deliberar sobre o plano de aplicação do FEAS e das duas ações posteriormente. Agora a gente vai deliberar sobre o plano de aplicação do FEAS. **MARIANA, SEDESE:** Sim. A pergunta é: O plano de aplicação do FEAS foi analisado pela comissão? **GABRIELE, SEDESE:** Foi. **MARIANA, SEDESE:** Ok. É isso. **GABRIELE, SEDESE:** E é o único encaminhamento seria esse, se aprova ou não o plano. **LUDSON, CRESS:** Votar, gente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Arlete, Movimento GRAAL do Brasil? **ARLETE, GRAAL:** Abstenção. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota a Conselheira Gabriela de Almeida, CMAS Salinas? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Graziele, CRP? **GRAZIELE, CRP:** Pela reprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro Isac, ASQUIS? **ISAC, ASQUIS:** Voto pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro Lucas, Sociedade São Vicente de Paulo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Ludson, CRESS? **LUDSON, CRESS:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Conselheira Marilene, FETAEMG? **MARILENE, FETAEMG:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Jacqueline, CMAS Cordisburgo? **JACQUELINE, CMAS/CORDISBURGO:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Mariana, SEDESE? **MARIANA, SEDESE:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro Elder, SEDESE? **ELDER, SEDESE:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Érica, CMAS Coronel Fabriciano? **ÉRICA, CMAS CORONEL FABRICIANO:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Lígia, Secretaria de Estado de Saúde? **LÍGIA, SES/MG:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Marinete, COGEMAS? **MARINETE, COGEMAS:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheira Solimar, SEPLAG? **SOLIMAR, SEPLAG/MG:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro João Vitor, CMAS Caeté? **JOÃO, CMAS CAETÉ:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Como vota Conselheiro Silvestre, Secretaria de Fazenda? **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**

CURVELO - SSV: Como vota Conselheira, Cleusa, pela Secretaria de Educação?

CLEUSA: Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Como vota Conselheiro Altair, SEAPA? **ALTAIR, SEAPA/MG:** Pela aprovação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** 16 votos pela aprovação, 1 voto pela reprovação, 1 abstenção. Aprovado o plano de aplicação. Agora vou passar para a leitura da minuta. “Resolução CEAS X, de 15/02/2023. Aprova o plano de aplicação dos recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para o exercício de 2023 e dá outras providências. O CEAS no uso de suas atribuições previstas que lhe são conferidas pelo art. 13, da Lei nº 12.262/1996 e pela NOBSUAS, e considerando a deliberação de sua 281ª Plenária Ordinária, realizada no dia 15/02/2023, resolve: Art. 1. Aprovar o plano de aplicação dos recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS em consonância com a Lei Orçamentária Anual de Minas Gerais 2023 e a reprogramação de saldos do FEAS para o exercício de 2023, conforme anexo, considerando as informações e documentos enviados pela SEDESE registrados no processo SEI 14800100011002023-49. Parágrafo Único. A SEDESE apresentará aprovação.” Só um minuto, gente. É mais fácil pegar da anterior. Eu vou sugerir que seja um artigo 2º, colocando o seguinte: A SEDESE deverá apresentar o plano de aplicação das ações 2081 e 4226 para deliberação do conselho. E aí a gente coloca um parágrafo único falando “excepcionalmente no exercício de 2023, o plano de aplicação deverá ser encaminhado para apreciação na 282ª Plenária Ordinária”. Pode ser? Para apreciação do CEAS. Parágrafo Único, excepcionalmente para o exercício financeiro de 2023, o plano de aplicação das ações que se referem este artigo, das ações de que trata o caput deverá ser encaminhado para apreciação do CEAS em sua 282ª Plenária Ordinária. Todos de acordo como texto da resolução? Por favor, se manifestem. A Gabi pediu para mim poder fazer a leitura dos dois artigos inclusos para poder ficar registrado. “Art. 2º A SEDESE deverá apresentar plano de aplicação das ações 2081 e 4226 em conjunto com o plano de aplicação do FEAS para apreciação do CEAS. Parágrafo Único Excepcionalmente no exercício financeiro de 2023, o plano de aplicação das ações de que trata o caput deverá ser encaminhado para apreciação do CEAS em sua 282ª Plenária Ordinária. Art. 3º Essa resolução entre em vigor na data de sua publicação.” **PRESIDENTE:** Todo mundo pronto para votar? Está de acordo? Está em votação a resolução. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Próximo ponto de pauta. Agora nós vamos voltar no texto da resolução de reprogramação que ficou faltando mostrar o quadro com a distribuição do orçamento. No IGDPAB e no IGDSUAS, ficou a distribuição do orçamento para a Ação 4129, no total de R\$ 1.056.443,42 e a Ação 4133 com uma reprogramação de R\$ 1.500.000,00. Ok. Agora nós temos que aprovar o texto da resolução. **PRESIDENTE:** Está em votação o texto da resolução, gente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Próximo ponto

de pauta Planejamento anual do CEAS. Foi impresso para todo mundo esse documento, para todo mundo que pediu? Foi impresso para todo mundo que pediu? Eu vou tentar fazer a apresentação dele bem rápido para que a gente consiga avançar nas discussões. Inicialmente é importante estabelecer que ele é um plano que está em constante construção. Não é um fim em si mesmo e que depende e demanda justamente as contribuições de todos nós conselheiros e também daquilo que é planejado pelas comissões. Essa versão do planejamento nós quisemos trazer justamente uma expectativa do que é o trabalho de cada um desses meses. Vocês podem verificar na página onde consta já o período de janeiro, que é um mês um pouco mais para planejamentos e em fevereiro a gente já começa os trabalhos ordinários do conselho. Dentro desse planejamento nós quisemos trazer justamente aquilo que é agenda que a gente tem nesses dois dias e previsões naquilo que pode ser pauta das sessões plenárias. É uma previsão daquilo que usualmente nós temos em cada um dos meses. Nós fizemos uma previsão. Vocês querem que eu faça a leitura de todo o documento ou a gente pode só fazer uma explanação de cada um dos pontos e... Beleza. É. O planejamento, então, do conselho num geral, ele vem esmiuçado por mês, mais ou menos o que é o trabalho de cada um desses meses, cada uma dessas metas. Lá em março tem previsão de algumas discussões, mas é preciso deixar claro que ele vai precisar ser reformulado de acordo com aquilo que foi estabelecido quando a gente discutiu o calendário. E lembro mais uma vez que o planejamento tem que ser lido com o calendário e o calendário lido com o planejamento. Mais à frente, vocês vão ver que, logo depois de dezembro, dá início ao planejamento das comissões temáticas. Eu acho que é oportuno a gente abrir discussão nesse ponto porque como nós tivemos ontem reunião das comissões temáticas, algumas puderam acrescentar ou mesmo alterar os pontos que serão motivo de deliberação e discussão dentro das comissões. Nós temos a Comissão de Política que ficou estabelecido fiscalização da implementação do Plano Estadual de Assistência Social e aprovar seu relatório final. Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS. Iniciar o debate sobre a implementação da mesa de gestão do trabalho, conforme a NOBSUAS, em âmbito estadual e municipal. Análise de acompanhamento de denúncias. Acompanhamento, avaliação e fiscalização dos benefícios eventuais e de transferência de renda. E análise e avaliação dos critérios de partilha. Alguns dos planejamentos das comissões, eu preciso esclarecer isso, foi feito um planejamento mensal. Mas como nós precisamos ter um pouco mais de liberdade nas comissões, no planejamento do conselho foi trazido em tópicos para que a comissão tenha liberdade para poder saber o momento mais adequado de trabalhar cada um daqueles pontos sem, é claro, deixar de lado que possivelmente deve cumprir esse planejamento

que foi colocado. Como membro das comissões, Marilene como coordenadora, Soraia como coordenadora adjunta, Cláudia, Crislaine, Kariny, Magna, Michelle e Sandra e só. Comissão de Normas. Como planejamento estratégico, acompanhar o processo de discussão. Perdão. Na Comissão de Política, há algum ponto a ser incluso? Vamos lá.

SORAYA, SEDESE: Sim. Eu vou falar aqui em nome da comissão e se alguém da comissão depois quiser complementar. É só uma temática de capacitação relacionada a esse início do debate sobre a implementação da mesa de gestão do trabalho. A Comissão de Política, no decorrer de 2022, foi recebendo várias denúncias que tratam especificamente da gestão da relação gestor e trabalhador do SUAS. E nós fomos discutindo e entendendo que era necessário um momento de capacitação com representações externas para tratar desse assunto. Para capacitar o CEAS como um todo, do que é realmente papel dos conselheiros fazerem nessa atuação estimular essa instituição da mesa de gestão do trabalho no próprio estado, então a gente tinha proposto uma capacitação já para o mês de fevereiro dentro da comissão. Na verdade, eu levei para a plenária em dezembro. Foi deliberado que essa capacitação entraria no plano estratégico de controle social, mas não foi contemplado nesse plano geral, então a gente traz a proposta dessa capacitação poder ocorrer no mês de março. A gente conversou isso ontem na comissão. Agora eu vou falar por mim. Avaliando o planejamento aqui, eu penso que a gente pode negociar pensando para abril até para os convidados porque a Crislaine ela já fez alguns contatos, mas a gente não confirmou. Como a gente precisa de convidados externos, a gente precisa dar um tempo para as pessoas se organizarem, organizar melhor a condução dessa capacitação. Então eu proponho, a Comissão pode também dizer, mas que fique para abril estabelecida essa capacitação.

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP: Ok. O ponto foi incluso. Sobre o planejamento da comissão, algum conselheiro quer contribuir, acrescentar? Então vamos passar para a próxima comissão que é a Comissão de Normas. Como planejamento estratégico, a Comissão de Normas estabeleceu acompanhar o processo de discussão sobre a implementação da PAB; elaborar propostas no que entender pertinente e correlatas à atribuições do CEAS; revisar a regulamentação do processo de denúncias dando continuidade às discussões iniciadas em 2020, quando foi elaborada pela Comissão de Normas uma minuta de resolução que dispõe sobre o processo de denúncia; elaborar propostas de capacitação para os conselheiros da equipe da Secretaria Executiva sobre a legislação do SUAS, atos administrativos, código de ética, atribuição de conselheiros, inscrição de entidades e vínculos com o SUAS, regimento interno e outros de interesse e necessidade dos conselheiros; elaborar proposta de melhoria na qualidade de acesso à informações no CEAS e proteção de dados; discutir a composição do CEAS e avaliar a elaboração de proposta para alteração da legislação estadual e elaborar

propostas de material orientador sobre funcionamento do CMAS, modelos de leis, resoluções, inscrições e fiscalização de entidades, entre outros. Ontem, na nossa reunião, nós tivemos a inclusão de mais um ponto que seria a elaboração de uma cartilha orientativa para as ILPIs – Instituições de Longa Duração para Idosos. Mariana.

MARIANA, SEDESE: Estou conferindo se essa redação porque ontem a gente fez uns ajustes. Eu estou só conferindo aqui. É porque ontem a gente conferiu e validou todas as ações e ficou a questão da mesa de diálogo também estava dentro de uma das ações. Ontem, na Comissão de Normas, nós estabelecemos oito atividades para a Comissão de Normas se debruçar ao longo desse ano. Colocamos as prioridades dessas atividades e só acrescentando, ficou assim, elaborar um material orientador sobre o funcionamento de instituição de acolhimento para idosos na assistência social, no caso e é material para o CMAS. É só para a gente escrever da forma correta. Elaborar o material que orienta o funcionamento de instituição de acolhimento para idosos no âmbito da assistência social. Porque a gente teve aquela discussão de que tem instituições que estão seguindo material da saúde, instituições da assistência. No âmbito da assistência a nossa orientação ela tem que ser de acordo o regramento da assistência social.

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP: A Gabi quer contribuir. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Pensando nisso, acho que a gente estava conversando a mesma coisa, né Lucas? Eu não sei se a ideia da cartilha seria nesse sentido, mas se não for, a proposta seria que orientasse inclusive os conselhos municipais acerca da inscrição e da permanência dessas instituições como entidade de assistência social no âmbito municipal.

MARIANA, SEDESE: Vamos lá. Elaborar material orientador para CMAS e instituições de acolhimento de idosos.

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP: É uma nota orientativa, no caso.

MARIANA, SEDESE: Eu coloquei material orientador porque a forma vai depois. A forma a gente chega depois.

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP: Vamos colocar de uma maneira geral. Orientação técnica é mais fácil. Isso.

PRESIDENTE: Eu ainda estou lá atrás. É porque aqui a gente conversou ontem na sociedade civil essa coisa da Mesa Diretora reunir sem ser a mesa ampliada. E aqui tem algumas reuniões da Mesa Diretora sem o... Então, assim, só para a gente ficar atento que diz aí que na sexta-feira, antes ou depois, meu Deus, deixa eu olhar aqui. Antes, a Mesa Diretora reunir, então, assim, a Mesa Diretora reunir é sempre a mesa ampliada.

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP: Mais alguma contribuição no planejamento da Comissão de Normas? Compõem a comissão: Conselheira Érica, coordenadora; Ludson, coordenador adjunto; Altair, Carla Valéria, Leandro Luiz da Cruz, Lucas Estevão, Mariana Resende e Vinícius Queiróz. Comissão de Orçamento. A Comissão de Orçamento, dentro do seu planejamento, estabeleceu o seguinte caminho para plano estratégico: reunião de planejamento das atividades da comissão, analisar a

LOA 2023 e apresentar ao conselho, analisar e emitir opinião sobre reprogramação de saldo dos recursos FEAS oriundos do FNAS referentes ao exercício de 2022, analisar e emitir opinião sobre os relatórios da prestação de contas do 4º trimestre, analisar e emitir parecer sobre o plano de aplicação dos recursos FEAS 2023, analisar e emitir parecer sobre o demonstrativo federal SUASWEB. **GABRIELE, SEDESE:** Ponto um é só dar um enter. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Está bom. Ok. Analisar relatório anual de gestão da Política Estadual de Assistência Social, pauta comum parecer da Comissão de Políticas, analisar e emitir opinião sobre o relatório de prestação de contas do 1º trimestre 2023, analisar o plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2024-2027, pauta comum do parecer da Comissão de Políticas, analisar e emitir opinião sobre a elaboração e revisão anual do plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG e os parâmetros para proposta orçamentária e financeira e física do CEAS 2024 – LOA, propor e defender emenda parlamentar na ALMG, propostas de emendas para PPAG 2024, analisar e emitir opinião sobre relatório de prestação de contas do 2º trimestre, analisar e emitir opinião sobre relatório de prestação de contas do 3º trimestre de 2023, analisar e emitir opinião sobre o plano de ação dos recursos federais do Sistema SUASWEB, analisar e emitir opinião sobre os relatórios de prestação de contas do 4º trimestre de 2023. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** O ano passado a gente conversou muito com relação à Comissão de Normas uma proposta que eles tinham levantado de que criar uma oficina para falar sobre as ferramentas orçamentárias. E a gente não conseguiu fazer e não está no planejamento. É porque não é possível fazer esse ano? **GABRIELE, SEDESE:** Essa era uma proposta sobre capacitação sobre como analisar a prestação de contas, não é isso? Só que no ano passado mudou um pouco a metodologia de apresentação também. A comissão partiu para um plano A que seria a comissão fazer as apresentações para ver se ficava mais claro para os conselheiros. Até a própria Juanita que começou isso, mas a capacitação realmente não está prevista. A gente pode colocar e se organizar para fazer então. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Houve um registro em plenária, que a Mariana até trouxe para a gente, de que seria solicitado um órgão do governo para poder dar essa capacitação para a gente. Como é que chama o órgão? A CGE, para poder trazer. Tem um departamento específico que trata sobre prestação de contas para o controle social que seria essa oportuno. Acho que poderia entrar no planejamento do conselho e não específico da comissão. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Mas eu estou pensando aqui que como já tinha uma proposta, que ao me entender era muito interessante da Comissão de Orçamento, talvez eles também fazerem esse diálogo a partir das necessidades que a gente tem apresentado. É essa a proposta. **GRAZIELE, CRP:** A gente pode coordenar essa capacitação sugerida porque a gente já organiza essa capacitação e... É, então a gente fica na coordenação dessa

capacitação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Compõem a Comissão Temática: Gabriela, coordenadora, Maria Baião, coordenadora adjunta, Daniel Martins de Melo, Grazielle, Solimar, Maria Juanita, Rodrigo Santos e Silvestre. Mais alguma contribuição dos conselheiros? Comissão de Apoio. Como planejamento da Comissão de Apoio estão: monitoramento e evolução dos CMAS nos aspectos relacionados à organização e funcionamento através do Censo SUAS conselho; apoiar o CMAS para que 100% discutam e aprovelem a prestação de contas recursos federais e estadual e municipal da gestão da assistência social; apoiar o CMAS para que 100% discutam e aprovelem o plano de assistência social; apoio técnico aos 25 municípios da área de abrangência dos CREAS regionais, apoiar e estimular o CMAS para a realização de conferências municipais, priorizar os que não realizaram no processo conferencial de 2021; atuar na organização e execução dos encontros de URCMAS realizando reuniões mensais, presenciais e virtuais; realizar reunião mensal com CMAS por regional; apoiar para que alcance 100% a paridade na composição e a estruturação da Secretaria Executiva; apoio e divulgação, mobilização para a realização das conferências; mobilização para as conferências regionais; seminário virtual com o CMAS por agrupamento de regionais; atendimentos presenciais dos CMAS solicitantes procurando sempre um agrupamento de municípios; reproduzir vídeos de orientações sobre assuntos específico; atendimento virtual aos municípios; relatório anual de gestão 2022; (não entendi muito) preparação da realização do Dia D estabelecido pela Resolução 638, do CEAS, de 2018; apuração de denúncias recebidas no CEAS; promover a divulgação de informações sobre direitos sociais e fortalecimento de espaço de controle social; apoio na realização da conferência estadual e participação na conferência nacional. Grazi.

GRAZIELE, CRP: No planejamento do ano passado a gente até sugeriu o apoio aos fóruns de usuários, fóruns de entidades, e eu senti falta nesse planejamento, inclusive especificamente pedindo apoio para a plenária do FET desse ano. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** É porque está dentro do plano estratégico que é um documento apartado. **GRAZIELE, CRP:** O apoio? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** É. Está dentro daquele plano de 2 anos que foi apresentado pelo GT. **GRAZIELE, CRP:** É porque foi incluído na programação do planejamento da comissão do ano passado, pelo menos a gente precisou solicitou a inclusão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Não tem prejuízo se a gente incluir. Boa tarde, Paula. **PAULA:** Nós discutimos isso na comissão, sim, mas o que nós entendemos é o seguinte, que os fóruns, e o Isac estava lá pelos usuários, os trabalhadores que a gente tem os representantes, é que os fóruns sozinhos eles não dão conta de se articular e se manter, têm uma dificuldade muito grande nesse sentido, e que eles precisam muito do apoio das URCMAS que, na verdade, são bastante desarticuladas. Então o que a comissão

entendeu é que primeiro a gente precisaria investir nas URCMAS e através delas apoiar os fóruns, por isso que nós não incluímos porque a demanda de URCMAS já é imensa e a gente começar os fóruns assim do nada, nós achamos que seria mais difícil. Não é foi isso, Isac, que foi tratado na comissão? Que pela URCMAS a gente conseguiria dar um apoio aos fóruns. **GRAZIELE, CRP:** Em parte isso é uma realidade porque a gente precisa do controle social forte que é o está estabelecido tanto em algumas normativas que aqueles que deliberam para que a gente consiga as outras instâncias. Só que hoje, Paula, o que está funcionando são os fóruns municipais. A gente tem muito debilitado os fóruns de usuários. Isso, sim, pela não efetivação das URCMAS hoje desde o desmonte, os fóruns de usuários perderam a sua força, mas os fóruns de trabalhadores e de entidades eles continuam. Então eu entendo, compreendo o que vocês estão colocando, mas eu vou pelo menos para tenha apoio desse conselho que tenha apoio ao FET, até mesmo porque o FET ele aglutina os fóruns municipais e é o que a gente tem tentado fazer ao longo do ano que é mobilizar os fóruns de trabalhadores municipais. **ISAC, ASQUIS:** O que a Paula fala é realmente o que foi discutido na comissão, mas eu compreendo também o que traz a Grazielle. Mas eu acho que não seria prejuízo a gente manter o apoio aos fóruns também, poderia ser um ganho realmente de que a gente consiga reunir esses fóruns e que a gente apoia. A gente reconhece que pelo menos entre os fóruns regionais e estadual de usuários isso está com uma dificuldade muito grande de eles serem muito mais desarticulados. O fórum de trabalhadores acho que é uma inspiração para a gente no âmbito estadual. Acho que não é prejuízo a gente manter os fóruns junto com as URCMAS, não. **PRESIDENTE:** É isso mesmo, porque é muito mais fácil a gente começar a articular com os fóruns para chegar até as URCMAS porque quem são as URCMAS? São as representações dos fóruns, então, se a gente inverter, a gente pode ter esse prejuízo da mobilização, da articulação e a gente tem que ir gradualmente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Então vamos colocar mais um ponto. **ISAC, ASQUIS:** Acho que não precisa mais um ponto, Lucas. Acho que é só adicionar os fóruns junto com as URCMAS mesmo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Tá. No inciso VI. **ISAC, ASQUIS:** Acho que fica muito mais em fóruns. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu acho que a gente poderia colocar aqui das manifestações de controle social porque... **GRAZIELE, CRP:** A gente deveria dar conta das instâncias, URCMAS, fóruns de entidades, trabalhadores e usuários. E a questão que eu falei do foco é que se pelo menos a gente conseguisse fazer uma atividade apoiar a plenária estadual do FET. Provavelmente a plenária e aí podendo pensar na organização da conferência para que ela aconteça mais ou menos ali paralela com a conferência que já é o histórico anterior que aí a gente já tem município vindo, trabalhador vindo. E aí faz, geralmente é à noite a plenária após a conferência. **SIRLENE - CEAS:**

Então seria outro item porque esse item VI ele está falando de reuniões mensais.

GRAZIELE, CRP: Eu penso que dá para incluir aí: atuar na organização execução dos encontros de URCMAS, fórum de trabalhadores, entidades e **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Fórum em geral. **GRAZIELE, CRP:** É, fórum de entidades. Eu nomearia, Lucas. Entidades, trabalhadores e usuários. Porque eu entendo que tanto de usuários está desarticulado e eu entendo o desafio que é trabalhar com isso. Mas, assim, o planejamento ele não é tudo que a gente vai executar, é aquilo que a gente vai dar conta. E para a gente dar conta ele tem que estar aí, pelo menos tem que estar escrito. **SIRLENE - CEAS:** Pois é, a minha dúvida é essa, colocar essa informação dos fóruns aqui que eu achava que tinha que ser outro item. Porque eu acho que a gente não vai ter perna de fazer reuniões mensais presenciais e virtuais com todos esses fóruns mais as URCMAS para esse ano de conferência por isso que eu imagino ser um apoio ao FETSUAS, mas não dessa forma de fazer essas reuniões virtuais. Entendeu? **GRAZIELE, CRP:** Ok. **SIRLENE - CEAS:** Porque primeiro isso já está no planejamento, para a gente fazer com os fóruns, tem que pensar uma outra estratégia. **GRAZIELE, CRP:** Os fóruns, principalmente o apoio, não é fazer as reuniões. Principalmente o que a gente tem que lidar com os fóruns, principalmente os fóruns municipais, é o CEAS documentar, a SEDESE investir, diálogo com a gestão dizer da importância da participação dos atores. E nesse aspecto pode ser outro item, mas eu solicito à comissão também que tenha esse olhar para esse encontro estadual que é o encontro anual. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Grazi, eu acho muito importante, mas os fóruns em que eu já participei um pouco nas URCMAS, os fóruns teriam que ter primeiro uma capacitação. Não digo capacitação, pode ser um encontro de discussão para se preparar para a gente estar outra vez na ativa com as URCMAS porque o trabalho do fórum com a URCMAS é muito importante. É um fortalecendo o outro. O ano passado eu pedi isso o ano inteiro. Não saiu do papel. O que a gente pede, o que a gente fala tem que sair do papel. É igual a Sirlene falou, é momento de conferência, então é mais um motivo para estar ativo. A gente vai estar levando o que vai estar acontecendo na conferência, fortalecer, mas tem que sair do papel. **GRAZIELE, CRP:** E aí pensar, talvez, Paula, é nesses encontros com as URCMAS que a gente possa, que as URCMAS possam fortalecer os fóruns de usuários, vislumbrar isso localmente para fortalecer e quiçá aconteça da mesma forma como aconteceu lá em 2016, 17, que naquele momento das conferências regionais foram estabelecidos os fóruns de usuários, muitos fóruns regionais. Talvez retomar esse folego com as URCMAS para esse apoio aos fóruns municipais de usuários e trabalhadores. **JOÃO, CMAS CAETÉ:** Grazi, isso é muito importante mesmo. Começou a fazer um trabalho de tentar fortalecer e resgatar URCMAS e fóruns no final do ano passado. Mas, mediante à desmobilização que tem dos fóruns e das URCMAS, nós tivemos grande dificuldade. A Paula tentou diversas vezes achar

lideranças, contatos, então não foi por falta da comissão buscar, tentar reativar os fóruns, é por falta da participação mesmo das pessoas. Tá. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Compõem a comissão: Philipe, coordenador; João Vítor, coordenador adjunto, d. Arlete, Anna Karla, Cleusa, Isac, Jacqueline e Marinete. **PHILIFE, FETSUAS:** Só para complementar, ainda sobre esse assunto das URCMAS e dos fóruns. A gente faz apoio aos municípios no incentivo à reativação e atividade das URCMAS e, quando desse apoio na resolução que determina a organização e o trabalho das URCMAS, fala da obrigação das URCMAS em apoiar os fóruns. É isso que a gente leva para as URCMAS e da importância desse apoio para que na composição dos CMAS seja legítima a indicação dos representantes que compõem a sociedade civil, de maneira que o melhor espaço para eleger um trabalhador, uma trabalhadora do SUAS, é o fórum de trabalhadores do SUAS assim como para eleger um representante de usuárias, o melhor espaço é o fórum de usuárias. É por isso que a gente incentiva que as URCMAS fortaleçam os fóruns, tanto de usuários, trabalhadores e entidades, para que tenha legitimidade nas representações dos conselhos municipais. Nesse sentido, eu acho que é muito importante a contribuição de que a comissão e o CEAS devem apoiar a articulação e a organização dos fóruns também para que essa representação seja cada vez mais legítima na composição dos conselhos. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Próxima comissão, Comissão de Monitoramento. A comissão estabeleceu como planejamento: apresentar o status de cumprimento do planejamento de atividades da comissão de 2022; realizar o monitoramento das deliberações da 14ª conferência estadual; discutir as normativas a respeito da organização do processo conferencial; realizar o monitoramento das deliberações das conferências regionais; propor modelo de funcionamento das pré-conferências regionais; realizar oficina virtual de elaboração de deliberações de conferência para o CMAS em parceria com a comissão de apoio ao CMAS. Observação, incluir no plano de apoio ao controle social elaborado pelo GT de Controle Social. Tem um destaque aqui da própria comissão. Propor modelo de funcionamento da 15ª conferência estadual. Eu acho que aqui seria metodologia que é o termo que está dentro do regimento interno. Propor metodologia de funcionamento da 15ª conferência estadual; analisar a revisão do plano estadual de assistência social que pende o envio de documentos da revisão do PEAS; elaborar apresentação do monitoramento das deliberações; apoiar na organização das pré-conferências regionais e da conferência estadual; realizar análise da proposta do novo PPAG com base nas deliberações da 14ª conferência estadual de assistência social; participar das pré-conferências regionais; realizar o último monitoramento das deliberações da 14ª conferência estadual; realizar análises das prioridades do CEAS a serem discutidas na discussão participativa do PPAG na Assembleia Legislativa com base nas deliberações da 14ª conferência estadual de

assistência social; participar da 15ª conferência estadual de assistência social; analisar as deliberações da mesma conferência; e participar da 13ª conferência nacional de assistência social. Gabi. **GABRIELE, SEDESE:** Quanto ao ponto do PEAS é porque lembrando que 2023 é o ano de elaboração do novo PEAS 2024-2027, então não é só revisão. Na linha que está falando do PEAS é analisar o plano, não é somente a revisão. Acho que é o item VIII. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Elder. **ELDER, SEDESE:** A Gabi tinha até pedido para a gente colocar uma atribuição a mais, mas só que ela já estava até ali que é a videoconferência com os municípios para falar sobre o monitoramento das deliberações. Não sei se você viu. O pessoal até leu ali. É o VI – Revisar oficina virtual de elaboração de deliberações da conferência para os conselhos municipais e parceria com a Comissão de Apoio. Essa observação eu sugiro tirar. Foram observações que a gente colocou durante a reunião para a gente não esquecer, mas acho que não precisa ficar no documento, não. E também tem um comentário entre parêntesis ali que vocês passaram, que acho que também não precisa não. Isso, pode tirar esses dois, por favor. É no VI, tira essa observação porque até já foi resolvido. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Desculpa se estou enganada porque eu precisei me ausentar do trabalho. Nós estamos aqui agora na parte das comissões. A responsabilidade de cada comissão com relação ao planejamento. O planejamento eu vi que não, as questões das comissões não estão todas no planejamento. É isso mesmo ou está faltando alguma coisa de adequação ainda? Por exemplo, o PEAS está na Comissão de Monitoramento. Eu não sei se entrou na política porque eu não estava aqui, mas ele não está no mês a mês do planejamento do CEAS. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Sim. Na verdade, o que está colocado pelas comissões veio em separado de acordo com aquilo que foi o planejado. Mas nós não somamos aquilo que está dentro da comissão, dentro do planejamento anual, porque a leitura seria em separado. Em que perspectiva? Seriam as ações mais gerais que o conselho já tem o costume de fazer somado com aquilo que cada uma das comissões já tem previsto, e uma seria complementar a outra. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Pois é, mas vamos pegar essa questão do PEAS, porque eu estou pegando a discussão agora. O PEAS é estruturante para esse conselho. Ele não entrou no planejamento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não, mas foi por falha mesmo. Eu até, logo no início, falei que esse documento ele não está finalizado. Ele está em construção, peço até a cautela de todos, que ele vai ser um documento que vai ter que ser um documento on-line porque ele vai estar sempre sendo atualizado porque vai sempre vir mais informações que a gente vai estar nutrindo ele. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** No caso específico do PEAS, PPAG, Plano Estadual de capacitação, Plano Estadual de Regionalização, eles vão estar em comissões como

monitoramento e também na Comissão de Política? É isso? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Sim. Aquelas matérias que são regimentais, que são afetas a todas comissões, estarão sim. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Entendi. **PRESIDENTE:** Eu ia trazer um pouco dessa fala da Juanita e a outra coisa também que fui observando aqui, que a Comissão de Monitoramento, ela está bem carregada da questão das conferências. E daqui a pouco a gente vai criar um GT que vai trabalhar, então eu estou vendo que isso está acumulado dentro do monitoramento. Se é um documento que posteriormente nós estaremos votando e ele certamente ele está feito agora, mas vai ser subsidio para outros conselheiros que chegaram aqui, no meu entendimento ele pode ficar muito amarrado enquanto responsabilidade das comissões. Posso estar enganada, mas esse é o meu entendimento aqui agora. Porque, por exemplo, a pauta da conferência ela está praticamente quase que toda dentro do monitoramento. Como é que a gente pode, daqui a pouco, estar criando um GT e eu estou falando de uma coisa imediata aqui agora. Como que nós vamos poder estar criando um GT que vai estar tratando dessa pauta que é daqui a pouco? Acho que a gente, não é? Não é nem tirar. A gente precisa de estar melhorando o documento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Todas essas ações que foram estabelecidas aqui pela Comissão de Monitoramento, vocês podem perceber que está lá no art. 25 do regimento interno. Não tem nada além, então está tudo lá de uma atribuição que já foi colocada por esse colegiado para... Na verdade, é a única comissão dentro do regimento interno que tem atribuição específica, diferente das outras comissões que pegam a competência geral e atribuem para cada uma delas. Mas a Comissão de Monitoramento ela tem essa perspectiva em específico. Mas só para poder esclarecer, as ações do GT de organização da conferência ele não se confunde com o trabalho que é feito pela comissão. Isso é muito importante. Acho que a Gabi pode até contribuir com isso porque nós dois participamos da organização da última conferência e eu sei especificamente. Não? Mas de monitoramento sim, junto com a, não? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** O que eu gostaria de contribuir é o seguinte, eu penso que a Comissão de Monitoramento vai ter muito para contribuir no GT da conferência porque a gente tem problematizado uma série de questões que envolvem a execução da conferência. Dentre essas questões, por exemplo, tem a questão da conferência regional, que no nosso entendimento ela precisa ser discutida para a gente pensar em uma metodologia que atenda o que está previsto para as conferências regionais. A sensação que a d. Arlete tem ela é muito, às vezes a gente tem essa impressão também. Acho que foi até uma indagação de alguns conselheiros que amanhã, futuramente, talvez seja essa a comissão responsável pelas conferências, mas só que não é nesse patamar, não. Contudo, eu acredito que a Comissão de Monitoramento ela vai ter muito que contribuir para a gente problematizar e aperfeiçoar a execução da

conferência estadual e regional. **PRESIDENTE:** Obrigada, Gabi. Mas, assim, o que eu digo é que a gente normalmente tem a tentativa de seguir o que está registrado. E nesse momento aqui tem uma explicação. E outros conselheiros que virão? Quem vai estar aqui para explicar? Será que vai ter sempre que ter alguém para explicar que a gente pensou assim porque está lá? Isso pode ser também um hábito de quem vem de sala de aula porque isso é muito cobrado da gente e a gente também cobra das outras pessoas. Então, o que não está registrado, acaba que o vento leva, mas, tudo bem, a gente vai construindo. A gente vai melhorando no processo. **ELDER, SEDESE:** Eu só queria incluir um ponto que ficou faltando que a gente discutiu na comissão ontem, que também seria apoiar os conselhos municipais no acompanhamento e monitoramento das deliberações das conferências municipais de assistência social, com base no instrumental desenvolvido pela comissão. Esse 'com base' a gente avalia se coloca ou não. Isso vem de uma discussão que a gente tem de que a gente vê que alguns municípios realmente não acompanham. A ideia é apoiar, falar da importância, enviar modelos para eles fazerem esse acompanhamento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Ok. Compõem a comissão: Conselheiro Elder, coordenador; Lara, coordenadora adjunta; Cinara, Elisa, Gabriela, Eliana, Mariana Souza e Simone Maria. **PRESIDENTE:** Pois é, a recomendação aqui é que se coloque esse documento em votação. Nós estamos preparados para votar como todos esses elementos que a gente levantou aí? Tem que ser votado hoje? Eu estou colocando porque a gente precisa ter muito claro o que é que a gente está votando, lembrando que nós não estaremos aqui nesse conselho não sei até quando. Bom, o Lucas acabou de pedir vista, então já retiramos de pauta. Então vamos votar o pedido de vista. Ok. Pedido de vista, muito bem. Pronto. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Próximo ponto de pauta seria a criação do GT de organização da conferência. O que eu sugiro? Que a sociedade civil possa se organizar e tentar indicar os nomes, o governo da mesma forma. E possa ser emitida uma resolução ad referendo. Por quê? Já são 16h33 e nós temos uma pauta de PAS Barragem de Formiga que não pode ser deliberada na plenária posterior. Ela tem que ser deliberada nessa plenária. Acho que tem um outro ponto também da Comissão de Orçamento. **MARIANA, SEDESE:** Mas eu tenho uma questão para ponderar aqui. Esse GT eu acho que ele é urgente e prioritário. E olhando a composição do GT da conferência passada, eu queria até que a Secretaria Executiva apresentasse. Ele tinha 6 pessoas, salvo engano. Era um representante de trabalhadores, um de usuários, entidade e três, o GT de organização da conferência. Por quê? Eu só quero fazer um resgate desse ponto porque eu não posso deixar de fazer ele agora. No ano de 2021, eu lembro que a gente optou por fazer um grupo de conselheiros sucinto e contamos com vários convidados. Eu não sei aqui quem estava presente na época, se lembra. O GT composto por conselheiros ele era

sucinto, eram 3 da sociedade civil e 3 do governo, e ele tinha convidados. E na parte dos convidados entraram várias pessoas do FETSUAS, da SEDESE, de outras secretarias que eram convidadas, participavam de reunião, opinavam sobre determinado assunto, mas não eram responsáveis por dar andamento à demanda. Eu vou pedir prioridade para resolver isso hoje porque eu acho que a gente não tem mais tempo. Se os conselheiros concordarem com essa proposta de organização do grupo, que já sejam tiradas as pessoas agora. E nada impede que outras pessoas participem como convidadas das reuniões porque a gente precisa fazer o calendário dessas reuniões urgente. Meu pedido aqui é para a gente resolver isso agora, fazendo um grupo mais sucinto e que conte com a participação de convidados, mas esse grupo ele é responsável por dar andamento às atividades. Três da sociedade civil, sendo um trabalhador, 01 entidade, 01 usuário, e os outros 03 do governo, a gente precisava de ter COGEMAS, SEDESE ou 2 da SEDESE, COGEMAS ou outra secretaria, fica a critério, CMAS. SEDESE, COGEMAS e CMAS seria o ideal. Eu gostaria que resolvesse isso agora porque esse assunto ele é urgente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu vou manter a sugestão de que esse ponto a gente consiga discutir ele e seja feita a resolução ad referendo por causa dos outros pontos. A gente faz o encaminhamento dos nomes, submete a minuta do texto excepcionalmente no grupo do Whatsapp para todo mundo conhecer o que que é, antes mesmo da aprovação. E já faz a alocação dos nomes, tanto da representação da sociedade civil quanto do governo. A gente consegue resolver isso dentro dessa própria semana mesmo para não correr o risco de prazo como a Mariana colocou. Podemos fazer nesse sentido? **GRAZIELE, CRP:** Os trabalhadores já têm seus nomes, se vocês quiserem. Trabalhador, Philipe vai como representante da comissão. **PRESIDENTE:** Agora nós vamos para a apresentação PAS Barragem SAAE Formiga. **ALTAIR, SEAPA/MG:** Vou apresentar o relatório do PAS Barragem. O termo de relatoria o nome do conselheiro relator Altair Roberto de Carvalho. Nome do empreendimento: PAS SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Nome do empreendedor: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Responsável pela elaboração do PAS Barragem: NLT Engenharia de Projeto Ambiental Ltda. Município envolvido: Formiga. Processo e apreciação do PAS Barragem. Data do recebimento: 17/12/2022. Data da entrega: 15/02/2023. Não foi feita visita in loco porque não houve tempo hábil de requisição de carro e programação financeira. Só para esclarecer, eu baseei esse relatório meu nos estudos que a Rosalice fez. Foi um longo estudo que eu li bastante. E, apesar de ser o primeiro relatório que eu faço, eu tentei fazer o melhor possível. Espero que tenha pelo menos as principais respostas. Parecer da Rosalice. Fundamentos do parecer. Contexto do PAS Barragem. Embasado na Lei Estadual nº 12.812, de 28/04/1998 e na Resolução CEAS nº 498/2014, Resolução CEAS nº 681/2019. A barragem do empreendimento SAAE – Serviço

Autônomo de Água e Esgoto instalada em Formiga desde 1972 será ampliada para aumento do abastecimento de água no município de Formiga que vem sofrendo falta de água durante esse período de seca e por enchentes nos períodos de curso, no seu principal curso d'água no período das chuvas fortes. Diante disso, surgiu a necessidade de se construir uma barragem para armazenar água, formando um reservatório capaz de suprir o abastecimento nos períodos de escassez e regularizar os picos de vazões de chuvas fortes. Segundo o IBGE de 2010, Formiga apresentava uma população de 65.128 habitantes, tendo como principais atividades econômicas o setor de serviço seguido da administração pública. Apresentando o diagnóstico do município de Formiga conforme dispõe a Resolução CEAS nº 498/2014 constando as seguintes informações. Vou passar um histórico e a localização do município aspectos demográficos por meio de abordagem histórica da distribuição espacial da população. Taxas de aspectos, taxas de crescimento e demais indicadores populacionais. Infraestrutura local com a caracterização quantitativa dos indicadores sociais. Habitação, saneamento básico, saúde, educação, segurança pública, rede prestadora de serviços socioassistenciais, IDH e avaliação da capacidade de atendimento da demanda de cada setor. Infraestrutura econômica com a descrição dos serviços sistema viários e de transporte. Energia, comunicações, carências detectadas e possibilidade de situação de serviço. Atividades econômicas com abordagem dos diversos setores econômicos, em especial a área de serviço por ser base da economia local. Aspectos culturais e turísticos com as principais manifestações culturais e opções de lazer, turismo da população local. Não foi detalhado cada item desse porque seria muito longo e a gente está só citando os que foram discutidos esses assuntos, essas questões todas. Está prevista a ampliação da barragem, utilização mão de obra local, sendo que o pico das obras será de aproximadamente 40 empregos diretos. Foi garantido um PAS a implementação de um programa de capacitação e contratação de mão de obra local. A resolução do CEAS nº 498/2014, dispõe no seu art. 3º, inciso I, § F, e no inciso II, § D, que o empreendedor deverá no PAS Barragem apresentar: informação do número total de atingidos especificando diretos, proprietários, trabalhadores e outros, pessoas, famílias, residências da propriedade, número de propriedades atingidas e número de pessoas de famílias atingidas diretamente e indiretamente. O relatório dos estudos socioeconômicos atualizado dos atingidos que habitam imóvel rural ou urbano atingido, bem como ao que neles exercem qualquer atividade econômica, incluindo os comerciantes, os poceiros, assalariados, parceiros, arrendatários, meeiros e assemelhados, é elaborado e assinado por assistente social, observando-se o quadro previsto no anexo I. Conforme consta no PAS Barragem foi identificado no cadastramento socioeconômico 13 propriedades na área de inserção do empreendimento. Ainda consta que o estudo e o diagnóstico da área de influência direta - AID, e área diretamente afetada

– ADA, referente à ampliação da barragem de captação de água do Rio Formiga tomou como referência inicial as características existentes na área de empreendimento, e foi direcionado para... Desculpa. As características gerais do projeto de engenharia fornecidas pelo empreendedor para identificação das propriedades existentes na área do empreendimento e foram direcionadas para a área de caracterização da ocupação humana, exploração econômica, uso da água, equipamentos sociais e equipamentos de infraestrutura a serem afetados. Para tanto, foram realizadas pesquisas de campo no mês de julho de 2022 com o intuito de verificar e coletar in loco informações acerca das propriedades identificadas. No PAS Barragem foram apresentadas características das 13 propriedades de forma individual, onde consta famílias, residentes, produção e trabalhadores. As intervenções nas propriedades estão previstas entre 0,20% a 84% da propriedade. O impacto da terra das propriedades está previsto de pequena a grande monta como apresentado nesta análise. Os impactos estão previstos em 3 propriedades pequenas que atingirão mais de 80% de sua área, onde há produção e moradores. No PAS Barragem cumprindo determinada Resolução CEAS nº 498/2014, que o plano deverá apresentar informações sobre os impactos sociais previstos, assim como inundações que visem evitar ou minimizar ou potencializar tais impactos, quais sejam: perda de moradia, expectativa da população em relação à implantação e operação do empreendimento, perda do posto de trabalho formais e informais, geração de empregos diretos e indiretos, sobrecarga dos serviços público/privados. Durante a reunião no município de Formiga, em 29/11/2022, foram discutidos outros assuntos. Impactos que podem ocorrer na região como o aumento das atividades comerciais, aumento da arrecadação tributária, capacitação de mão de obra, valorização imobiliária das propriedades, migrantes em busca de emprego, entre outros que foram solicitados que sejam observados. Na Resolução do CEAS referida anteriormente, é disposto como ação obrigatória do empreendimento art. 6º instituir Posto de Atendimento Social nos municípios atingidos pelo empreendimento. E no art. 7º O empreendedor deverá apresentar: I – Projeto de Comunicação visando à divulgação de todas as ações do PAS/BARRAGEM e dos direitos dos atingidos. E o III. Projeto que contemple as necessidades locais apontadas no diagnóstico da área atingida. Essa simplificação porque foi considerada apenas esses itens essenciais. Os outros não são tão importantes assim. Só para informação, toda a informação desse processo está contida no relatório da Rosalice. No PAS Barragem SAAE Cemig foram apresentados os seguintes: projeto de comunicação social, projeto de negociação de terras e benfeitorias; posto de atendimento social, posto de aproveitamento da mão de obra local, projeto de apoio assistência técnica aos produtores e trabalhadores rurais e projeto de monitoramento socioeconômico que estão descritos no SAAE Formiga pop atingida e programas e projetos. Isso é do município de Formiga. Em relação à

instalação do posto de atendimento social, considerando a aproximação das áreas a serem atingidas, a área urbana do município é próxima ao SAAE. Sugere-se que a sua proposta de implantação seja próxima à sede do SAAE, já que é ponto de referência de todos os moradores de Formiga. E no art. 4º da Resolução nº 498/2014, é disposto que fica o empreendedor responsável pela elaboração e execução do PAS/BARRAGEM, devendo apresentá-lo à população atingida em Audiência Pública específica, devidamente comprovada por Ata, antes de ser protocolado no CEAS/MG. Essa audiência ocorreu no dia 15/09/2022, no município de Formiga e conforme determina a resolução, constam no anexo os registros da audiência pública. A visita técnica na área de inserção da ampliação da barragem ocorreu no período de 29/11/2022 a 01/12/2022. No dia 29/11/2022, às 14 horas, ocorreu reunião na sede do CMAS de Formiga com representantes do conselho de assistência social ainda estavam presentes representantes do empreendedor e técnico da SE CEAS Rosalice Tassar, conforme ata anexa. As visitas às propriedades ocorreram no dia 30/11/2022, conforme instrumental de avaliação das atividades propostas no plano de assistência social – PAS, Roteiro de visita anexo a esse processo. Para as visitas foram priorizadas as propriedades que possuem residentes e trabalhadores que teriam terras a serem negociadas. Não foram visitadas as propriedades só impactadas por trecho de vasão reduzida, pois este não impactará a terra ou residência das famílias. A partir disso, conforme prioridade, foram visitadas 6 propriedades e realizadas entrevistas com os responsáveis. Os entrevistados representam e apresentam as informações 34 pessoas envolvidas nas propriedades, moradores, proprietários e trabalhadores. Durante todas as entrevistas, de forma individual, foi explicado sobre o Plano de Assistência Social e como ele está inserido no processo de construção, sobre os direitos dos atingidos e as modalidades de negociação inseridos no plano, ainda sobre o papel do CEAS e o do CMAS, durante a instalação do empreendimento. Parecer conclusivo. A partir do exposto durante essa análise, sugere-se apresentação pelo empreendedor do relatório de atividades semestralmente quando do início das negociações e a priorização do casal de idosos, proprietários do Sítio Bertolini, o sr. Alcebíades Antônio e sra. Maristela Giarola. Já em relação às propriedades as propostas de programas, projetos, bem como as informações dos atingidos e municípios. O empreendedor cumpriu o que determina a Resolução CEAS nº 498/2014, na elaboração do PAS SAAE de Formiga, assim, sugere-se a aprovação do PAS Barragem de Formiga. 15/02/2023. Altair Roberto de Carvalho. **PRESIDENTE:** Em discussão. Pronto. Se ninguém tem nada para questionar, perguntar, esclarecer. Grazi. **GRAZIELE, CRP:** É porque no começo da sua fala, Altair, você disse que não foi feito visitas porque não teve tempo ou porque não houve necessidade? **ALTAIR, SEAPA/MG:** ...As áreas tinham expansão do volume de água porque não é considerado impactante, nem às áreas e nem

aos moradores. São área que não houve impacto, acúmulo de água como o próprio nome aí tem. **GRAZIELE, CRP:** Ah, sim. Eu lembro que na discussão a gente já conversou um pouco sobre essa barragem. Ela era só um alargamento, não é isso? **ALTAIR, SEAPA/MG:** É a ampliação de uma barragem já existente. Em algum lugar aí foi colocado construção da barragem, mas, na verdade, é ampliação de uma barragem já existente. **PHILIFE, FETSUAS:** Altair, mas, assim, consta também aí no relatório que foram realizadas visitas pela Secretaria Executiva, pela técnica Rosalice. Ela esteve lá. Participou de reuniões, então não foram visitadas algumas áreas, mas foi visitado o empreendimento, foi feita entrevista como está no relatório? **ALTAIR, SEAPA/MG:** Foram feitos. Todas as áreas impactadas foram visitadas. Todas as famílias impactadas foram visitadas, inclusive eu citei esse casal do final aí porque é um casal mais, digamos, susceptível, mais difícil de atender pela idade, mais dependentes porque além de idosos, têm uma casa muito precária e não tem produção de nada mais e nem trabalham. Então seria até um absurdo deixá-los lá. Estaria sendo negociada a remoção deles para uma casa melhor, no centro, com o empreendedor, e a aquiescência deles, é lógico. **PRESIDENTE:** De acordo com a apresentação do relatório pelo sr. Altair, está em votação. Quem concorda, por favor, se manifeste. Aprovado. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** O próximo ponto de pauta é a discussão das comissões, Comissão de Orçamento. **GABRIELE, SEDESE:** A comissão discutiu 4 pontos de pauta, 2 já estavam na pauta dessa plenária. O ponto que resta para deliberação é o encaminhamento, aprovação de encaminhamento de uma denúncia. Foi uma denúncia recebida do município de Prata. Uma denúncia anônima. A denúncia, em resumo, versava sobre suposto assédio moral e abuso de poder por parte da secretária executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Prata, com a utilização do cargo efetivo, dos conhecimentos da secretária executiva do SUAS, como forma de poder e ameaça com relação aos servidores do órgão gestor e com possíveis impactos no próprio conselho municipal de assistência social. Durante a avaliação da denúncia, a secretária executiva também alegou que ela também sofre assédio moral dos servidores do órgão gestor do município e solicita melhores condições de trabalho para a Secretaria Executiva, infraestrutura e RH. Em resumo, das ações que a comissão realizou, foi analisado o teor da denúncia; foram solicitadas informações complementares do município, tanto da Secretaria Executiva quanto do órgão gestor e da presidência do conselho; foram realizadas duas reuniões virtuais como oitiva ao CMAS de Prata, então, primeiro uma reunião com a gestora do município, com a presidente do conselho, depois uma reunião com a própria secretária executiva denunciada. A comissão solicitou o envio de diversas documentações para o município, então, regimento interno, atas de reunião, gravação de reunião, um relatório de fiscalização do CREAS que foi mencionado durante as oitivas, as

informações sobre o cargo ocupado, o cargo efetivo ocupado pela secretária executiva, enfim. A secretária executiva nos encaminhou alguns ofícios que também foram analisados pela comissão, porém toda a documentação solicitada não foi encaminhada. Não foi possível complementar a análise da denúncia com relação ao assédio moral, considerando que nem a gestão e nem o conselho não atenderam a demanda da comissão para o envio da documentação solicitada. Foi observado um tensionamento nas relações de trabalho entre a secretaria executiva, o próprio conselho órgão gestor. E como encaminhamentos só também, na documentação analisada foi observado pela comissão que realmente existe uma confusão de papéis entre o papel da secretária executiva, o que tem que ser deliberado pelo conselho, alguns ofícios com teor administrativo e pessoal com logomarca do conselho sem o de acordo, sem assinatura da presidente, enfim. Como encaminhamentos sugeridos pela comissão diante da análise dessa denúncia. Primeiro encaminhamento: responder o denunciante que apesar de não ter sido possível apuração total da denúncia, devido ao não atendimento pelo conselho ao órgão gestor quanto ao envio da documentação solicitada para análise do CEAS, o CEAS irá realizar o apoio e a orientação ao CMAS de Prata sobre o funcionamento do órgão gestor e condutas administrativas da secretaria executiva. Segundo encaminhamento: informar ao órgão gestor e controle social do SUAS os encaminhamentos, enviar retorno ao Conselho Nacional de Assistência Social porque essa denúncia chegou lá também, e o CNAS questionou ao CEAS sobre o que foi realizado na tratativa dessa denúncia. Sugerir a participação do CMAS de Prata no curso a distância sobre o controle social que acontecerá no mês de abril de 2023. E em uma pauta do curso tem justamente essa questão de funcionamento da secretaria executiva. A secretaria executiva do conselho, CEAS, agende uma reunião com a secretaria executiva do CMAS de Prata também sobre essa temática, então funcionamento do conselho, a forma administrativa e papel da secretaria executiva, e, por fim, dados esses encaminhamentos, arquivar a denúncia. Esse é o ponto para deliberação da plenária. Se a plenária estiver esclarecida para votar, a gente gostaria da aprovação desses encaminhamentos para dar andamento. Obrigada.

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV: Eu quero sugerir só o acréscimo de mais um encaminhamento. Uma articulação com a Comissão de Ética para apoio da situação, da relação secretaria executiva, conselho, conselheiros e o órgão gestor. Ver com a Comissão de Ética como é que estão os trabalhos para poder dar um suporte também junto com a Comissão de Apoio. **GABRIELE, SEDESE:** Precisa votar, só aprova porque agora vai ser a Comissão de Política. **PRESIDENTE:** Em discussão. Aprovação. Quem aprova, por favor, se manifeste. Ok. Aprovado. Qual é a outra comissão? **SILVESTRE, SEF/MG:** Só como está entrando a Comissão de Ética, eu gostaria de saber quem que ficou no lugar da Rosalice como técnica de acompanhamento. **PRESIDENTE:**

Ok. Só a Sirlene. Então é isso, gente. **MARILENE, FETAEMG:** É só para pedir uma prorrogação de prazo. Nós ficamos de apresentar nessa reunião a Comissão de Política, o parecer sobre o relatório de proteção social especial de alta complexidade. O parecer do relatório Rede Cuidar e do Aproximação SUAS. Devido a essas mudanças também que teve, a gente tendo reunido virtualmente, a gente não deu conta. A Jeane entrou agora também e a gente quer pedir a prorrogação de prazo para a próxima plenária de março.

PRESIDENTE: Em discussão. Em votação. Aprovada a prorrogação, Sirlene. Qual é a próxima comissão? **MARIANA, SEDESE:** Então voltar na resolução do GT, só do que foi definido. **PRESIDENTE:** Ok. Desculpa, Philipe, Comissão de Apoio. **PHILIFE, FETSUAS:** Na Comissão de Apoio, nós analisamos 7 pontos e deliberamos sobre 3. O primeiro ponto é um apoio solicitado pelo CMAS de Araçuaí que vai ser realizado presencialmente e eu me dispus a comparecer e fazer contato para agendar a data. Será realizado um apoio presencial ao CMAS de Araçuaí. No ponto 2, o segundo ponto deliberado foi sobre o atendimento de 25 municípios impactados pela implantação dos CREAS regionais e para além também desses que são abrangidos pelos CREAS regionais que foram identificadas demandas de apoio e orientações. Esse atendimento aos 25 municípios será de forma virtual. O atendimento aos 25 municípios será de forma virtual no dia 28 de março de 2023, das 13h às 16h. E será ofertado pelas conselheiras Marinete, Jacqueline e por mim também, Philipe, vou participar. E o terceiro ponto que havíamos deliberado na comissão, que chegou para nós, foi sobre a reprogramação do saldo. E a comissão tinha se colocado com a proposta que foi aprovada na reprogramação de R\$ 1,5 milhão. A comissão também tem outros 5 pontos que dependem de desdobramentos para deliberação, então serão acompanhados os outros pontos que estão sob a demanda da Comissão de Apoio.

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP: Eu não entendi. O que o colegiado tem que deliberar? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Ah, tá. Só... **PRESIDENTE:** Em votação. Então, apoio presencial em Araçuaí. E **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Presidente? Posso? Já encaminhou para votação? **PRESIDENTE:** Por favor, pode falar, Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É só uma pergunta. Nessa assessoria aos conselhos municipais dos CREAS regionais, a gente já tem um formato dessa assessoria com relação como que nós vamos orienta-los a fazer o controle social dos serviços regionais, porque é diferente esse assessoramento aos conselhos municipais com relação ao CREAS regional. Isso já está, vocês vão pensar na metodologia também com relação a isso, não é? Porque é diferente. **PHILIFE, FETSUAS:** Na verdade, a demanda, Juanita, é por orientações com relação ao controle social. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Então, mas o controle social dos CREAS regionais. **PHILIFE, FETSUAS:** Para além deles. São 25 municípios, desses...

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE	ASSINATURA
Arlete Alves de Almeida	O Movimento do Graal no Brasil	
Altair Roberto de Carvalho	SEAPA	
Carla Valéria Soares Vita	Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais - FASEMIG	
Claudia Cristina Da Silva	CMAS/Uberaba	
Cleuza Maria de Oliveira	SEE	
Crislaine Cristina Nascimento Flauzino	CMAS/Conselheiro Lafaiete	
Daniel Martins de Mello Neto	CMAS/Barbacena	
Elder Carlos Gabrich Júnior	SEDESE	
Eliana das Graças Fonseca Mascarenhas	SES	
Érica Pereira Alves Beltrame	CMAS/Coronel Fabriciano	
Gabriela de Almeida Loiola	Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas	
Gabriele Sabrina	SEDESE	
Graziele Vieira Cachapuz Machado	CRP	
Iara da Costa Nogueira Reis	Congregação São João Batista - CSJB	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	
Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi	CMAS/Cordisburgo	
Joao Vitor Da Silva Jorge	CMAS/Caeté	
Kariny de Amorim Silva	Bem Estar do Menor	
Lígia Camargos da Silva	SES	
Lucas Estevão Ribeiro da Silva	Conselho Central de Curvelo _ São Vicente de Paula	
Ludson Rocha Martins	CRESS	
Magna Cupertino Carvalho	COGEMAS	
Maria Aparecida Bayão	Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	

Mariana de Resende Franco	SEDESE	
Marilene Faustino Pereira	FETAEMG	
Marinete da Silva Morais	COGEMAS	
Philippe Nunes Vieira e Silva	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS - FETSUAS	
Sandra Regina Ferreira Barbosa	SINTIBREF	
Silvestre Dias	SEF	
Simone Maria da Penha de Oliveira	CMAS/Belo Horizonte	
Solimar Assis	SEPLAG	
Soraia Vanessa Silva Cruz	SEDESE	
Vinícius de Querioz Castanheira	SEF	